

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	23
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	24
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	25
Demonstração de Valor Adicionado	26

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	60
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	119
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	120
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	123
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	124

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	125
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.440.000
Preferenciais	58.880.000
Total	88.320.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	40.000
Preferenciais	3.183.300
Total	3.223.300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.473.792	2.401.172	2.292.764
1.01	Ativo Circulante	737.797	646.500	783.823
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.756	39.095	157.075
1.01.02	Aplicações Financeiras	191.837	100.633	110.132
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	191.837	100.633	110.132
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	191.837	100.633	110.132
1.01.03	Contas a Receber	145.758	88.637	128.622
1.01.03.01	Clientes	145.758	88.637	128.622
1.01.04	Estoques	285.987	338.357	313.016
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.793	50.523	17.415
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.793	50.523	17.415
1.01.07	Despesas Antecipadas	452	2.564	3.272
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.214	26.691	54.291
1.01.08.03	Outros	18.214	26.691	54.291
1.01.08.03.01	Outros ativos	6.358	10.657	15.848
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedor de energia	11.856	14.292	13.356
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros de Hedge	0	1.742	25.087
1.02	Ativo Não Circulante	1.735.995	1.754.672	1.508.941
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	457.836	425.108	247.234
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	30.079	2.648	0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	30.079	2.648	0
1.02.01.05	Estoques	4.542	380	377
1.02.01.06	Ativos Biológicos	193.222	185.160	199.408
1.02.01.07	Tributos Diferidos	16.192	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.192	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	213.801	236.920	47.449
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	165.051	177.324	5.422
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	43.056	40.748	10.796

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.10.06	Adiantamento a fornecedor de energia	4.993	16.530	30.697
1.02.01.10.07	Outros Créditos	701	724	534
1.02.01.10.08	Instrumentos financeiros de Hedge	0	1.594	0
1.02.02	Investimentos	567.873	584.464	591.627
1.02.02.01	Participações Societárias	567.873	584.464	591.627
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	567.795	584.386	591.549
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	78	78	78
1.02.03	Imobilizado	709.268	743.556	668.265
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	648.716	633.430	634.693
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	30.531	39.573	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	30.021	70.553	33.572
1.02.04	Intangível	1.018	1.544	1.815
1.02.04.01	Intangíveis	1.018	1.544	1.815
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.018	1.544	1.815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.473.792	2.401.172	2.292.764
2.01	Passivo Circulante	371.784	222.815	224.150
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.393	62.242	75.091
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.144	18.828	19.865
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.249	43.414	55.226
2.01.02	Fornecedores	70.944	67.752	56.226
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	70.944	67.752	56.226
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.738	9.912	21.144
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.743	7.752	6.335
2.01.03.01.02	IPÍ a Recolher	992	354	1.873
2.01.03.01.03	IRRF a Recolher	2.608	2.443	2.324
2.01.03.01.04	PIS a Recolher	526	593	302
2.01.03.01.05	COFINS a Recolher	3.240	3.554	1.403
2.01.03.01.06	Outros Impostos Federais	377	808	433
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6.655	1.675	14.351
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	340	485	458
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	104.609	46.102	18.030
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.609	46.102	18.030
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	104.609	46.102	18.030
2.01.05	Outras Obrigações	134.100	36.807	53.659
2.01.05.02	Outros	134.100	36.807	53.659
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.826	5.223	8.361
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros de Hedge	73.080	0	0
2.01.05.02.05	Outras obrigações	7.801	11.080	5.744
2.01.05.02.06	Obrigações por aquisição de controlada	0	0	39.554
2.01.05.02.07	Arrendamento a pagar	20.393	20.504	0
2.02	Passivo Não Circulante	336.433	346.250	325.293
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	141.211	140.028	46.132

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	141.211	140.028	46.132
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	141.211	140.028	46.132
2.02.02	Outras Obrigações	29.476	25.541	137.182
2.02.02.02	Outros	29.476	25.541	137.182
2.02.02.02.05	Obrigações com aquisição de controlada	4.978	7.262	137.182
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros de Hedge	14.687	0	0
2.02.02.02.07	Arrendamento a pagar	9.811	18.279	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	18.010	10.655
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	18.010	10.655
2.02.04	Provisões	165.746	162.671	131.324
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.392	147.276	119.031
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	46.098	52.248	42.369
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.727	5.160	6.044
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	94.928	86.723	67.586
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.639	3.145	3.032
2.02.04.02	Outras Provisões	15.354	15.395	12.293
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	15.354	15.395	12.293
2.03	Patrimônio Líquido	1.765.575	1.832.107	1.743.321
2.03.01	Capital Social Realizado	1.225.444	1.225.444	1.225.444
2.03.04	Reservas de Lucros	576.736	583.110	473.107
2.03.04.01	Reserva Legal	119.925	116.436	105.377
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	49.595	49.595	49.595
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	273.609	290.405	224.980
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	159.361	152.428	118.909
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-25.754	-25.754	-25.754
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-36.605	23.553	44.770
2.03.08.01	Ajuste Avaliação Patrimonial	-36.605	23.553	44.770

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.539.441	1.185.733	1.310.070
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.113.252	-960.332	-850.849
3.02.01	Custo dos Bens Vendidos	-1.159.463	-1.002.315	-873.115
3.02.02	Ativos Biológicos	46.211	41.983	22.266
3.03	Resultado Bruto	426.189	225.401	459.221
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-169.287	-71.399	-109.913
3.04.01	Despesas com Vendas	-20.139	-13.693	-10.884
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-101.830	-117.098	-127.366
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16.427	170.017	121.141
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.216	-103.909	-77.708
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.529	-6.716	-15.096
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	256.902	154.002	349.308
3.06	Resultado Financeiro	-185.522	100.273	-3.572
3.06.01	Receitas Financeiras	64.020	137.781	43.052
3.06.02	Despesas Financeiras	-249.542	-37.508	-46.624
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.380	254.275	345.736
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.608	-33.099	-36.937
3.08.01	Corrente	-4.820	-14.815	-26.676
3.08.02	Diferido	3.212	-18.284	-10.261
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.772	221.176	308.799
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.772	221.176	308.799
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,76955	2,43945	3,4059
3.99.01.02	PN	0,8465	2,68339	3,7465

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	69.772	221.176	308.799
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-60.158	-21.217	14.096
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.614	199.959	322.895

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	208.711	144.017	292.870
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	178.584	181.192	376.539
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	69.772	221.176	308.799
6.01.01.02	Juros e Variações Monetárias e Cambiais Líquidas dos Ativos e Passivos	9.256	12.327	4.988
6.01.01.03	Depreciações, Amortizações e Exaustões	80.792	66.286	55.558
6.01.01.04	Exaustão Ativos Biológicos	55.794	78.549	56.799
6.01.01.05	Variação Valor dos Ativos Biológicos	-46.211	-41.983	-22.266
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	16.529	6.716	15.096
6.01.01.08	Impostos Diferidos	-3.212	18.284	10.261
6.01.01.09	(Reversão) Constituição de Provisões Passivos Eventuais	-5.585	8.095	-2.071
6.01.01.10	Outros	791	104	1.147
6.01.01.11	Ganho por compra vantajosa	0	0	-75.143
6.01.01.12	Benefício pós-emprego	8.940	8.742	23.371
6.01.01.13	Atualização (exclusão ICMS da base PIS/COFINS)	0	-80.993	0
6.01.01.14	Créditos de PIS e COFINS (exclusão ICMS da base PIS/COFINS)	-8.282	-116.111	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	30.127	-37.175	-83.669
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-58.419	36.894	5.928
6.01.02.02	Estoques	46.237	-19.037	-108.641
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	44.357	-1.830	2.701
6.01.02.04	Adiantamento à fornecedor de energia	14.337	14.167	13.377
6.01.02.05	Outros Ativos	5.898	-3.937	5.075
6.01.02.06	Fornecedores	2.498	11.771	-4.514
6.01.02.07	Impostos, taxas e Contribuições Sociais	4.826	-16.317	6.670
6.01.02.08	Salários e Encargos Sociais	-14.849	-12.849	7.538
6.01.02.09	Outros Passivos	-2.464	4.602	-2.203
6.01.02.10	Juros Pagos	-10.041	-20.658	-4.703
6.01.02.11	Depósito Judicial	-2.253	-29.981	-4.897
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-163.346	-250.389	-102.267

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-33.728	-88.840	-67.685
6.02.02	Ativo Biológico	-15.184	-26.477	-23.593
6.02.03	Recebimento pela Venda de Imobilizado	487	1.708	471
6.02.04	Resgate (aplicação) Financeira	-115.010	15.330	305.217
6.02.07	Dividendos e JCP Recebidos	89	575	1.594
6.02.11	Aquisição de controlada	0	-160.685	-321.371
6.02.12	Aporte de capital	0	0	-3.900
6.02.13	Redução de capital	0	8.000	7.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-16.704	-11.608	-111.286
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-48.913	-114.311	-108.504
6.03.04	Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras	188.626	137.000	30.500
6.03.05	Pagamentos a Instituições Financeiras	-130.438	-17.137	-33.282
6.03.06	Amortização de arrendamentos	-25.979	-17.160	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.661	-117.980	79.317
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.095	157.075	77.758
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.756	39.095	157.075

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.225.444	-25.754	608.864	0	23.553	1.832.107
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.225.444	-25.754	608.864	0	23.553	1.832.107
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-17.166	-57.301	0	-74.467
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-17.166	-59.350	0	-76.516
5.04.08	Dividendos / JCP Prescritos	0	0	0	2.049	0	2.049
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.772	-60.158	9.614
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.772	0	69.772
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-60.158	-60.158
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-91.883	-91.883
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	31.240	31.240
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	735	735
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-250	-250
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.792	-12.471	0	-1.679
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	12.471	-12.471	0	0
5.06.04	IRPJ Reinvestimento	0	0	-1.679	0	0	-1.679
5.07	SalDOS Finais	1.225.444	-25.754	602.490	0	-36.605	1.765.575

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.225.444	-25.754	498.861	0	44.770	1.743.321
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.225.444	-25.754	498.861	0	44.770	1.743.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.000	-91.173	0	-111.173
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.000	0	0	-20.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-91.173	0	-91.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	221.176	-21.217	199.959
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	221.176	0	221.176
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.217	-21.217
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-21.752	-21.752
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	7.396	7.396
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-10.395	-10.395
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuarial	0	0	0	0	3.534	3.534
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	130.003	-130.003	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	130.003	-130.003	0	0
5.07	Saldos Finais	1.225.444	-25.754	608.864	0	23.553	1.832.107

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.225.444	-25.754	286.696	0	30.674	1.517.060
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.225.444	-25.754	286.696	0	30.674	1.517.060
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-96.634	0	-96.634
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-96.634	0	-96.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	308.799	14.096	322.895
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	308.799	0	308.799
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.096	14.096
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	15.903	15.903
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-1.807	-1.807
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	212.165	-212.165	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	212.165	-212.165	0	0
5.07	Saldos Finais	1.225.444	-25.754	498.861	0	44.770	1.743.321

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.736.384	1.557.006	1.721.562
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.717.073	1.380.447	1.562.387
7.01.02	Outras Receitas	19.311	176.559	159.175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-978.722	-858.203	-783.101
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-602.452	-496.871	-409.469
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-376.270	-361.332	-373.632
7.03	Valor Adicionado Bruto	757.662	698.803	938.461
7.04	Retenções	-136.586	-144.835	-112.357
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-136.586	-144.835	-112.357
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	621.076	553.968	826.104
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.491	131.065	27.956
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.529	-6.716	-15.096
7.06.02	Receitas Financeiras	64.020	137.781	43.052
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	668.567	685.033	854.060
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	668.567	685.033	854.060
7.08.01	Pessoal	271.813	278.870	281.431
7.08.01.01	Remuneração Direta	216.730	224.458	230.244
7.08.01.02	Benefícios	40.349	39.025	37.135
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.734	15.387	14.052
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	82.105	145.875	205.295
7.08.02.01	Federais	59.724	114.496	140.046
7.08.02.02	Estaduais	21.882	30.396	64.181
7.08.02.03	Municipais	499	983	1.068
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	244.877	39.112	58.535
7.08.03.01	Juros	244.877	39.112	58.535
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.772	221.176	308.799
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	59.350	91.173	96.634
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.422	130.003	212.165

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	2.817.187	2.746.444	2.659.910
1.01	Ativo Circulante	774.743	693.753	810.408
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90.497	73.721	182.113
1.01.02	Aplicações Financeiras	191.837	100.633	110.132
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	191.837	100.633	110.132
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	191.837	100.633	110.132
1.01.03	Contas a Receber	154.729	97.445	135.943
1.01.03.01	Clientes	154.729	97.445	135.943
1.01.04	Estoques	285.987	338.357	313.126
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.073	52.389	18.506
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.073	52.389	18.506
1.01.07	Despesas Antecipadas	452	2.564	3.272
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.168	28.644	47.316
1.01.08.03	Outros	21.168	28.644	47.316
1.01.08.03.01	Outros ativos	9.312	12.610	8.873
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedor de energia	11.856	14.292	13.356
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros de Hedge	0	1.742	25.087
1.02	Ativo Não Circulante	2.042.444	2.052.691	1.849.502
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	555.381	491.216	327.420
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	129.076	68.649	78.930
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	129.076	68.649	78.930
1.02.01.05	Estoques	4.542	380	377
1.02.01.06	Ativos Biológicos	193.222	185.160	199.408
1.02.01.07	Tributos Diferidos	14.637	0	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.637	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	213.904	237.027	48.705
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	165.051	177.324	5.422
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	43.152	40.844	12.041

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.10.06	Adiantamento a Fornecedor de Energia	4.993	16.530	30.697
1.02.01.10.07	Outros Créditos	708	735	545
1.02.01.10.08	Instrumentos Financeiros de Hedge	0	1.594	0
1.02.02	Investimentos	124	124	124
1.02.02.01	Participações Societárias	124	124	124
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	124	124	124
1.02.03	Imobilizado	1.475.399	1.548.631	1.508.277
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.403.072	1.428.523	1.470.358
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	1.403.072	1.428.523	1.470.358
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	42.003	49.552	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	30.324	70.556	37.919
1.02.04	Intangível	11.540	12.720	13.681
1.02.04.01	Intangíveis	11.540	12.720	13.681
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	11.540	12.720	13.681

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	2.817.187	2.746.444	2.659.910
2.01	Passivo Circulante	424.239	256.051	260.073
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.805	62.273	75.131
2.01.01.01	Obrigações Sociais	27.487	18.828	19.865
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	20.318	43.445	55.266
2.01.02	Fornecedores	73.890	69.298	61.084
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	73.890	69.298	61.084
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.483	10.787	22.968
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.426	8.614	8.159
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	90	366	1.046
2.01.03.01.02	IPi a Recolher	992	354	1.873
2.01.03.01.03	IRRF a Recolher	2.798	2.566	2.513
2.01.03.01.04	PIS a Recolher	588	656	306
2.01.03.01.05	COFINS a Recolher	3.523	3.846	1.957
2.01.03.01.06	Outros Impostos Federais	435	826	464
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6.661	1.675	14.351
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	396	498	458
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	132.729	71.920	44.071
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	132.729	71.920	44.071
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	132.729	71.920	44.071
2.01.05	Outras Obrigações	154.332	41.194	55.163
2.01.05.02	Outros	154.332	41.194	55.163
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.884	5.308	8.454
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros de Hedge	73.080	0	0
2.01.05.02.05	Outras obrigações	7.845	11.364	6.153
2.01.05.02.06	Conta Resarcimento CCEE	19.335	3.343	1.002
2.01.05.02.07	Arrendamento a pagar	21.188	21.179	0
2.01.05.02.08	Obrigações com aquisição de controlada	0	0	39.554

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.01.06	Provisões	0	579	1.656
2.01.06.02	Outras Provisões	0	579	1.656
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	579	1.656
2.02	Passivo Não Circulante	621.123	652.220	650.722
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	395.930	422.477	352.744
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	395.930	422.477	352.744
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	395.930	422.477	352.744
2.02.02	Outras Obrigações	51.953	40.013	145.603
2.02.02.02	Outros	51.953	40.013	145.603
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros de Hedge	14.687	0	0
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições Sociais	87	87	87
2.02.02.02.05	Conta Resarcimento CCEE	12.247	5.447	8.334
2.02.02.02.06	Obrigações com aquisição de controlada	4.978	7.262	137.182
2.02.02.02.07	Arrendamento a pagar	19.954	27.217	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	19.565	12.210
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	19.565	12.210
2.02.04	Provisões	173.240	170.165	140.165
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	150.392	147.276	119.031
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	46.098	52.248	42.369
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.727	5.160	6.044
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	94.928	86.723	67.586
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.639	3.145	3.032
2.02.04.02	Outras Provisões	22.848	22.889	21.134
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	22.848	22.889	21.134
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.771.825	1.838.173	1.749.115
2.03.01	Capital Social Realizado	1.225.444	1.225.444	1.225.444
2.03.04	Reservas de Lucros	576.736	583.110	473.107
2.03.04.01	Reserva Legal	119.925	116.436	105.377

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	49.595	49.595	49.595
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	273.609	290.405	224.980
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	159.361	152.428	118.909
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-25.754	-25.754	-25.754
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-36.605	23.553	44.770
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	6.250	6.066	5.794

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.622.019	1.279.550	1.381.056
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.178.122	-1.021.068	-898.335
3.02.01	Custo dos Bens Vendidos	-1.224.333	-1.063.051	-920.601
3.02.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	46.211	41.983	22.266
3.03	Resultado Bruto	443.897	258.482	482.721
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-165.000	-79.240	-107.147
3.04.01	Despesas com Vendas	-20.139	-13.693	-10.884
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-109.082	-127.411	-135.923
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.882	170.699	121.141
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-54.661	-108.835	-81.481
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	278.897	179.242	375.574
3.06	Resultado Financeiro	-207.032	76.138	-25.674
3.06.01	Receitas Financeiras	66.690	143.160	48.920
3.06.02	Despesas Financeiras	-273.722	-67.022	-74.594
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	71.865	255.380	349.900
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.851	-33.847	-40.712
3.08.01	Corrente	-5.063	-15.563	-30.451
3.08.02	Diferido	3.212	-18.284	-10.261
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.014	221.533	309.188
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	70.014	221.533	309.188
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	69.772	221.176	308.799
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	242	357	389
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,76955	2,43945	3,4059
3.99.01.02	PN	0,8465	2,68339	3,7465

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	70.014	221.533	309.188
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-60.158	-21.217	14.096
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	9.856	200.316	323.284
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.614	199.959	322.895
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	242	357	389

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	257.674	171.907	306.096
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	231.095	244.360	421.581
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	70.014	221.533	309.188
6.01.01.02	Juros e Variação Monetária e Cambiais Líquidas dos Ativos e Passivos	29.698	36.168	28.281
6.01.01.03	Depreciações, Amortizações e Exaustões	121.999	107.516	87.975
6.01.01.04	Exaustão Ativos Biológicos	55.794	78.549	56.799
6.01.01.05	Variação Valor dos Ativos Biológicos	-46.211	-41.983	-22.266
6.01.01.08	Impostos Diferidos	-3.212	18.284	10.261
6.01.01.09	(Reversão) Constituição de Provisões Passivos Eventuais	-5.585	8.095	-2.071
6.01.01.10	Outros	7.940	4.560	5.186
6.01.01.11	Ganho por compra vantajosa	0	0	-75.143
6.01.01.12	Benefício pós-emprego	8.940	8.742	23.371
6.01.01.13	Atualização (exclusão ICMS da base PIS/COFINS)	-8.282	-80.993	0
6.01.01.14	Créditos de PIS e COFINS (exclusão ICMS da base PIS\COFINS)	0	-116.111	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	26.579	-72.453	-115.485
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-58.582	35.407	6.988
6.01.02.02	Estoque	46.237	-19.037	-108.641
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	43.995	-2.588	2.511
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedor de energia	14.337	14.167	13.377
6.01.02.05	Outros Ativos	4.991	-4.647	3.370
6.01.02.06	Fornecedores	3.798	8.811	-5.679
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	4.688	-17.283	7.648
6.01.02.08	Salários e Encargos Sociais	-14.815	-12.858	7.556
6.01.02.09	Outros Passivos	-2.999	2.738	-10.822
6.01.02.10	Juros Pagos	-32.334	-47.785	-26.896
6.01.02.11	Depósito Judicial	-2.253	-28.832	-4.897
6.01.02.12	Conta de Ressarcimento CCEE	19.516	-546	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-197.499	-242.052	-99.322

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-37.786	-89.780	-67.703
6.02.02	Ativo Biológico	-15.184	-26.477	-23.593
6.02.03	Recebimento pela Venda de Imobilizado	487	1.708	471
6.02.04	Resgate (aplicação) Financeira	-145.016	33.182	312.874
6.02.09	Aquisição de controlada	0	-160.685	-321.371
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-43.399	-38.247	-130.332
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras	188.626	137.000	30.790
6.03.04	Pagamentos a Instituições Financeiras	-156.259	-42.940	-52.522
6.03.05	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-48.998	-114.403	-108.600
6.03.06	Amortização de Arrendamentos	-26.768	-17.904	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	16.776	-108.392	76.442
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	73.721	182.113	105.671
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90.497	73.721	182.113

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.225.444	-25.754	608.864	0	23.553	1.832.107	6.066	1.838.173
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.225.444	-25.754	608.864	0	23.553	1.832.107	6.066	1.838.173
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-17.166	-57.301	0	-74.467	-58	-74.525
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-58	-58
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-17.166	-59.350	0	-76.516	0	-76.516
5.04.08	Dividendos / JCP Prescritos	0	0	0	2.049	0	2.049	0	2.049
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.772	-60.158	9.614	242	9.856
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.772	0	69.772	242	70.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-60.158	-60.158	0	-60.158
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-91.883	-91.883	0	-91.883
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	31.240	31.240	0	31.240
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	735	735	0	735
5.05.02.06	Tributos s/ Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-250	-250	0	-250
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.792	-12.471	0	-1.679	0	-1.679
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	12.471	-12.471	0	0	0	0
5.06.04	IRPJ Reinvestimento	0	0	-1.679	0	0	-1.679	0	-1.679
5.07	Saldos Finais	1.225.444	-25.754	602.490	0	-36.605	1.765.575	6.250	1.771.825

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.225.444	-25.754	498.861	0	44.770	1.743.321	5.794	1.749.115
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.225.444	-25.754	498.861	0	44.770	1.743.321	5.794	1.749.115
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.000	-91.173	0	-111.173	-85	-111.258
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.000	0	0	-20.000	-85	-20.085
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-91.173	0	-91.173	0	-91.173
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	221.176	-21.217	199.959	357	200.316
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	221.176	0	221.176	357	221.533
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.217	-21.217	0	-21.217
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-21.752	-21.752	0	-21.752
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	7.396	7.396	0	7.396
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-10.395	-10.395	0	-10.395
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuarial	0	0	0	0	3.534	3.534	0	3.534
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	130.003	-130.003	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	130.003	-130.003	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.225.444	-25.754	608.864	0	23.553	1.832.107	6.066	1.838.173

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.225.444	-25.754	286.696	0	30.674	1.517.060	5.498	1.522.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.225.444	-25.754	286.696	0	30.674	1.517.060	5.498	1.522.558
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-96.634	0	-96.634	-93	-96.727
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-93	-93
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-96.634	0	-96.634	0	-96.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	308.799	14.096	322.895	389	323.284
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	308.799	0	308.799	389	309.188
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.096	14.096	0	14.096
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	15.903	15.903	0	15.903
5.05.02.06	Ajustes Atuarial	0	0	0	0	-1.807	-1.807	0	-1.807
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	212.165	-212.165	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	212.165	-212.165	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.225.444	-25.754	498.861	0	44.770	1.743.321	5.794	1.749.115

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	1.825.425	1.656.083	1.795.677
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.803.659	1.478.835	1.636.502
7.01.02	Outras Receitas	21.766	177.248	159.175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.005.731	-881.147	-800.974
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-535.979	-515.112	-432.966
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-469.752	-366.035	-368.008
7.03	Valor Adicionado Bruto	819.694	774.936	994.703
7.04	Retenções	-182.211	-190.483	-148.088
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-177.793	-186.065	-144.774
7.04.02	Outras	-4.418	-4.418	-3.314
7.04.02.01	Realização da Mais-Valia	-4.418	-4.418	-3.314
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	637.483	584.453	846.615
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	66.690	143.160	48.920
7.06.02	Receitas Financeiras	66.690	143.160	48.920
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	704.173	727.613	895.535
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	704.173	727.613	895.535
7.08.01	Pessoal	277.740	284.944	286.629
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.503	229.777	235.227
7.08.01.02	Benefícios	40.400	39.535	37.135
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.837	15.632	14.267
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	87.206	152.890	213.861
7.08.02.01	Federais	64.822	121.500	148.601
7.08.02.02	Estaduais	21.882	30.396	64.181
7.08.02.03	Municipais	502	994	1.079
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	269.213	68.246	85.857
7.08.03.01	Juros	269.213	68.246	85.857
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.014	221.533	309.188
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	59.350	91.258	96.727

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.02	Dividendos	58	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.364	130.003	212.165
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	242	272	296

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. MENSAGEM DA LIDERANÇA

A Ferbasa tem a satisfação de apresentar o **Relatório da Administração** referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um ano que confrontou o mundo com a pandemia do Coronavírus e sua assombrosa carência por soluções instantâneas, mesmo sem precedentes conhecidos. A situação devastadora e jamais experimentada tomou dimensões surpreendentes, debruçando a humanidade sobre a busca de explicações e, finalmente, de saídas que, por ora, ainda se encaminham. Mas, não obstante as condições adversas, a Companhia contabilizou alguns feitos nesse período, como a manutenção da regularidade das operações, o crescimento de 27% na produção de ferroligas, o incremento na produção de FeSi HP (alta pureza), em substituição do Fesi 75 standard, a conservação dos postos de trabalho, o incremento de 17,5% na produção de minério de cromo em relação a 2019, a publicação do 1º Relatório de Sustentabilidade (ESG – Environmental, Social and Governance), em conformidade com diretrizes Standards (nível Essencial) da *Global Reporting Initiative* – GRI, e a obtenção de resultados positivos em termos de lucratividade.

Apesar dos discretos sinais de recuperação, a chave para 2021 foi virada carregando como espectros dessa crise uma grande parcela de incertezas, das mais diversas naturezas. E é em meio a esse cenário que a FERBASA começa o ano de seu sexagésimo aniversário, seis décadas nas quais o trabalho, a união e a consciência social têm se configurado como as forças mais determinantes, tanto para o nascimento como para a evolução da Companhia. Ao dividirmos esse tempo em gerações, de fato, temos um espaço aproximado de 25 anos para cada uma delas, considerando-se nessa contagem a intersecção de alguns anos, entre uma e outra geração.

À primeira, de 1961 a 1986, coube a descoberta, a concepção e o entalhe do projeto iniciado com a implantação da primeira unidade de mineração, no município de Campo Formoso (BA); logo em seguida, em 1963, foi inaugurada a unidade de produção de ferroligas, em Pojuca (BA). Tão promissora como a primeira, a segunda década desse ciclo celebrou a implantação da mina Jacurici, localizada em Andorinha (BA), a mais importante mineração da Companhia até os dias atuais, e destacada por sua reconhecida superioridade tecnológica e de segurança. No ano de 1980, a FERBASA já contava com 8 fornos destinados, basicamente, à produção de ferrocromo. Aí se completava a unidade conhecida como FÁBRICA I. Coube a José Carvalho, nosso fundador, o comando dessa fase de idealizações e suas vertentes arriscadas, bem como a formação da valorosa equipe que, juntamente com ele, assumiu uma carga de trabalho colossal, capaz de transformar poucos recursos em inventos importantíssimos, ainda hoje, à subsistência da Companhia. Se assim podemos dizer, certamente, esses foram os anos dourados da FERBASA, dos quais se derivou a parte mais forte de sua cultura que, se preciso ser definida por uma única palavra, sem dúvida, a tradução mais perfeita seria SIMPLICIDADE, a primeiríssima grandeza do nosso Fundador. Pela guia de sua SIMPLICIDADE foi possível reunir grandes homens em torno do ideal da construção da FERBASA, cujo êxito dependeu da engenhosidade criativa, da postura autodidata, esforçada e unida de uma equipe integrada por profissionais de todos os níveis. Hoje, esse patrimônio resguarda referências de grandes fornecedores, diretores, operadores, mecânicos, eletricitas e tantos outros trabalhadores magistrais que orgulhosamente encararam a parte mais árdua dessa jornada sexagenária e, com mérito e louvor, transformaram em auspiciosa a missão. Dois grandes eventos ilustram a terceira década da FERBASA: logo no início, a Companhia enfrentou, diríamos, a sua pior e mais temida crise, que praticamente reduziu a zero a sua produção. Esse momento desalentador foi vencido graças ao tino de José Carvalho, juntamente com o seu valente grupo. Mas, se os primeiros anos surpreenderam a FERBASA com uma crise que ameaçou a sua continuidade, a virada nos anos seguintes foi espetacular! Em 1986, após uma sequência audaciosa de montagem, a FERBASA inaugurou mais 3 fornos, dando surgimento à FÁBRICA II, destinada à fabricação de ferrosilício. Essa foi também a época de início da transição entre a primeira e a segunda geração, que mais tarde arcou com a missão de ampliar o projeto, levando-o ao patamar dos 14 fornos atuais, o último inaugurado em 2014.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com essa segunda geração, abrangente ao período de 1986 a 2011, a Companhia também enfrentou inúmeras dificuldades e crises memoráveis. Todavia, ainda capitaneada por José Carvalho, soube superar os desafios, não somente aqueles inerentes ao ramo das *commodities*, mas, também, os relacionados aos problemas econômicos ou a conjunturas diversas. Outro marco da segunda fase foi a criação da SILBASA, em 1994, uma *joint venture* firmada em parceria com as empresas japonesas Marubeni Corporation e Japan Metals & Chemicals, destinada à produção do ferrossilício HP. À segunda geração coube também a liderança de boa parte das ações voltadas à modernização das operações, à introdução de novas ferramentas e metodologias capazes de garantir o alinhamento com as questões mais contemporâneas, especialmente em termos ambientais. Nessa área, consciente de seu papel, na década de 90 a Companhia intensificou as iniciativas voltadas à redução drástica dos impactos provocados pelo desenvolvimento de suas atividades, mediante a criação de um setor específico para comandar, em caráter prioritário, uma série de importantes medidas, como a implantação de filtros de manga nos seus fornos metalúrgicos, componentes que consumiram elevadas somas de investimentos. Nas minerações, as ações de recuperação das áreas exploradas tornaram-se referências, dada a seriedade e os proeminentes resultados vistos. De forma idêntica, a partir do final dos anos 90 foram implementadas inúmeras inovações nos processos florestais em geral, os quais contam hoje com 100% dos fornos mecanizados para a produção de biorredutor. Tais mudanças não somente otimizaram o custo, como modernizaram inteiramente o cenário laboral. Com o advento das certificações, em 1995 a FERBASA conquistou o primeiro selo ISO 9000, ratificando o seu já notório empenho pela qualidade dos produtos, condição que sempre lhe rendeu confiabilidade perante os mercados interno e externo. A partir daí, o amadurecimento progressivo dos procedimentos subsidiou a conquista de vários outros certificados, abrangentes a todas as unidades da Companhia.

Mais ou menos no ano de 2012, iniciou-se o processo da passagem de bastão entre a segunda e a terceira geração. Nessa época, por questões de saúde, José Carvalho deixou prematuramente o leme da Companhia, falecendo no ano de 2015. Já sem poder contar com as orientações diretas do Fundador, contudo, sem abrir mão de seus frutíferos ensinamentos, a segunda geração encarou a missão de assegurar a preparação de uma equipe convergente com os objetivos de longo prazo da FERBASA e apta a respaldar, inabalavelmente, a sustentação de sua cultura, cujo pioneirismo foi reconhecido pelo título de Empresa Cidadã, no final da década de 80. Em meio a essa transição recentemente iniciada, no ano de 2018 a Companhia deu mais um importante passo, quando encerrou o processo de aquisição do parque eólico BW Guirapá, localizado no Sudoeste baiano e com capacidade instalada para gerar 170,2 MW, objetivando garantir o suprimento energético das suas unidades fabris.

Não obstante a primazia aqui devida ao sexagésimo aniversário da FERBASA vale destacar que, ainda durante a sua primeira fase, em meio aos pensamentos voltados aos fornos, minérios e ligas, eis que José Carvalho fez nascer, de seu nobre espírito de gratidão, o projeto da FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO, no ano de 1975, quando tinha apenas 44 anos de idade. Tal ato, resultante de um desprendimento quase sem paralelos até os dias atuais, surgiu daquele jovem de tenra idade empresarial e excepcional crença na Educação como a única forma de debelar, de fato, as incoerentes crateras sociais brasileiras e seus contrastes perversos que, entre outros males, frustram quaisquer expectativas de um futuro digno para as crianças e jovens economicamente menos favorecidos. Com José Carvalho aprendemos a direcionar todos os sentidos para um único horizonte. Dele herdamos a essência de uma cultura somente muito mais tarde percebida por alguns dos expoentes estudiosos como o caminho viável para conciliar os interesses empresariais e sociais. Via de regra, embora e ainda não tenha chegado à compreensão de todos quanto deveriam, suscitando questionamentos ou reflexões distanciadas desse conceito, vale a pena perseverar, haja vista os resultados colhidos ao longo dessa trajetória, seja por meio das atitudes de responsabilidade social com os empregos, sempre preservados até não restar outra alternativa, seja pelos efeitos dos projetos sociais reverberados ano após ano pela FERBASA, os quais, entre diversos outros benefícios, formaram uma leva de excelentes profissionais, parte deles absorvidos pela FERBASA, onde desenvolveram carreiras admiráveis, enquanto muitos outros eram contratados pelo mercado em geral; ou, indiretamente,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

por intermédio dos projetos desenvolvidos pela FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO, cujos recursos são integralmente aplicados na educação de cerca de 4.000 crianças e jovens carentes do Nordeste, oferecida de forma gratuita em suas 6 escolas voltadas ao Ensino Básico (fundamental e médio), etapa vista pela Instituição como a mais danosamente atingida pelos longos anos de descaso imposto à educação brasileira. Com efeito, no Brasil, essa permanece como a mais nefasta das inconsciências, suficiente para aniquilar quaisquer possibilidades reais de progresso da Nação. Por outro lado, é uma batalha que não pode ser vencida pelo imediatismo ou tampouco pela indiferença, pois o estado de ignorância alastrada à maioria, além de desperdiçar os talentos conservados no anonimato, torna minúscula a ascensão cultural dos demais ante a incapacidade de prever que, em vários aspectos, tais mazelas generalizam as suas duras consequências.

Apesar dos enormes entraves ocasionados pela crise mundial de saúde, cujas implicações persistem sem a perspectiva de uma solução capaz de reverter, em definitivo, o quadro decorrente da pandemia, o ano de 2021 começa com os ânimos ligeiramente renovados. É nesse contexto que a FERBASA, com a mesma determinação, segue firme no desafio de perpetuar o seu trabalho e valores, mantendo-se diligente quanto aos seus propósitos e estratégias de constante evolução e respeito aos compromissos assumidos perante todo o seus públicos, de modo que essa história continue sendo ressaltada pela constante multiplicação dos bens e substancial contribuição à construção do bem-estar comum.

2. PERFIL CORPORATIVO

A FERBASA, líder nacional na produção de ferroligas e única produtora integrada de ferrocromo das Américas, figura, há décadas, no *ranking* das maiores empresas em operação na Bahia, graças a uma gestão austera e responsável por priorizar a geração perene de lucro, a oferta de produtos de elevada qualidade e condições comerciais atrativas, bem como as questões sociais que sempre integraram sua marca. A Empresa também se destaca pelo pagamento de dividendos, baixo endividamento e alta liquidez, o que tem contribuído para o seu reconhecimento como empresa sólida e segura.

Com atuação integrada e verticalizada nas áreas de mineração, metalurgia, recursos florestais e energia renovável, a Companhia dispõe de um portfólio formado, principalmente, por ligas de ferrocromo alto carbono (FeCrAC), ferrocromo baixo carbono (FeCrBC), ferrossilício 75 (FeSi75), ferrossilício alta pureza (FeSiHP) e ferrossilício cromo (FeSiCr), destinadas, em sua maior parte, ao setor siderúrgico e à fabricação de aços inoxidáveis e especiais, atendendo aos mercados interno e externo, principalmente Japão, Estados Unidos e União Europeia. Além das ligas, a FERBASA comercializa minério de cromo, via exportação, e outros produtos quando não consumidos no seu processo industrial, como energia elétrica, madeira de reflorestamento e etc.

As atividades de mineração incluem uma mina subterrânea, uma mina a céu aberto, ambas de minério de cromo, duas minas de quartzo e uma planta voltada à produção de cal virgem, todas localizadas no Centro Norte baiano. As produções são direcionadas, em grande parte, à unidade metalúrgica localizada em Pojuca/BA, onde estão instalados seus 14 fornos elétricos destinados à produção das ligas. Esses fornos são equipados com filtros de manga, equipamentos que objetivam a neutralização do lançamento de material particulado na atmosfera.

O segmento florestal é composto por 64 mil hectares, dos quais, 45% são mantidos como reserva de matas nativas, incluindo reserva legal e áreas de preservação permanente. Essas reservas, somadas às nascentes, margens de rios e taludes acentuados, excedem o limite mínimo de 20% estabelecido pela legislação. O ativo florestal inclui 1.243 hectares de áreas aprovadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por último, temos o Complexo Eólico BW Guirapá, fonte de energia limpa e renovável. Com capacidade instalada de 170 MW, mais à frente o parque eólico contribuirá com a garantia do suprimento deste importante insumo para as fábricas.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA E RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A **FERBASA** mantém uma gestão estruturada e principalmente calcada na definição clara das responsabilidades do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como nos seus rígidos princípios de integridade, equidade e transparência.

O Conselho de Administração conta com três comitês de assessoramento (não estatutários): Auditoria, Estratégico e de Recursos Humanos, compostos por membros do próprio Conselho. Por sua vez, as questões de *Compliance* são rigorosamente tratadas através do Código de Ética, Comitê de Conduta, Canal de Denúncias ativo e Auditoria Interna da Companhia. Para reforçar a transparência como tema prioritário, a Companhia está revisando suas políticas e realizando ajustes nos processos internos tendo em vista o atendimento aos requisitos da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

A **FERBASA** preza pela divulgação tempestiva e simétrica de suas informações, em atendimento aos elevados padrões de ética e de preservação da confiança de suas partes relacionadas. Com esse propósito, disponibiliza via *Website* um canal específico e inteiramente dedicado ao relacionamento com os investidores, onde são publicados e catalogados todos os seus dados públicos.

4. DESEMPENHO DO MERCADO

Como consequência à pandemia, as condições operacionais e financeiras foram fortemente impactadas por um grau elevado de instabilidade que afetou as taxas de câmbio, os preços das *commodities*, e os custos das operações financeiras, bem como o comportamento das bolsas de valores. No ambiente macroeconômico brasileiro, observou-se a acentuada fuga de capitais, em razão das incertezas ocasionadas pela COVID19. Tais circunstâncias, além dos efeitos no desempenho da produção e do PIB brasileiro, reforçaram a previsão de retração de 4,4% para 2020, segundo o Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BACEN). Assim como ocorrido em outros segmentos produtivos nacionais, a crise atingiu fortemente o setor siderúrgico. Segundo o Instituto Aço Brasil (IABr), a produção de aço bruto caiu 4,9%.

AÇO BRUTO: Segundo dados da WSA (*World Steel Association*), em 2020 a produção mundial de aço bruto caiu 0,9% em relação a 2019, atingindo 1.864,0 Mt. Durante o ano, a China teve especial destaque no mercado siderúrgico por conta da sua rápida recuperação frente aos impactos da pandemia da COVID-19, enquanto a maioria dos demais países produtores de aço somente conseguiu se recuperar no 4T20. Deste modo, a Ásia reafirmou sua liderança global, sendo a China responsável por 56,5% de toda a produção mundial (1.053,0 Mt).

Na América do Sul, o volume produzido em 2020 atingiu 38,2 Mt, uma queda de 8,4% frente a 2019. O Brasil participou com 31,0 Mt, registrando uma queda de 4,9% na produção com relação a 2019. Vale frisar que durante o 4T20, a produção siderúrgica brasileira foi ampliada em 9,6% em relação ao 3T20, sinalizando expectativas de recuperação, com a retomada do mesmo patamar anterior à pandemia. Tal movimento foi impulsionado pelo aumento da demanda de consumidores finais e pelo baixo nível de estoques. Esse conjunto de fatores contribuiu para um aumento generalizado no preço do aço no final do 4T20 e deve continuar estimulando a expansão da produção no 1T21.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FeSi: No caso das Ligas de Silício, o produto acompanhou o recuo de 0,9% na produção mundial de aço bruto, segundo a WSA (*World Steel Association*), levando o preço de exportação do FeSi 75 da China, maior produtor mundial, a cair cerca de 10%, por redução na demanda. Em 2020, a produção de FeSi da China, que responde por cerca de 70% do suprimento mundial, caiu 5,1% com relação a 2019, em função dos baixos preços do FeSi 75 no mercado internacional. Os preços mundiais voltaram a reagir apenas no 4T20, com destaque para o crescimento superior a 15% do preço *spot* do FeSi 75 na Europa em relação ao 3T20, devido ao reaquecimento da indústria siderúrgica mundial e aos baixos níveis dos estoques do produto.

No Brasil, a indústria das ligas de silício aumentou o volume de exportação, em resposta à queda no consumo nacional causada pela pandemia. Além da boa competitividade do produto brasileiro, a forte desvalorização do real frente ao dólar também incentivou o aumento das exportações no período.

AÇOS INOXIDÁVEIS: A produção mundial de aços inoxidáveis foi de 50,3 Mt, o que representa uma redução de 5,6% com relação a 2019. Desse total, a China foi responsável por 30,1 Mt, que correspondeu a cerca de 60% de todo volume mundial, crescendo 2,5% em relação a 2019. No Brasil, estima-se que a produção atingiu 293 mil toneladas em 2020, o menor nível de produção dos últimos anos e 11,5% abaixo de 2019. Para 2021, o aquecimento da siderurgia nacional e internacional pode impulsionar a produção brasileira de aços inoxidáveis, expectativa reforçada pelo ganho de competitividade das exportações devido à desvalorização do Real em 2020.

FeCr: Estima-se que a produção mundial das Ligas de Cromo, que normalmente acompanha a produção de aços inoxidáveis, tenha reduzido 10% em 2020, segundo relatórios especializados. A baixa demanda e o mercado ainda ofertado provocaram um recuo no preço *spot* médio do FeCr AC em todos os mercados, enquanto as fortes desvalorizações cambiais de grandes países produtores, como África do Sul e Cazaquistão, também contribuíram para pressionar os preços para baixo. Apenas no 4T20, o aquecimento da demanda dos consumidores finais de aços inoxidáveis e a menor produção de FeCr da China fizeram com que os preços das Ligas de Cromo voltassem a subir.

Desde o início de 2020 o mercado já passava por um excesso de oferta, fato agravado pela pandemia, com os preços internacionais do minério e das ligas de cromo atravessando mais um ano de desvalorização. Esse cenário foi muito desfavorável à África do Sul, que teve seus problemas estruturais piorados por uma crise sanitária interna e viu sua produção de FeCr AC encolher cerca de 25% no período, enquanto a China registrou queda de apenas 5%.

O governo da África do Sul, detentor de cerca de 75% das exportações globais do minério de cromo, havia anunciado, em 2020 e sem maiores detalhes, sua intenção de estabelecer uma tarifação sobre a exportação desse minério, medida que deveria afetar principalmente a China, em razão de sua dependência de importação de 100% desse minério. Entretanto, as notícias mais recentes têm indicado que o governo sul-africano pode ter desistido da ideia, tanto em virtude da melhora de preço do minério e do FeCr, como por supostas conversas com oficiais do governo chinês. Para 2021, analistas preveem uma retomada da produção de aço inox fora da China, o que pode impulsionar os preços internacionais do FeCr AC, principalmente em função de um horizonte de menor oferta da África do Sul, que chegou a responder por cerca de 50% das exportações mundiais de FeCr em 2019. Outrossim, os produtores da África do Sul ainda terão de lidar com um aumento estimado em 15% na tarifa média de energia, em 2021.

Vale ressaltar que os preços praticados pela FERBASA têm como parâmetro uma “cesta” de preços internacionais, dentre os quais os praticados pelos mercados europeu, americano e principalmente o asiático.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Por conta de todos os desafios de 2020, as decisões focaram na proteção da vida das pessoas e na blindagem do caixa da Companhia, mediante a realização de várias adaptações gerenciais que possibilitaram a amenização das condições adversas. Com isso, conseguimos registrar, em 2020, um crescimento de 27% na produção de ferroligas, com destaque para o crescimento das ligas de cromo e o enobrecimento na produção das ligas de silício, com a substituição parcial do FeSi 75 *standard* pelo FeSi HP (alta pureza). Na perspectiva comercial, observou-se um crescimento de 20,4% nas vendas, influenciado principalmente pelo incremento nas exportações de ferroligas, como alternativa à contração do setor siderúrgico brasileiro. No campo econômico-financeiro, racionalizamos os investimentos e realizamos captações estratégicas de recursos. O desempenho do Projeto *Hard Lump* na Mineração teve fundamental importância durante o período, proporcionando um volume recorde na exportação de minério de cromo. Em contrapartida, o desempenho da BW Guirapá foi afetado pelas condições de clima e os ventos não tão favoráveis, fazendo com que a geração de energia eólica ficasse 19% abaixo da garantia física prevista para o ano. Abaixo, os principais destaques trimestrais e do exercício de 2020, em comparação aos de 2019:

<i>Em milhões de reais</i>	4T20	3T20	Δ%	4T19	vΔ%	2020	2019	Δ%
Dólar médio praticado	5,44	5,35	1,7%	4,13	31,7%	5,11	3,93	30,0%
Receita líquida	463,9	385,3	20,4%	286,7	61,8%	1.622,0	1.279,5	26,8%
Custo de produtos vendidos	355,3	296,6	19,8%	258,5	37,4%	1.224,3	1.063,0	15,2%
<i>Custo sobre receita</i>	76,6%	77,0%		90,2%		75,5%	83,1%	
EBITDA Ajustado	97,5	106,9	-8,8%	34,7	181,0%	406,8	241,7	68,3%
Margem EBITDA	21,0%	27,7%		12,1%		25,1%	18,9%	
Lucro (Prejuízo) Líquido	37,5	11,5	226,1%	(1,0)	-	70,0	221,5	-68,4%
<i>Margem de lucro (prejuízo)</i>	8,1%	3,0%		-0,3%		4,3%	17,3%	

PRODUÇÃO – Foram produzidas 296,4 mil toneladas de ferroligas, um acréscimo de 27,0% em relação a 2019, sendo que as ligas de cromo avançaram 47,1%, enquanto as ligas de silício recuaram 1,4% no mesmo período. No 4T20, a produção retrocedeu 7,7% em comparação ao 3T20. Importante notificar que uma parcela dessa produção é consumida internamente, como insumo, na produção de outras ligas.

VOLUME DE VENDAS – Foram comercializadas 268,1 mil toneladas de ferroligas, volume 20,4% superior a 2019. O resultado foi influenciado tanto pelo incremento de 59,3% nas vendas para o mercado externo, quanto pela retração de 9,9% nos volumes destinados ao mercado interno. Vale enfatizar que as quantidades totais transacionadas no 4T20 aumentaram 25,7% em comparação ao 3T20.

RECEITA LÍQUIDA – A receita líquida totalizou R\$ 1.622,0 milhões, perfazendo um acréscimo de 26,8% quando comparado a 2019. Esse resultado decorre da valorização de 30,0% no dólar médio praticado, do crescimento de 20,4% no volume de vendas e da redução de 14,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da FERBASA.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS – O CPV totalizou R\$ 1.224,3 milhões, agregando um aumento de 15,2% em comparação com 2019, impactado majoritariamente pela variação positiva de 20,4% no volume de vendas. Adicionalmente, a relação de 71,3% do CPV das ferroligas sobre suas respectivas receitas líquidas em 2020 demonstra uma melhora quando comparada aos 77,9% alcançados em 2019.

DESPESAS COM VENDAS E GERAIS/ADMINISTRATIVAS – As despesas com vendas totalizaram R\$ 20,1 milhões, com acréscimo de 46,7% em relação ao ano anterior, influenciadas pela expansão das

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

exportações de ferroligas e minério de cromo. Já as despesas gerais/administrativas totalizaram R\$ 109,1 milhões, com redução de 14,4% quando comparadas a 2019, em função da redução das provisões para participação nos resultados, que são calculadas sobre o lucro, e do maior controle de dispêndios. Como resultado, o total das despesas com vendas e gerais/administrativas recuou R\$ 11,9 milhões, uma queda de 8,4% frente a 2019.

OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS – A linha outras despesas/receitas operacionais apresentou um resultado líquido negativo de R\$ 35,8 milhões, em oposição ao resultado positivo de R\$ 61,8 milhões em 2019, quando houve registro do crédito de R\$ 116,1 milhões proveniente do trânsito em julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

EBITDA AJUSTADO – Foi registrada uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 406,8 milhões, equivalentes a 25,1% de margem EBITDA (R\$ 49,5 milhões relativos ao parque eólico BWG), registrando um aumento de 68,3% em comparação a 2019, cujo EBITDA atingiu o montante de R\$ 241,7 milhões, e margem de 18,9%, dos quais R\$ 65,1 milhões referentes à BWG.

GERAÇÃO/CONSUMO DE CAIXA – A geração de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras foi de R\$ 168,4 milhões, finalizando o período com o saldo consolidado de R\$ 411,4 milhões. Essa evolução permitiu a redução de 52,5% na dívida líquida, em comparação à posição de 2019. Vale destacar o esforço realizado ao longo do ano no controle sobre a evolução da necessidade de capital de giro.

RESULTADO FINANCEIRO E HEDGE CAMBIAL – O resultado financeiro foi negativo em R\$ 207,0 milhões, fortemente influenciado pelo resultado negativo de R\$ 184,7 milhões em operações com instrumentos de Hedge Cambial. Entretanto, a mesma desvalorização cambial que impactou positivamente o faturamento de ferroligas e de minério de cromo gerou um resultado financeiro negativo sobre a parcela desse faturamento coberta pelos contratos de hedge cambial.

CAPEX – Em 2020, foram investidos R\$ 52,9 milhões, um decréscimo de 54,5% em relação ao realizado em 2019, como consequência das medidas adotadas pela Companhia para fazer frente ao cenário mercadológico desafiador provocado pela pandemia. Essa contenção de investimentos foi realizada de forma criteriosa, de modo a não colocar em risco a operação das unidades de negócio ou a qualidade de nossos produtos.

LUCRO LÍQUIDO – O lucro líquido consolidado em 2020 totalizou R\$ 70,0 milhões (R\$ 69,8 milhões atribuídos ao controlador e R\$ 0,2 milhões atribuídos aos não controladores), representando uma redução de 68,4% em relação a 2019. Esse resultado foi influenciado pelos efeitos supracitados, que serão detalhados nas seções seguintes deste relatório. Vale lembrar que o lucro líquido de 2019, foi positivamente impactado em R\$ 197,1 milhões (sendo o efeito líquido de R\$ 133,1 milhões), em função do trânsito em julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

PROVENTOS – Mantendo-se como pagadora regular de proventos aos acionistas, a Companhia deliberou pela distribuição de proventos num montante bruto de R\$ 76,5 milhões em 2020, proporcionando uma distribuição do lucro (*payout*) de 109% e uma rentabilidade para o acionista (*dividend yield*) na ordem de 5,0%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. PRODUÇÃO

Em 2020, foram produzidas 296,4 mil toneladas de ferroligas, um aumento de 27,0% em comparação com 2019, como resultado ao incremento de 47,1% das ligas de cromo e do recuo de 1,4% das ligas de silício.

A produção total de ferroligas no 4T20 atingiu 70,3 mil toneladas, um decréscimo de 7,7% em relação ao 3T20, reflexo da queda de 9,1% das ligas de cromo e de 4,6% nas ligas de silício. Vale lembrar que uma parcela desta produção é consumida internamente, como insumo, na produção de outras ferroligas.

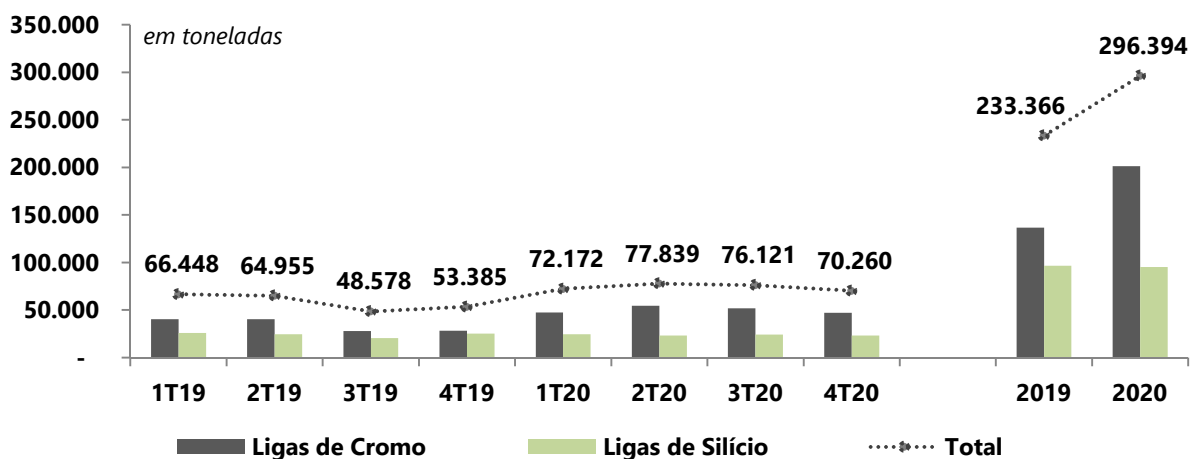
A produção do 4T20 foi afetada principalmente pela ocorrência de um incêndio na fábrica de ferrossilício, que implicou numa perda média de 12 dias de produção. Houve também maior incidência de interrupções na produção por necessidade de manutenção nos fornos.

Em relação a 2019, a produção de minério de cromo cresceu 17,5%, entre outros fatores, graças à evolução do Projeto *Hard Lump*.

Produção (ton)	4T20	3T20	Δ%	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Ligas de Cromo	47.182	51.927	-9,1%	28.080	68,0%	201.189	136.780	47,1%
Ligas de Silício	23.078	24.194	-4,6%	25.305	-8,8%	95.205	96.586	-1,4%
Total	70.260	76.121	-7,7%	53.385	31,6%	296.394	233.366	27,0%
<i>Utilização da capacidade instalada (MWh) %</i>	76,7%	83,8%		64,4%		80,2%	67,8%	

A capacidade instalada, medida com base na quantidade de energia elétrica que pode ser consumida nos fornos em MWh, tem como premissas: i) a operação diária e ininterrupta dos fornos, em potência normal (sem redução de potência ou desligamentos de qualquer natureza); e ii) a configuração dos produtos (relação forno X produto) que maximize as respectivas potências da operação. Na prática, a utilização da capacidade instalada é afetada pela(s): i) redução média na potência dos fornos durante o horário de ponta (18h às 21h); ii) paradas operacionais para manutenções e reformas; iii) redução da potência de alguns fornos para viabilizar produtos específicos; e iv) pela decisão eventual de comercializar parte da energia contratada no Mercado Livre. No 4T20, a FERBASA utilizou 76,7% da capacidade instalada, muito em virtude do incêndio ocorrido na fábrica de FeSi, cujos efeitos foram mitigados pela comercialização de energia, o equivalente a 14% de toda energia elétrica contratada para cessão junto ao Mercado Livre (ACL).

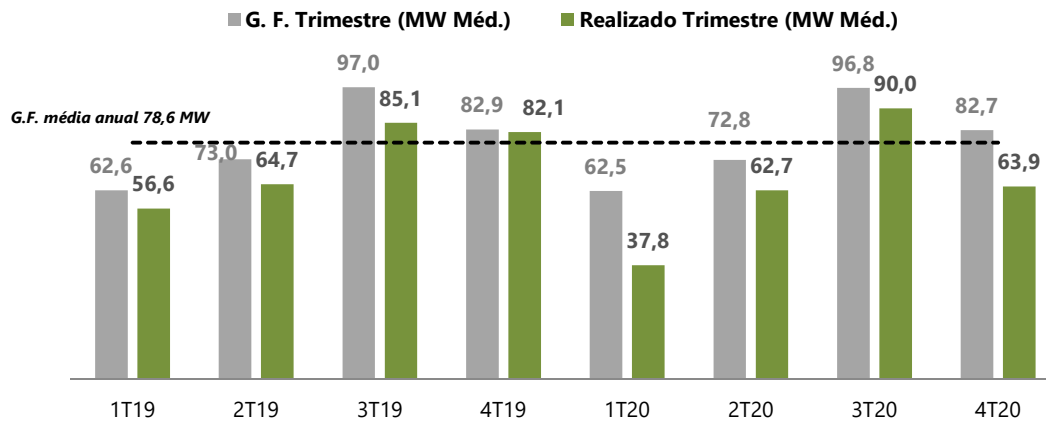
Abaixo, a evolução da produção de ferroligas entre o 1T19 e o 4T20, bem como o acumulado de cada ano.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.1 Geração de Energia Elétrica – BW Guirapá

A geração líquida de energia elétrica nos parques da BW Guirapá atingiu 63,9 MW médios no 4T20, patamar 22,2% abaixo do 4T19 e 22,7% abaixo dos 82,7 MW médios de garantia física (entrega líquida contratada para o período, considerando a sazonalidade do trimestre). Em 2020, a geração de energia eólica média ficou 19,1% abaixo da garantia física média prevista para o ano.



O resultado do Complexo Eólico BW Guirapá deve ser analisado à luz de alguns fatores que influenciam a geração de energia eólica: (i) a disponibilidade operacional de todo o Complexo Eólico, que, no caso do aerogerador, está relacionada ao tempo disponível para operar, e também, ao tempo relativo à efetiva geração de energia (disponibilidade por energia); (ii) performance dos aerogeradores, apurada pela relação entre a geração real e a esperada, em função da curva de potência teórica da turbina; (iii) condições climáticas da atmosfera quanto à qualidade dos ventos (velocidade e densidade), que é o fator determinante para o nível de geração de energia de parques eólicos; (iv) restrições sistêmicas impostas pela ONS; e (v) as perdas elétricas internas e externas.

A diferença entre a geração bruta prevista (melhor expectativa de geração), de 94,5 MW médios para o 4T20, e a geração líquida efetivamente realizada, de 63,9 MW médios, pode ser assim explicada:

Fatores gerenciáveis (- 4,1 MW médios):

- Disponibilidade realizada de 96,0%, que provocou uma redução de 2,9 MW médios na geração de energia. O resultado foi principalmente impactado pela realização de manutenções não programadas em 01 *gearbox* e em transformadores de potencial e para-raios, bem como eventos de *grid* provocados por descargas atmosféricas.
- Performance média realizada de 98,3% no período, influenciando negativamente o resultado em 1,2 MW médios. Esse desempenho está relacionado à calibragem dos equipamentos de medição que temos no parque e que orientam a utilização dos aerogeradores.

Fatores não gerenciáveis (- 26,5 MW médios):

- O clima impactou negativamente a geração bruta esperada de 21,1 MW médios, pois a velocidade média realizada no período foi de 7,8 m/s, valor abaixo do esperado e necessário à geração elétrica contratada de 9,5 m/s.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- As restrições sistêmicas impostas pelo ONS para gerenciamento em tempo real do Sistema Interligado Nacional (SIN) reduziram em 0,1 MW médios a geração do parque.
- As perdas elétricas internas e externas referentes às perdas projetadas nos equipamentos e no sistema de transmissão (Perdas sistêmicas externas – rateio do ONS) suprimiram da geração bruta um total de 5,3 MW médios.

As principais ações de melhoria foram focadas na estrutura do BOP eletromecânico (sistema de distribuição, transmissão e conexão de energia) e resultaram numa disponibilidade anual de 99,05%. O índice de disponibilidade dos aerogeradores foi de 98,20%, mesmo com a substituição de 02 *gearboxes*. Em 2020, a BW Guirapá concentrou-se na peritagem desses equipamentos, visando estabelecer mecanismos de mitigação de falhas, havendo perspectivas de melhorias de alguns resultados ainda em 2021.

7. VENDAS

O volume de vendas acumulado em 2020 alcançou 268,1 mil toneladas, um aumento de 20,4% em relação a 2019, resultado que reflete a contração de 9,9% nas vendas para o mercado interno e a expansão de 59,3% nas vendas para o mercado externo. Esse perfil de comercialização decorreu da queda na demanda nacional por todos os nossos produtos e, paralelamente, das ações compensatórias desenvolvidas para reduzir os impactos adversos.

No 4T20, foram comercializadas 76,0 mil toneladas de ferroligas, um crescimento de 25,7% em relação ao 3T20. No tocante ao mercado interno, houve aumento de 31,1% nas vendas do 4T20, frente ao 3T20, evolução que reflete a rápida, porém recente, recuperação do mercado nacional. No que se refere ao mercado externo, houve crescimento de 21,7% nas vendas, quando comparadas com o 3T20. Para o 1S21, projeta-se que o mercado siderúrgico permaneça aquecido, nacional e internacionalmente.

Foram comercializadas, ainda, 22 mil toneladas de minério, exportadas no 4T20. As exportações anuais de minério totalizaram 110 mil toneladas, volume que representa um acréscimo de 78,6% com relação a 2019.

Toneladas	4T20	3T20	Δ%	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
MERCADO INTERNO								
Ligas de Cromo	32.227	24.929	29,3%	21.087	52,8%	106.066	108.899	-2,6%
Ligas de Silício	1.885	1.098	71,7%	4.029	-53,2%	6.812	16.331	-58,3%
Total MI	34.112	26.027	31,1%	25.116	35,8%	112.878	125.230	-9,9%
MERCADO EXTERNO								
Ligas de Cromo	21.715	11.275	92,6%	4.635	368,5%	66.655	15.762	322,9%
Ligas de Silício	20.170	23.144	-12,8%	20.261	-0,4%	88.530	81.664	8,4%
Total ME	41.885	34.419	21,7%	24.896	68,2%	155.185	97.426	59,3%
TOTAL (MI + ME)	75.997	60.446	25,7%	50.012	52,0%	268.063	222.656	20,4%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.1 Receita Líquida

Em 2020, a receita líquida totalizou R\$ 1.622,0 milhões e cresceu 26,8% em relação a 2019, influenciada pelo acréscimo de 67,1% na receita do mercado externo e pela redução de 2,9% no mercado interno. Esse resultado deveu-se principalmente à valorização de 30,0% no dólar médio praticado, expansão de 20,4% no volume de vendas e à redução de 17,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da Companhia.

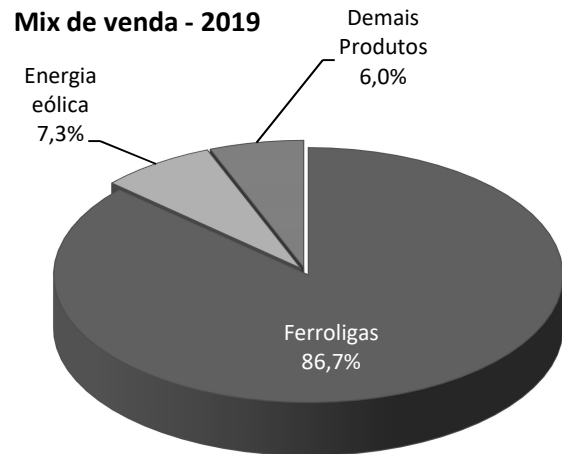
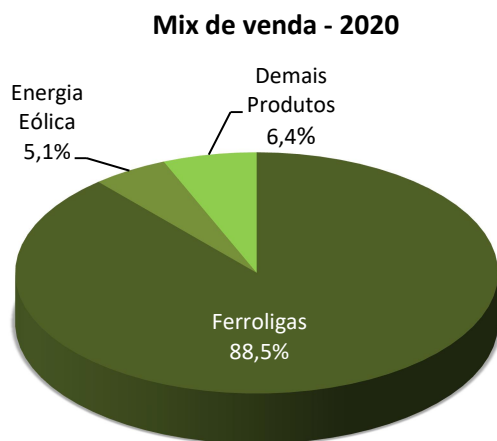
No 4T20, a receita líquida atingiu R\$ 463,9 milhões, um aumento de 20,4% em relação ao 3T20. Esse resultado é explicado pelo acréscimo de 25,7% nas vendas, valorização de 1,7% no dólar médio praticado e pela manutenção (-0,1%) do preço médio, em dólar, dos principais produtos. Houve também uma retomada gradativa das vendas para o mercado nacional, que representou 49,0% da receita líquida no 4T20, em relação aos 46,6% registrados no 3T20.

Em milhões de reais	4T20	3T20	Δ%	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
MERCADO INTERNO								
Ferroligas	197,7	142,2	39,0%	111,6	77,1%	596,2	591,5	0,8%
Energia eólica	20,9	30,2	-30,8%	26,5	-21,1%	82,7	93,9	-11,9%
Demais Produtos (*)	8,5	7,1	19,7%	10,4	-18,3%	37,3	51,9	-28,1%
Total MI	227,1	179,5	26,5%	148,5	52,9%	716,2	737,3	-2,9%
MERCADO EXTERNO								
Ferroligas	220,3	186,9	17,9%	128,0	72,1%	839,8	517,5	62,3%
Demais Produtos (*)	16,5	18,9	-12,7%	10,2	61,8%	66,0	24,7	167,2%
Total ME	236,8	205,8	15,1%	138,2	71,3%	905,8	542,2	67,1%
TOTAL (MI+ME)	463,9	385,3	20,4%	286,7	61,8%	1.622,0	1.279,5	26,8%
Dólar médio praticado (R\$/USD)	5,44	5,35	1,7%	4,13	31,7%	5,11	3,93	30,0%

(*) inclui receita com areia de cromita, cal, microsilica, madeira, escórias e minério de cromo.

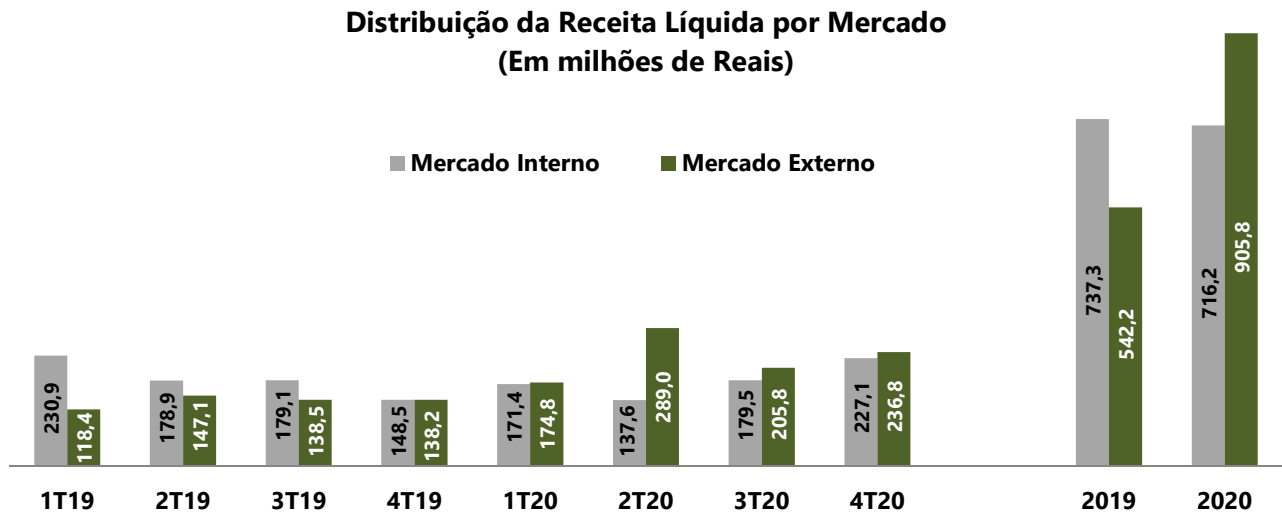
7.2 Receita Líquida por Produto e Mercado (%)

Abaixo, a receita líquida por produto:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O gráfico abaixo mostra a intensificação das exportações desde o 1T19, quando a participação na receita líquida total era de 33,9%, passando para 67,7% no 2T20, e 51,0% do 4T20, evolução que evidencia os esforços por ganho de competitividade em exigentes mercados, como o americano, japonês e o europeu.



8. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Comparativamente a 2019, os custos de produção das ligas em 2020 foram influenciados pela elevação de 6,7% no preço médio global da energia elétrica consumida (energia contratada junto à CHESF e no Mercado Livre), bem como pelos custos com encargos setoriais (ESS, CDE) e linhas de transmissão. Como efeito compensatório, substituiu-se parte da energia contratada no Mercado Livre por novas contratações de menor preço, além da aquisição de volumes adicionais, ambas realizadas no mercado *spot*, em aproveitamento ao baixo nível do PLD.

O custo de produção do ferrocromo alto carbono foi beneficiado pelo aumento da produção e pela utilização de um mix de minério de cromo com melhor rendimento metalúrgico, que proporcionou a melhoria nos consumos específicos de energia elétrica e demais matérias-primas. Outro destaque foi o controle mais efetivo do processo de suprimento do coque, como reflexo da parceria estratégica firmada entre a FERBASA e um fornecedor da Colômbia.

Houve melhora no custo de produção do ferrocromo baixo carbono, em decorrência do aumento da produção, preço de aquisição e menor número de quebras do eletrodo de grafite, além de alguns progressos no desempenho dos fornos.

No ferrossilício, observou-se um aumento no custo global de produção, impactado principalmente pela mudança no mix de produção, em favor da produção de FeSi HP, liga mais eletrointensiva, porém de maior valor agregado, graças à mudança da estrutura produtiva propiciada pelo pleno funcionamento da 2ª *casting machine*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A linha Energia Eólica apresentada na tabela abaixo se refere ao CPV da BW Guirapá, cujos componentes estão associados à depreciação, transmissão de energia e manutenção do parque eólico.

Em milhões de reais	4T20	%RL(*)	3T20	%RL(*)	4T19	%RL(*)	2020	%RL(*)	2019	%RL(*)
Ferroligas	303,4	72,6%	233,2	70,9%	201,0	83,9%	1.024,5	71,3%	863,4	77,9%
Energia eólica	16,4	78,5%	16,0	53,0%	15,6	58,9%	65,8	79,6%	61,8	65,8%
Demais produtos (i)	19,5	78,0%	19,6	75,4%	24,4	118,4%	86,5	83,7%	68,7	89,7%
Subtotal produtos	339,3		268,8		241,0		1.176,8		993,9	
Exaustão do ativo biológico	6,9		25,1		10,4		32,0		42,6	
Capacidade ociosa	3,4		0,7		5,7		5,4		20,3	
Outros	5,7		2,0		1,5		10,1		6,2	
Subtotal outros	16,0		27,8		17,6		47,5		69,1	
Total geral	355,3		296,6		258,6		1.224,3		1.063,0	
%Receita líquida	76,6%		77,0%		90,2%		75,5%		83,1%	

(*) considera os percentuais de CPV pela RL de cada produto. (i) Incluem custos para os produtos: minério de cromo (tipo Lump para exportação), areia de cromita, cal, microsilica, madeira e escórias.

Consoante ao observado na tabela acima, a exaustão (colheita) é reconhecida no Custo do Produto Vendido (CPV), junto com o consumo de biorredutor para a fabricação de ferrossilício 75 (detalhado na Nota Explicativa 20 – Ativo Biológico das Demonstrações Financeiras). Já a variação do valor justo do ativo biológico é apresentada em linha específica da Demonstração de Resultado do Exercício.

9. DESPESAS

9.1 Despesas com Vendas

As despesas com vendas apresentaram um acréscimo de 46,7%, variando de R\$ 13,7 milhões em 2019 para R\$ 20,1 milhões em 2020. Na comparação entre os períodos, a elevação ocorreu, sobretudo, em virtude do maior volume de exportação de ferroligas e minério de cromo. Os percentuais das despesas com vendas sobre a receita líquida corresponderam a 1,1% em 2019 e 1,2% em 2020.

9.2 Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas incluem as parcelas referentes aos salários, benefícios, honorários da administração, encargos sociais e serviços de consultorias estratégicas consolidadas de toda a FERBASA e suas subsidiárias, adicionadas à provisão das participações nos lucros. Em 2020, essas despesas totalizaram R\$ 109,1 milhões (dos quais R\$ 5,4 milhões se referem à subsidiária BWG) e apresentaram um decréscimo de 14,4% frente aos R\$ 127,4 milhões realizados em 2019 (dos quais R\$ 8,6 milhões estão relacionados à BWG). Esses gastos equivalem, respectivamente, a 10,0% e 6,7% das receitas líquidas de 2019 e 2020, com redução basicamente associada ao decréscimo das provisões para participação nos resultados, além da implementação de medidas internas, como a revisão de contratos e renegociação com fornecedores. Essas ações estiveram diretamente relacionadas à diretriz de contenção de gastos com vistas ao enfrentamento do cenário adverso vivenciado durante o ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.3 Outras Despesas/ Receitas Operacionais

Em 2020, a linha outras despesas/receitas operacionais apresentou um resultado líquido negativo de R\$ 35,8 milhões, contrapondo 2019, cujo resultado líquido positivo foi de R\$ 61,8 milhões, decorrente do registro do crédito R\$ 116,1 milhões proveniente do trânsito em julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Desconsiderando-se o referido crédito, o resultado dessa rubrica de 2019 seria igualmente negativo e haveria uma redução de despesas de 34% em 2020 em relação ao ano anterior. Para maior detalhamento entre esses períodos, é recomendada a leitura da Nota Explicativa nº 34 das Demonstrações Financeiras de 2020.

10. EBITDA AJUSTADO

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade e representa o lucro do exercício apurado antes dos juros, do Imposto de Renda, da contribuição social, da depreciação, da amortização e da exaustão. A **FERBASA** apresenta o seu EBITDA ajustado de acordo com a Instrução CVM 527/12, com adição ou exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, reversão do efeito líquido do valor justo dos ativos biológicos e constituição (reversão) de provisão para contingências e recebimento de seguros. Em razão de sua relevância, os valores não recorrentes foram devidamente ajustados, conforme demonstrado a seguir.

<i>Em milhões de reais - Consolidado</i>	4T20	3T20	Δ%	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	37,5	11,5	226,1%	(1,0)	-	70,0	221,5	-68,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido (ex-hedge)	17,2	6,5	164,6%	11,2	53,6%	22,3	(50,0)	-
(+/-) Resultado hedge	34,9	62,9	-44,5%	(3,2)	-	184,7	(26,1)	-
(+/-) IRPJ/CSLL	(9,7)	(2,2)	340,9%	(12,4)	-21,8%	1,8	33,8	-94,7%
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia ¹	34,9	37,5	-6,9%	40,5	-13,8%	150,2	147,9	1,6%
EBITDA	114,8	116,2	-1,2%	35,1	227,1%	429,0	327,1	31,2%
(+/-) Provisão para contingências e outros ²	0,2	(8,7)	-	7,1	-97,2%	(5,6)	8,1	-
(+/-) Exclusão ICMS base PIS e COFINS ³	-	-	-	-	-	-	(94,1)	-
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos ⁴	(15,4)	1,2	-	(7,5)	105,3%	(14,2)	0,6	-
(+/-) Recebimento de sinistro de seguro ⁵	-	(1,8)	-100,0%	-	-	(2,4)	-	-
EBITDA Ajustado	99,6	106,9	-6,8%	34,7	187,0%	406,8	241,7	68,3%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>21,5%</i>	<i>27,7%</i>		<i>12,1%</i>		<i>25,1%</i>	<i>18,9%</i>	

- 1) Efeito da depreciação e amortização do ativo imobilizado e do direito de uso reconhecidos no resultado (Nota 19 das Demonstrações Financeiras de 2020), além da exaustão do custo histórico do ativo biológico (Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 2020) e da realização da mais-valia (Nota 19 das Demonstrações Financeiras de 2020).
- 2) Efeito líquido da provisão para contingências em decorrência da constituição de novos processos e as reversões do período (Nota 28 das Demonstrações Financeiras de 2020).
- 3) Efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS que não contempla a atualização monetária e dos impostos de renda e contribuição social que estão apresentados no resultado financeiro líquido e IRPJ/CSLL, respectivamente (Nota 14 das Demonstrações Financeiras de 2020). O valor está líquido do PIS/COFINS, assessoria jurídica e PLR (participação nos lucros e resultados) proporcional.
- 4) Efeito líquido entre a variação do valor justo do período (preço/crescimento) e o valor justo da exaustão (venda/consumo) – vide Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 2020.
- 5) Refere-se ao recebimento de sinistro de seguros pela quebra de alguns gearboxes na BWG.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Adicionalmente, destaque para o quadro do EBITDA da subsidiária BW Guirapá.

<i>Em milhões de reais - BW</i>	4T20	3T20	Δ%	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Lucro (Prejuízo) líquido	(2,5)	9,0	-	2,9	-	(11,5)	(2,5)	-360,0%
(+/-) Resultado financeiro líquido	5,5	5,5	-	6,0	-8,3%	22,6	26,4	-14,4%
(+/-) IRPJ/CSLL	-	-	-	0,2	-100,0%	-	0,4	-100,0%
(+/-) Depreciação e amortização	10,2	10,2	-	10,2	-	40,8	40,8	-
EBITDA	13,2	24,7	-46,6%	19,3	-31,6%	51,9	65,1	-20,3%
(+/-) Recebimento de sinistro de seguro	-	(1,8)	-	-	-	(2,4)	-	-
EBITDA Ajustado	13,2	22,9	-42,4%	19,3	-31,6%	49,5	65,1	-24,0%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>63,2%</i>	<i>75,8%</i>		<i>72,8%</i>		<i>59,9%</i>	<i>69,3%</i>	

11. ESTRUTURA FINANCEIRA**11.1 Caixa Líquido e Consumo de Caixa**

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) não considera os valores alocados na conta de “aplicações financeiras”. Desse modo, considerando as contas de caixa e equivalentes de caixa, o montante gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos em 2020 foi de R\$ 16,8 milhões, e foi principalmente impactado por:

(+) R\$ 257,7 milhões de resultado operacional gerado no exercício;

(-) R\$ 197,5 milhões das atividades de investimento, resultado influenciado pelo resgate líquido de aplicações financeiras no montante de (-) R\$ 145,0 milhões, pelas aquisições para o ativo imobilizado e custeio do ativo biológico que juntos totalizaram (-) R\$ 53,0 milhões, e demais efeitos no montante de (+) R\$ 0,5 milhão;

(-) R\$ 43,4 milhões das atividades de financiamento, impactados: (i) pela captação de nova dívida de (+) R\$ 101,9 milhões referente a adiantamentos de contrato de câmbio ACC (variação cambial + 3,37% a.a. em média e vencimento até março de 2021), como medida protetiva de caixa por conta do surgimento da pandemia; (+) R\$ 50,0 milhões referente à Cédula de Crédito Bancário CCB (CDI + 3,58% a.a. e vencimento em 2025), para financiamento dos investimentos do ano e (+) R\$ 36,7 milhões referente à Nota de Crédito à Exportação NCE (CDI + 1,9% a.a. e vencimento em 2021), para capital de giro; (ii) pela amortização dos empréstimos e financiamentos consolidados no montante de (-) R\$ 156,2 milhões (com destaques para os R\$ 25,8 milhões referentes à dívida da BWG junto ao BNDES, e R\$ 27,4 milhões referentes à dívida da FERBASA pela aquisição do parque eólico); (iii) pagamento de arrendamentos/alugueis no montante de (-) R\$ 26,8 milhões; e (iv) pelos pagamentos de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP), no montante de (-) R\$ 49,0 milhões.

Considerando-se também os valores alocados na conta de “aplicações financeiras”, a Companhia realizou uma geração total de caixa de R\$ 168,4 milhões em 2020, tendo encerrado o mês de dezembro com uma dívida líquida de R\$ 122,1 milhões (R\$ 203,0 milhões referente à dívida líquida da BWG e R\$ 80,9 milhões referente ao caixa líquido da FERBASA), 52,5% inferior à posição em 31 de dezembro de 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em milhões de reais - Consolidado	31/12/2020	31/12/2019	Δ
Caixa e equivalentes de caixa	90,5	73,7	16,8
Aplicações financeiras	320,9	169,3	151,6
Empréstimos e financiamentos*	(533,5)	(499,8)	(33,7)
Dívida Líquida	(122,1)	(256,8)	134,7

(*) valor não deduzido do custo de captação (IOF) de R\$ 4,9 e R\$ 5,4 milhões para 2020 e 2019, respectivamente.

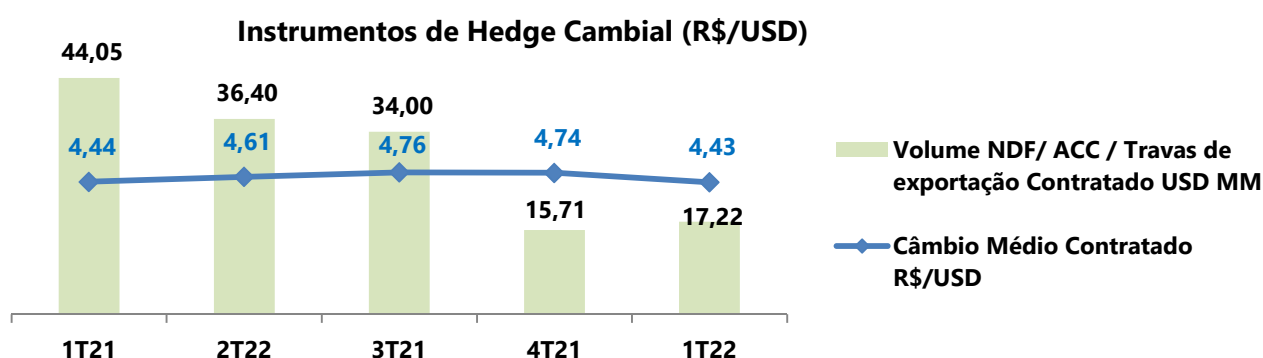
11.2 Resultado Financeiro Líquido

A tragédia mundial causada pela pandemia afetou profundamente as condições operacionais do mercado financeiro e de capitais, principalmente, no que se refere ao nível exorbitante de instabilidade observado em variáveis como taxas de câmbio, preços de *commodities*, custo de operações financeiras, e o comportamento das bolsas de valores.

Com a aversão internacional ao risco em alta, a fuga de capitais do Brasil, reflexo da redução na taxa básica de juros adotada pelo Governo Federal para estímulo da atividade econômica, e das preocupações com o quadro fiscal do País, potencializaram a desvalorização cambial do real frente ao dólar da ordem de 29,3% em 2020.

O resultado financeiro do 4T20 foi de R\$ 52,1 milhões negativos, frente aos R\$ 69,4 milhões negativos do 3T20 e aos R\$ 8,0 milhões negativos registrados no 4T19. Em 2020, totalizamos R\$ 207,0 milhões negativos, frente aos R\$ 76,1 milhões positivos registrados em 2019. Vale ressaltar que a receita financeira de 2019 foi impactada pelo reconhecimento da atualização monetária da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no montante de R\$ 81,0 milhões.

O principal impacto em 2020 foi o resultado negativo de R\$ 184,7 milhões em instrumentos de hedge cambial (NDFs, travas cambiais e ACCs), reflexo da diferença entre a taxa média contratada de R\$/USD 4,26 e a efetivamente praticada de R\$/USD 5,39. No gráfico abaixo apresentamos a posição contratada em 31/12/2020.



A prática de Hedge Cambial está contemplada em nossa Política de Risco Financeiro e tem como objetivo mitigar o impacto da volatilidade cambial sobre o resultado. Essa Política foi revisada de modo a, progressivamente, reduzir o volume de operações em relação ao faturamento da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado financeiro	4T20	3T19	Δ%	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Desempenho financeiro								
Receita financeira	3,7	3,7	-	3,5	5,7%	20,0	103,2	-80,6%
Despesa financeira	(10,4)	(8,3)	25,3%	(10,7)	-2,8%	(39,1)	(48,9)	-20,0%
Variação cambial líquida	(10,5)	(1,9)	452,6%	(4,0)	162,5%	(3,2)	(4,3)	-25,6%
Subtotal	(17,2)	(6,5)	164,6%	(11,2)	53,6%	(22,3)	50,0	-
Resultado hedge Liquidados	(34,9)	(62,9)	-44,5%	3,2	-	(184,7)	26,1	-
Total geral	(52,1)	(69,4)	-24,9%	(8,0)	551,3%	(207,0)	76,1	-

12. INVESTIMENTO NO IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E ATIVO BIOLÓGICO**12.1 CAPEX**

Em 2020, visando o enfrentamento do cenário de incertezas da pandemia, a Ferbasa adotou uma posição mais cautelosa para preservação do caixa e restringiu os seus investimentos em projetos de otimização das operações e estratégicos. Sob essa diretriz, o CAPEX totalizou em R\$ 52,9 milhões, valor 54,5% inferior ao realizado em 2019, conforme o quadro a seguir, onde são apresentados os investimentos segregados por unidade de negócio:

<i>Em milhões de reais</i>	Metalurgia	Mineração	Florestal	Energia eólica	2020	2019
Máquinas e equipamentos	5,9	7,9	1,3	3,7	18,8	59,0
Ativo biológico	-	-	15,2	-	15,2	26,5
Edificações	4,9	0,9	1,5	-	7,3	13,7
Minas	-	5,4	-	-	5,4	11,0
Veículos e tratores	0,9	0,1	0,1	-	1,1	0,5
Móveis e utensílios	0,3	0,1	-	-	0,4	0,8
Informática, intangível e outros	2,4	0,1	2,0	0,2	4,7	4,7
Total	14,4	14,5	20,1	3,9	52,9	116,2

No geral, os principais investimentos do período foram a manutenção do ativo biológico na Florestal (corresponde a 75,6% do investimento da unidade, e 28,7% do investimento total da Companhia) e a renovação de máquinas e equipamentos e desenvolvimento de mina (corresponde a 91,7% do investimento da unidade da Mineração e 25,1% do investimento total de 2020).

13. LUCRO LÍQUIDO

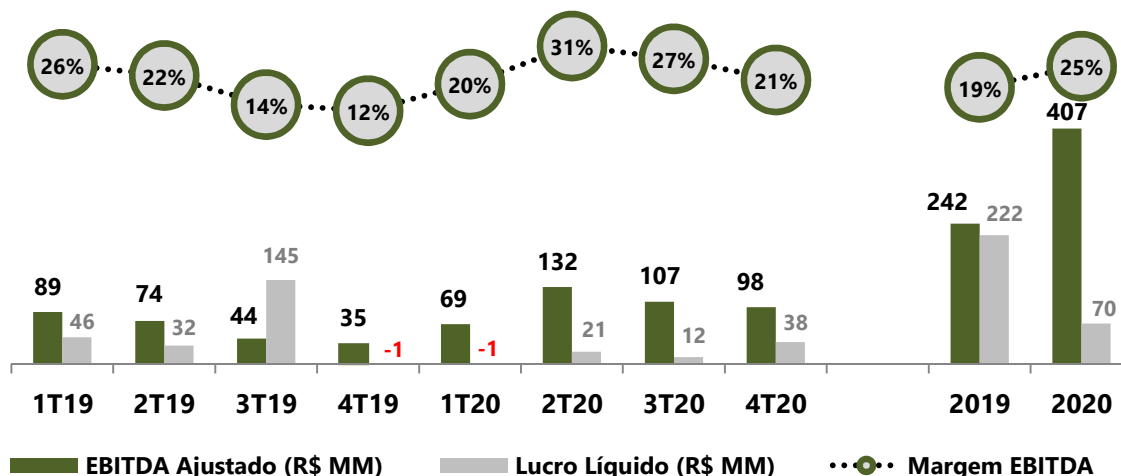
Como resultado dos efeitos mencionados neste relatório, o lucro de 2020 totalizou R\$ 70,0 milhões, uma redução de 68,4% em relação a 2019 e uma margem de 4,3% sobre a receita líquida. Já o lucro líquido no 4T20 totalizou R\$ 37,5 milhões e representou uma margem de 8,1% sobre a receita líquida. O resultado de 2020, frente ao ano anterior, foi majoritariamente impactado pelo (a):

- (i) Manutenção do nível das operações produtivas dentro da normalidade;
- (ii) Mudança no mix de comercialização, alocando maiores volumes para exportações em decorrência da retração no mercado interno;
- (iii) Valorização do dólar que gerou efeitos positivos sobre o faturamento e negativos às operações de hedge cambial;
- (iv) Redução no preço médio ponderado em dólar dos principais produtos da Companhia;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(v) Prejuízo de R\$ 11,5 milhões da BW Guirapá.

Apesar das adversidades ocasionadas pela crise sanitária, a FERBASA realizou uma geração de caixa de R\$ 168,4 milhões em 2020, encerrando o ano com um saldo de caixa (considerando caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) de R\$ 411,4 milhões e uma dívida líquida de R\$ 122,1 milhões 52,5% inferior ao patamar de 2019.



14. DESTINAÇÃO DO LUCRO

Ao longo do ano, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio no valor global de R\$ 76,5 milhões, conforme destacado:

- RCA de 28 de agosto de 2020: **R\$ 13,7 milhões** de juros sobre o capital próprio (ordinárias: R\$ 0,1509931411 por ação / preferenciais: R\$ 0,1660924552 por ação);
- RCA de 26 de novembro de 2020: **R\$ 44,3 milhões** de juros sobre o capital próprio (ordinárias: R\$ 0,4887148344 por ação / preferenciais: R\$ 0,5375863178 por ação);
- RCA de 22 de dezembro de 2020: **R\$ 18,5 milhões** de juros sobre o capital próprio (ordinárias: R\$ 0,2042212565 por ação / preferenciais: R\$ 0,2246433821 por ação);

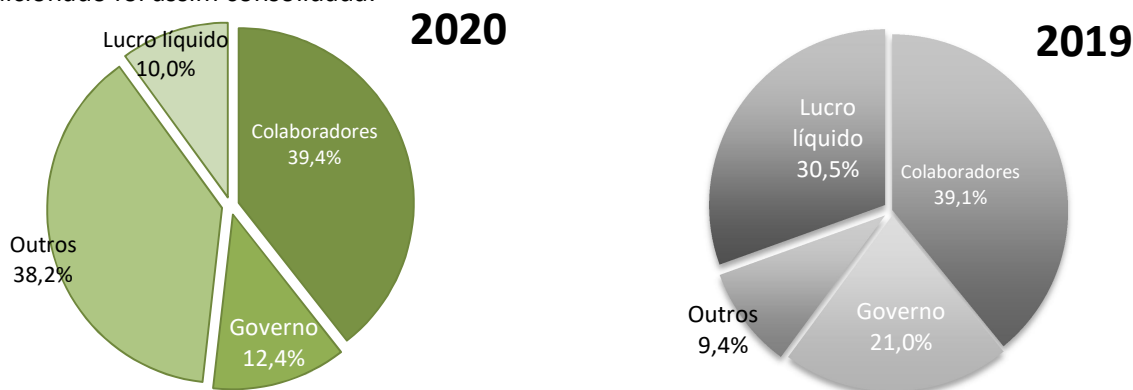
Ao distribuir os montantes acima, a Companhia reafirmou a prática dos últimos anos como pagadora regular de proventos, proporcionando uma distribuição do lucro (*payout*) de 109% aos seus acionistas.

As deliberações supracitadas estão alinhadas às boas práticas de pagamentos de proventos realizadas após as publicações dos resultados trimestrais, também continuadas no exercício de 2020. A decisão de postergação da deliberação em relação ao 1T20 fez parte de um conjunto de medidas preventivas para combate à crise, as quais refletiram, naquele momento, nossa cautela acerca das incertezas e dos desdobramentos da pandemia e de seus respectivos efeitos sobre a economia brasileira e internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

15. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Os gráficos abaixo demonstram a riqueza gerada pela Companhia e a sua distribuição para a sociedade. Em 2020, a FERBASA gerou R\$ 704,2 milhões, montante 3,2% inferior à geração de 2019. A distribuição do valor adicionado foi assim consolidada:



Em milhões de reais	2020	Δ%	2019
Colaboradores	277,8	-2,5%	284,9
Governo	87,2	-43,0%	152,9
Outros (1)	269,2	294,1%	68,3
Lucro Líquido (2)	70,0	-68,4%	221,5
Total	704,2	-3,2%	727,6

(1) Referem-se a juros, aluguéis, arrendamentos, resultado financeiro, hedge e outros.

(2) Acionistas e lucros retidos.

16. MERCADO DE CAPITAIS

16.1 Desempenho FESA4 na B3

Alguns indicadores sobre o desempenho das ações da **FERBASA** no mercado de capitais são apresentados na tabela a seguir.

	2020	Δ%	2019
Volume de ações negociadas (mil)	73.718	+30,9%	56.328
Valor transacionado (R\$ mil)	1.328.237	+13,2%	1.173.231
Valor de mercado (R\$ mil) (1)	2.046.668	+15,8%	1.767.283
Ações em circulação <i>Free Float</i> (mil) (2)	40.468	-	40.457
Última cotação do período (R\$ PN)	19,11	-4,5%	20,01
Valor patrimonial por ação (R\$)	20,72	-4,1%	21,60

Notas:

(1) Número de ações (por classe ON e PN) multiplicadas pelas respectivas cotações nas datas 31/12/2020 e 31/12/2019;

(2) Volume total de ações da Companhia, excluindo as ações em posse da tesouraria (ON: 40 mil; PN: 3.183 mil), do Controlador (ON: 29.086 mil; PN: 15.416 mil) e dos Administradores (ON: 616; PN: 115,6 mil);

Ao comparar os anos de 2019 e 2020 é possível observar um aumento no volume e valor transacionado, intensificado pelos desdobramentos da pandemia. Esse movimento também é reflexo da sinalização de retomada da economia e dos cortes na taxa básica de juros (SELIC), o que vem impulsionando a dinâmica de migração de investidores da renda fixa para a bolsa de valores, contribuindo para o aumento de liquidez da FESA4.

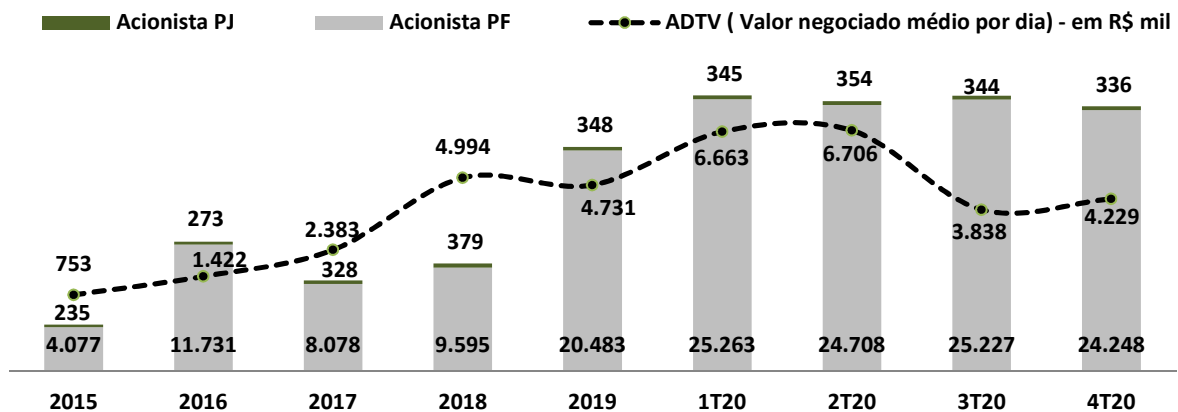
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

16.2 Composição Acionária e Perfil do Investidor

O quadro abaixo demonstra a composição acionária da **FERBASA** em 31/12/2020.

Acionistas	ON	%	PN	%	TOTAL	%
Fundação José Carvalho	29.086.696	98,80	15.416.000	26,18	44.502.696	50,39
Trígono Capital	400	0,001	2.450.000	4,16	2.450.400	2,77
Dimensional Funds	-	-	1.231.482	2,09	1.231.482	1,39
Kadima Asset Management	-	-	554.900	0,94	554.900	0,63
Ações em tesouraria	40.000	0,14	3.183.300	5,41	3.223.300	3,65
Outros acionistas	312.904	1,06	36.044.318	61,22	36.357.222	41,17
Totais	29.440.000	100,00	58.880.000	100,00	88.320.000	100,00

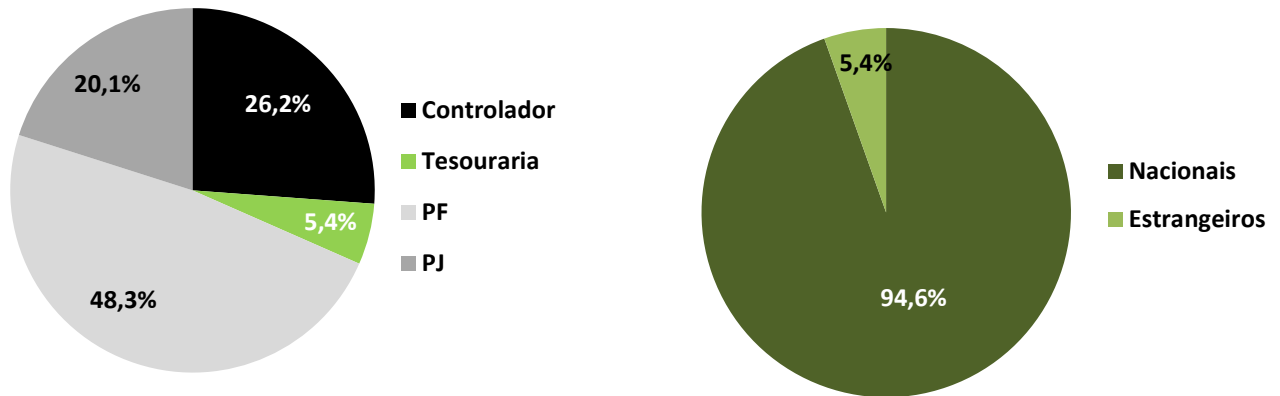
No gráfico abaixo é apresentada a evolução da base acionária por tipo de acionista, referente ao último dia de cada período, e do índice ADTV (*Average Daily Trading Volume*), que representa o volume médio (em R\$ mil) negociado por dia.



O ano de 2020 foi finalizado com um ADTV médio (*Average Daily Trade Volume*) de R\$ 5,3 milhões, que representou um crescimento de 13,2% frente ao registrado em 2019. Esse resultado foi influenciado, principalmente, por: (i) a pandemia da COVID-19 trouxe instabilidade para o mercado de capitais, provocando fortes fluxos de entrada e saída de investidores, e tendo como resultante a elevação no volume de negociações durante o ano; (ii) a redução na taxa básica de juros brasileira estimulou a busca por maior rentabilidade no mercado de capitais; (iii) a resolução das eleições americanas suscitou uma perspectiva de maiores estímulos para a economia dos EUA e uma melhor relação comercial entre as principais potências do mundo, trazendo expectativas mais favoráveis aos mercados; e (iv) retomada da economia internacional a partir do segundo semestre de 2020, apresentando uma expectativa com alta de preços no setor de *commodities* para 2021. Todos esses pontos ocasionaram um quadro de menor aversão ao risco por parte dos investidores e ampliaram o fluxo cambial em países emergentes, estimulando uma maior negociação da FESA4. O perfil acionário das ações preferenciais da **FERBASA (FESA4)**, considerando como referência a **base acionária do dia 31/12/2020**, configura-se da seguinte forma:

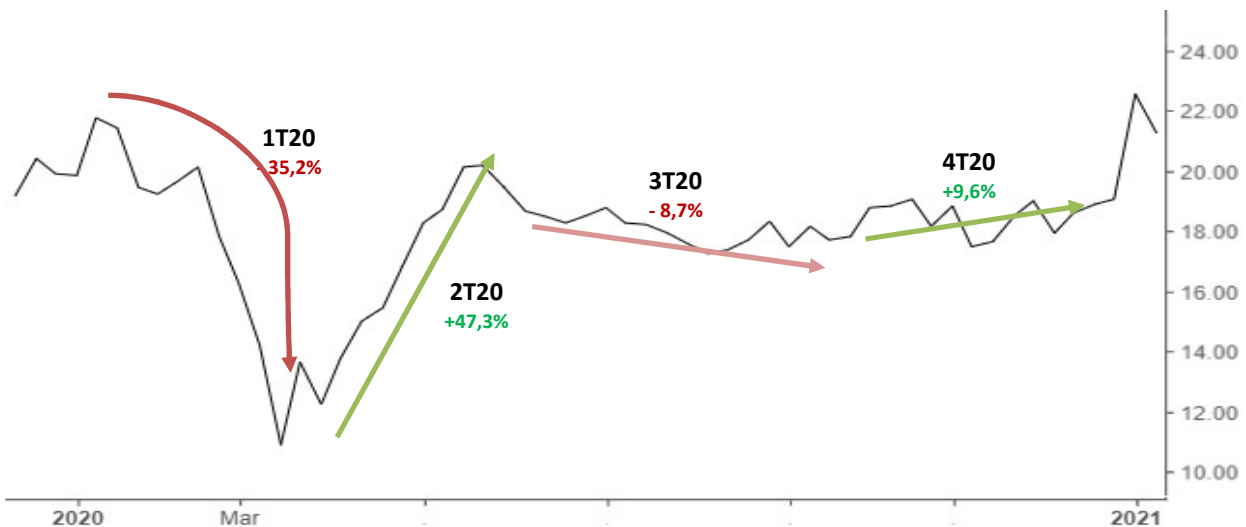
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição Acionária (Ações preferenciais - FESA4) em 31/12/2020



A Companhia segue comprometida com a qualidade do relacionamento com seus acionistas e com o mercado em geral, adotando as melhores práticas de RI. Durante a pandemia, a **FERBASA** continuou empregando esforços para manter, dentro da maior normalidade possível, o atendimento aos acionistas e ao mercado em geral; a emissão tempestiva de comunicados e relatórios; e a realização, a cada trimestre, de *webcasts* e *roadshows*, por via remota, com instituições financeiras, casas independentes de análise e investidores individuais.

16.3 Desempenho das ações em 2020 - FESA4



Desde o fim de 2019, o papel FESA4 apresentava um viés de baixa, repercutindo a piora do mercado siderúrgico internacional e as reduções nos preços dos nossos principais produtos. Com a instauração da crise do Coronavírus, no primeiro trimestre de 2020 as ações FESA4 apresentaram forte desvalorização.

Em meio a essa conjuntura de pânico e incertezas, foi observado um aumento na aversão ao risco por parte dos investidores, o que resultou em um grande movimento de venda dos ativos de risco ao redor do mundo. Como efeito, a ação da Companhia apresentou uma queda de 35,2% no fechamento de março, frente a 31/12/2019, sendo cotada a R\$ 12,97.

No segundo trimestre, com o início dos estímulos do Governo Federal para conter os impactos na economia e com a esperança do surgimento da vacina, o mercado mostrou sinais de recuperação e grandes investidores aproveitaram o momento de baixa dos papéis para aumentar suas posições. Esse efeito foi refletido no preço da FESA4 que apresentou uma alta de 47,3% já no fechamento de junho/20, frente ao fechamento de março/20.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A partir do 3T20, observou-se um movimento de correção (-8,7% em 30/09/20, ante a 30/06/20) nos papéis após a rápida e significativa recuperação dos preços. Até o fim do período, foram registradas lateralidades, com viés de baixa no preço da ação, influenciadas pelas preocupações com o cenário fiscal brasileiro e pelas tensões políticas que elevaram a aversão ao risco dos investidores em geral.

Finalmente, no 4T20, houve o retorno do capital estrangeiro para os países emergentes em meio ao início da vacinação contra o coronavírus, à resolução das eleições presidenciais dos EUA e ao otimismo gerado com a reabertura das economias. Com o retorno da indústria internacional e as perspectivas de alta nos preços dos produtos das empresas ligadas ao segmento de *commodities* para 2021, a cotação da FESA4 apresentou uma elevação. Consequentemente, entre o dia 30/09/2020 e o fechamento do ano a ação teve um crescimento de 9,6%.

17. INDICADORES SOCIAIS

Em 2020, apesar de todos os desafios enfrentados durante o ano, a Companhia, em consonância com seus valores, não apresentou redução expressiva na geração de valor para os seus colaboradores. A remuneração e o pacote de benefícios totalizaram em R\$ 249.917 mil, representando um decréscimo de 4,93%.

	2020	2019	Δ%
Colaboradores (próprios)	3.102	3.087	0,49%
Indicadores (R\$ mil)			
Alimentação	9.010	9.138	-1,40%
Remuneração	200.446	193.424	3,63% (1)
Assistência médica	22.965	22.622	1,52%
Participação nos lucros	15.657	33.508	-53,27% (2)
Previdência privada	3.110	3.226	-3,60%
TOTAL	251.188	261.918	-4,10%

(1) Valores e percentual incluem salários, encargos, férias, 13º, verbas rescisórias, bem como outros benefícios.

(2) Decréscimo na participação dos funcionários devido à redução nos lucros.

18. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

É nos momentos de incertezas e adversidades que tanto os homens como as organizações mostram seus reais valores, prioridades, interesses e, sobretudo, senso de responsabilidade. Em março de 2020, se por um lado a Companhia traçava um drástico Plano de Contingência médica e sanitária, voltado à garantia da segurança do pessoal e instituiu um austero pacote de medidas de contenção de gastos, represamento de investimentos e preservação de Caixa, precavendo-se quanto a possíveis oscilações na demanda de vendas; por outro, entendeu a necessidade, naquele instante, de intensificar ainda mais a sua responsabilidade sobre a manutenção dos empregos de seus colaboradores nessa fase tão complexa. Da mesma forma, não mediu esforços, tanto para manter o mesmo patamar produtivo, buscando novos mercados, como para potencializar o seu trabalho nas comunidades do entorno, algumas das quais com sua condição de desassistência e desigualdade ainda mais agravadas.

Assim, imbuída desses propósitos, a Ferbasa conseguiu aproveitar as janelas de oportunidades surgidas, possibilitando que os objetivos traçados no início da pandemia fossem cumpridos ao longo de 2020. Nesse período, a Companhia direcionou grande parte de seus esforços ao atendimento comunitário, convergindo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

mais uma vez a sua atuação com o raciocínio de José Carvalho, o qual entendia que *“se o empresário nacional esperasse um momento sem crise para realizar algo pelo social, acabaria não fazendo nada”*, haja vista que, em se tratando da realidade brasileira, os momentos de crise são muito mais constantes do que cíclicos.

Dadas as inúmeras urgências geradas pela pandemia, o Programa de Responsabilidade Social **AQUI TEM FERBASA** foi intensificado em relação aos investimentos voltados à saúde. No total anual, o Programa consumiu aproximadamente R\$ 10,0 milhões, dos quais, o montante de R\$ 1,4 milhão foi destinado ao Plano de Intervenção Social para mitigação das mazelas provocadas pela COVID-19, que incluiu a doação de 7.500 cestas de alimentação e kits de higiene e limpeza, além de ventiladores respiratórios, materiais e equipamentos hospitalares, testes e outros insumos, beneficiando comunidades de 23 municípios baianos. Ainda como parte do apoio ao combate do Coronavírus, foi doada mais de uma tonelada de alimentos e insumos cuja distribuição contou com o apoio do Projeto de Voluntariado, que engaja grande parte dos colaboradores.

Mesmo em meio a tantas mudanças bruscas, em 2020 a Companhia seguiu firme realizando as ações cotidianas previstas pelo Programa **AQUI TEM FERBASA**, como o projeto Nossa Horta, destinado a realizar formação técnica e prática para o cultivo de manejo de hortaliças, que abrangeu 10 comunidades e alcançou mais de 130 pessoas. Já o projeto **Florestas Sustentáveis da FERBASA** proporcionou o acesso de 750 famílias carentes às áreas de recuo das florestas de eucalipto, aproveitadas para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda, como o reaproveitamento de ponteiros e galhos de eucalipto, apicultura e pastagem de gado. Como incentivo ao artesanato e à economia criativa, a FERBASA investiu no empreendedorismo feminino, anseio outrora diagnosticado nas comunidades e que vem contribuindo para o crescimento profissional desse público. O grupo de costureiras se destacou com a confecção de milhares de máscaras de proteção de tecido, vendidas à própria Companhia, a outras instituições e à população local. O Programa **AQUI TEM FERBASA**, também destinado ao desenvolvimento comunitário, entregou aos pojuicanos uma ponte construída sobre o Rio Pojuca, resolvendo os problemas de mobilidade dos moradores de alguns povoados que só contam com esse acesso para atendimento às suas necessidades, inclusive econômicas.

Principal vertente da atuação social da FERBASA, a Educação permaneceu como tema prioritário, com destaque para o **Ferbasa Educa**, que possibilita, desde 2014, aos colaboradores próprios e terceirizados e respectivos familiares, a complementação dos estudos. Com quase 500 alunos formados e funcionando quase nos moldes do ensino supletivo, o Programa visa suprir a lacuna escolar das pessoas que não se alfabetizaram ou não completaram as primeiras séries do Ensino Fundamental. O Ferbasa Educa, que emociona não somente aos seus participantes, mas a Companhia como um todo, atendeu a 140 colaboradores em 2020, inicialmente de forma presencial e, com o advento da pandemia, por meio de plataforma online.

O ano de 2020, a despeito de todos os desafios enfrentados, foi encerrado com mais uma singela conquista: a realização do **1º Fórum Virtual de Lideranças Comunitárias**, uma iniciativa que possibilitou tanto a atualização do diagnóstico sobre a situação econômica e social dos grupos assistidos, como o fortalecimento do vínculo entre a Organização e a maioria das comunidades beneficiadas. Ao todo, o Fórum contou com a participação de 32 representações de 13 municípios que puderam estabelecer uma rede de discussão sobre as alternativas mais adequadas ao enfrentamento às dificuldades de cada localidade.

Apesar da solidez e amadurecimento consolidados ano após ano pelo Programa de RSE da Ferbasa, a realidade recente impôs à Companhia a necessidade de uma enorme capacidade de flexibilização e adaptação. Para 2021, tudo indica que a atuação na área de saúde continuará como principal vetor, até a conclusão do processo de vacinação. Paralelamente, a adequação dos demais projetos a esse contexto de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

anormalidade continuará exigindo grandes esforços e criatividade da Ferbasa, de modo a se evitar prejuízos e interrupções. Essa perspectiva torna imperativa uma atuação social estratégica que antecipe, ao máximo, os futuros problemas, servindo de alerta para a mensagem de que no longo prazo, as realizações passadas, especialmente nesses 60 anos, jamais venham a ser utilizadas como justificativas para quaisquer posturas de conforto e acomodação frente aos novos desafios.

19. SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA E AÇÕES CONTRA A COVID 19

Nunca a saúde financeira das empresas dependeu tão diretamente da saúde e bem-estar dos seus colaboradores. Em que pese ser muito difícil refletir quanto aos aspectos positivos da crise, é inegável a rapidez com que as empresas se adequaram e refizeram suas estruturas organizacionais, de maneira inédita e quase inimaginável. Isso nos permite afirmar que, no cenário atual, um modelo de gestão voltado às pessoas deixou de ser um diferencial para constituir um elemento básico de sobrevivência de qualquer organização.

No decorrer do ano, inúmeras ações preventivas foram reforçadas ou ampliadas pela equipe médica da FERBASA, que foi fortalecida pela contratação temporária de uma especialista em infectologia. Além das medidas comumente empregadas (aferição de temperatura em ônibus e portarias das unidades; o afastamento preventivo imediato de sintomáticos, uso obrigatório de máscaras em todos os ambientes; higienização frequente das áreas administrativas e operacionais com produtos para desinfecção recomendados pelos órgãos de vigilância sanitária; sinalização do distanciamento social mínimo exigido em refeitórios, vestiários, salas de lanches e áreas de grande circulação, com orientações e fiscalização permanente da Patrulha da Saúde; assepsia constante de maçanetas, corrimãos, botoeiras e aparelhos de ar condicionado, veículos e equipamentos de transporte de colaboradores; campanhas informativas; e suspensão de viagens, de reuniões presenciais, eventos e treinamentos;), merece destaque o protagonismo da equipe médica da FERBASA que, durante todo o tempo, manteve-se na linha de frente das inúmeras ações, como a realização da triagem dos sintomas; testagens rápidas; antecipação da campanha de vacinação contra a gripe; disponibilização de aplicativo para acolhimento emocional, assistência prioritária a todos os colaboradores infectados, desde o encaminhamento a consultas até os poucos internamentos hospitalares, e implantação de canal de atendimento gratuito e direto para o Serviço Médico, com funcionamento 24 horas.

Além da inserção tempestiva de protocolos médico e sanitário, essa avalanche de medidas incluiu o fechamento do escritório corporativo (Salvador/BA), cujos colaboradores foram mantidos em *home office*, assim como alguns outros trabalhadores dos setores administrativos das unidades operacionais. Todos os funcionários classificados como grupo de risco (mais de 60 anos, gestantes e portadores de doenças crônicas previamente identificadas) foram imediatamente afastados, sem prejuízos salariais ou de benefícios. Ao final do período, o balanço foi de 375 colaboradores recuperados da Covid-19 (13% do contingente total), com 07 colaboradores ativos (em recuperação), cerca de 4 mil testes aplicados internamente e o lamentável registro de um óbito.

Embora as atividades produtivas não tenham sofrido impactos significativos, a FERBASA criou um Plano de Estadia Prolongada - PEP, pronto para entrar em funcionamento caso o limite de segurança estabelecido ameaçasse a manutenção do curso normal das operações e, conseqüentemente, o atendimento aos compromissos firmados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Paralelamente, as ações contínuas voltadas à segurança, eficiência e melhoria contínua dos processos, redução dos riscos inerentes às suas atividades, preservação do meio ambiente e promoção de locais de trabalho saudáveis e seguros aos seus colaboradores continuaram como forte ponto de atenção da gestão. Em 2020, esse direcionamento foi ratificado pela manutenção das certificações nas normas ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Gestão de Saúde e Segurança) nas unidades da Metalurgia, Mineração e Florestal, e ISO 9001 (Qualidade) na Metalurgia e Florestal, esta última certificada em 2019.

A preservação da saúde física e mental dos trabalhadores e o fortalecimento da conscientização sobre as atitudes cotidianas na busca do **Acidente Zero** foram refletidos nos principais êxitos logrados, como as taxas de frequência de acidentes globais que permaneceram abaixo das recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tal condição foi potencializada pelo uso de ferramentas como Abordagem Comportamental de Segurança, Regras de Ouro de Segurança (conjunto de regras, que devem ser seguidas por todos os colaboradores, clientes e fornecedores, destinadas a conscientizar sobre a importância e necessidade de cumprir os procedimentos de segurança).

Outros investimentos desenvolvidos em 2020 e que merecem destaque: instalação de equipamentos de proteção coletiva para a prevenção de segurança dos motoristas de caminhões; consolidação dos investimentos destinados à proteção de equipamentos móveis; atendimento à Norma Regulamentadora NR-12; inclusão dos critérios de gestão de saúde e segurança ocupacional na Avaliação de Fornecedores; revisão do projeto de combate a incêndio da Metalurgia, com inclusão de proteções adicionais para os ambientes administrativos.

Quanto aos aspectos ambientais, a FERBASA investe continuamente em projetos que visam a redução e otimização do consumo dos recursos renováveis e não renováveis, com destaque para: (i) as ações de recuperação das áreas mineiras exploradas com espécies de vegetação nativa; (ii) monitoramento de CO₂ nos veículos da frota interna, externa e nos fornos; (iii) fortalecimento do Programa de Limpeza e Organização de Área (PLOA); (iv) consolidação do Comitê de Subprodutos e Resíduos; desenvolvimento de projetos, estudos e melhorias voltadas à gestão de efluentes líquidos, resíduos sólidos, emissões fugitivas e atmosféricas; (v) manutenção das áreas de proteção ambiental e de matas ciliares; (vi) implantação do primeiro biodigestor de resíduos orgânicos, que servirá de base para o domínio da técnica e abrangência de toda a organização, reduzindo os gastos com a disposição atual de tais materiais e a geração interna de adubos e energia elétrica.

Em um período de significativo apelo por maior capacidade de inovação, melhorias, adaptação a novos hábitos, rotinas e processos, os projetos do 4º Ciclo do Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), mesmo com as ações limitadas em respeito às medidas preventivas da pandemia, indicaram soluções para a evolução das condições de trabalho, produtividade e redução de custos. E assim esses 9 meses atípicos foram encerrados, com a esperança prosseguirmos com os avanços, cingidos pela combinação do trabalho, saúde, segurança, e bem-estar.

20. EXPECTATIVAS PARA 2021

Para o ano corrente, o Banco Mundial projeta um crescimento na ordem de 4,0% para o PIB mundial, segundo publicação feita no último mês de janeiro. No caso do Brasil, as estimativas do relatório FOCUS, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, são de recuperação do PIB em 3,5%, influenciada, principalmente, pelo surgimento das vacinas contra a COVID 19, pela reativação das cadeias de produção e consumo do País e recuperação dos investimentos estrangeiros. Essa trajetória certamente poderá ser impactada pelo direcionamento a ser adotado na política monetária no Brasil, no que se refere à condução sobre o nível da taxa básica de juros, além do desempenho do Governo Federal no processo de aprovação e implementação das reformas estruturais a que se propõe.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No ambiente internacional, o alívio das tensões dependerá de eventos relevantes, como, por exemplo, os desdobramentos da posse do novo presidente dos EUA, cujas expectativas atuais tendem para a despressurização de conflitos e o retorno às negociações de acordos multilaterais. Nesse sentido, uma ação conjunta dos EUA com a China poderia favorecer a dinâmica de recuperação da economia mundial.

Complementarmente, do mesmo modo que ocorreu em uma parte expressiva da produção industrial global, o setor siderúrgico foi severamente atingido pelos efeitos da pandemia em 2020, especialmente, na Europa e nos EUA. Esse cenário engendrou uma crise de demanda generalizada e reforçou a pressão de baixa nos preços internacionais das ligas de cromo e silício.

Ainda sobre o segmento mundial de ferrocromo, vale evidenciar o agravamento dos problemas estruturais da África do Sul, que resultaram na forte redução da produção local. Para estimular o retorno dessa produção o governo sul-africano havia anunciado, sem maiores detalhes, que deverá impor um imposto de exportação sobre o minério de cromo em 2021. Entretanto, as últimas notícias têm indicado que o governo sul-africano pode ter desistido da ideia, tanto em virtude da melhora de preço do minério e do FeCr, como por supostas conversas com oficiais do governo chinês. Entende-se que essa tarifação almeja impactar o custo de produção de FeCr na China, bastante dependente da importação de minério sul-africano e, favorecer a competitividade da indústria de FeCr na África do Sul.

No Brasil, a redução da demanda interna por ferroligas e a desvalorização do real frente ao dólar contribuíram para que os produtores locais aumentassem suas exportações em 2020. A expectativa é de que 2021 seja um período de recuperação gradual da atividade econômica nacional, com a reativação da demanda doméstica por aço e, conseqüentemente, sejam realizados estímulos para as siderúrgicas locais. As estimativas de analistas de mercado sinalizam para alta de preços nos produtos desse segmento, algo já verificado no 4T20.

Não obstante as expectativas favoráveis para 2021, principalmente quando comparadas às duras realidades enfrentadas no ano encerrado, o panorama de incertezas, internas e externas, ainda se apresenta bastante desafiador. Por isso, a FERBASA manterá o direcionamento à expansão de sua competitividade, perseverando na efetivação dos nossos projetos estratégicos, com ações destinadas a redução de custos e enobrecimento do portfólio de vendas, além de empregar esforços para preservar a regularidade nas exportações de minério de cromo. As atenções estarão voltadas, sobretudo, para a gestão rigorosa sobre o capital de giro e evolução da reserva financeira da Companhia, além da implementação de melhorias operacionais na BW Guirapá. Esse somatório de perspectivas benéficas indica que a prática de distribuição regular dos proventos não será alterada.

Em linha com a cultura empresarial orgulhosamente alicerçada na simplicidade, honradez e na valorização do ser humano, dos aspectos ambientais, sociais e de governança, é prevista para 2021 a publicação do 2º Relatório de Sustentabilidade, que consolidará informações do desempenho da Companhia nos campos social, econômico e ambiental, reforçando a relação de transparência com todas as partes interessadas.

Por fim, é importante ressaltar que as declarações e perspectivas mercadológicas aqui contidas foram consideradas no momento de construção deste relatório e estão sujeitas a mudanças em função de variações dos cenários.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 12 de janeiro de 2021, a Ferbasa firmou Memorando de Entendimentos (“Memorando”) com a AES Tiete Energia S/A e no dia 25 de fevereiro de 2021 foi realizada a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“PPA”) para aquisição de um volume de 80MW médios de energia, pelo prazo de 20 (vinte) anos e com início de fornecimento a partir de 2024.

A Companhia informa, ainda, que a aquisição do citado volume não representa aumento de capacidade produtiva, refletindo sua estratégia de garantia do suprimento de energia no longo prazo e busca constante pela competitividade de seus produtos.

22. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 308/99, o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 22 de dezembro de 2016, aprovou a contratação da empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu (“Deloitte”) para auditar as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao triênio compreendido entre 2017 a 2019, com renovação para o biênio 2020 a 2021, em substituição à Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, dando cumprimento à previsão legal de rotatividade de auditores independentes.

23. AGRADECIMENTOS

Manifestamos a nossa gratidão pela confiança depositada na atuação da **FERBASA**, por seus acionistas, clientes, fornecedores e agentes de mercado. Expressamos também o nosso reconhecimento de que nada disso seria possível sem o empenho de nossos colaboradores, árdios protagonistas no atendimento aos objetivos estabelecidos e fortemente engajados com os ideais do nosso Fundador. Em retribuição, fincados nas raízes e valores que têm dado sustentação à trajetória da Organização, reafirmamos os compromissos que assegurem uma gestão responsável, ética e transparente.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

24. GLOSSÁRIO

Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC) - Liga de ferro e cromo que apresenta teor de carbono, também conhecido como "*Charge Chrome*", é usado na fabricação de aços inoxidáveis e ligas especiais. Os aços inoxidáveis são utilizados na indústria de alimentos, produtos químicos, celulose, petróleo, além dos produtos da chamada "linha branca", utensílios domésticos, construção civil e outros.

Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC) - Liga de ferro e cromo que apresenta carbono com teor máximo de 0,15%, utilizado durante a produção de aços para corrigir os teores de cromo sem provocar variações indesejáveis no teor de carbono. Industrialmente, tem a mesma finalidade do ferrocromo alto carbono, sendo empregado na produção de aços inoxidáveis com larga aplicação nas indústrias de bens de consumo.

Ferrossilício Cromo (FeSiCr) - Elemento redutor na fabricação de Ferrocromo Baixo Carbono e em aços, para adição de cromo e silício.

Ferrossilício 75 (FeSi75) - Na produção de aço, o Ferrossilício 75 Standard é usado como desoxidante e elemento de liga; na indústria de fundição serve como agente grafitizante. O Ferrossilício Alta Pureza (HP) compõe a fabricação de aços destinados à manufatura de transformadores, usinas hidrelétricas, freezer, compressores herméticos para geladeiras e outros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ATIVO - (em R\$ mil)	CONSOLIDADO	
	2020	2019
Circulante	774.743	693.753
Caixa e equivalentes de caixa	90.497	73.721
Aplicações financeiras	191.837	100.633
Contas a receber de clientes	154.729	97.445
Estoques	285.987	338.357
Tributos a recuperar	30.073	52.389
Despesas antecipadas	452	2.564
Adiantamentos a fornecedores	11.856	14.292
Instrumento financeiro de proteção cambial	-	1.742
Outros ativos	9.312	12.610
Não Circulante	2.042.444	2.052.691
Adiantamento fornecedor - energia	4.993	16.530
Aplicações financeiras	129.076	68.649
Estoques	4.542	380
Tributos a recuperar	165.051	177.324
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.637	-
Depósitos judiciais	43.152	40.844
Instrumento financeiro de proteção cambial	-	1.594
Outros créditos	708	735
Investimentos	124	124
Imobilizado e intangível	1.444.936	1.511.799
Direito de uso em arrendamento	42.003	49.552
Ativo biológico	193.222	185.160
Total do Ativo	2.817.187	2.746.444

Os demonstrativos financeiros consolidados, incluindo notas explicativas e parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Limited Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.FERBASA.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (em R\$ mil)	CONSOLIDADO	
	2020	2019
Circulante	424.239	256.051
Fornecedores	73.890	69.298
Empréstimos e financiamentos	133.184	72.371
Custo de captação de financiamentos	(455)	(451)
Obrigações trabalhistas e atuariais	47.805	62.273
Impostos e contribuições sociais	15.483	10.787
Instrumento financeiro de proteção cambial	73.080	-
Conta ressarcimento CCEE	19.335	3.343
Provisão para passivo ambiental	-	579
Dividendos e JCP propostos	32.884	5.308
Arrendamentos a pagar	21.188	21.179
Outras passivos	7.845	11.364
Não Circulante	621.123	652.220
Empréstimos e financiamentos	400.428	427.435
Custo de captação de financiamentos	(4.498)	(4.958)
Obrigações com aquisição de controlada	4.978	7.262
Obrigações trabalhistas e atuariais	94.928	86.723
Impostos e contribuições sociais	87	87
Impostos diferidos	-	19.565
Conta ressarcimento CCEE	12.247	5.447
Provisão para contingências	55.464	60.553
Provisão para passivo ambiental	22.848	22.889
Arrendamentos a pagar	19.954	27.217
Instrumento financeiro de proteção cambial	14.687	-
Patrimônio Líquido Total	1.771.825	1.838.173
Patrimônio Líquido Controladores	1.765.575	1.832.107
Capital social	1.225.444	1.225.444
Reserva de lucros	602.490	608.864
Ajustes de avaliação patrimonial	(36.605)	23.553
Ações em tesouraria	(25.754)	(25.754)
Participação dos não controladores	6.250	6.066
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.817.187	2.746.444

Os demonstrativos financeiros consolidados, incluindo notas explicativas e parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Limited Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.FERBASA.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - (em R\$ mil)			CONSOLIDADO					
	4T20		4T19		2020		2019	
	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL
RECEITA BRUTA	511.414	100,0	319.745	100,0	1.803.659	100,0	1.478.914	100,0
Mercado interno	285.429	55,8	181.480	56,8	896.396	49,7	936.713	63,3
Mercado externo	225.985	44,2	138.265	43,2	907.263	50,3	542.201	36,7
Impostos sobre vendas, Devoluções e abatimentos	(47.537)	(9,3)	(33.070)	(10,3)	(181.640)	(10,1)	(199.364)	(13,5)
RECEITA LÍQUIDA	463.877	100,0	286.675	100,0	1.622.019	100,0	1.279.550	100,0
Custo dos produtos vendidos	(355.370)	(76,6)	(258.592)	(90,2)	(1.224.333)	(75,5)	(1.063.051)	(83,1)
Variação do FV do ativo biológico	22.360	4,8	17.873	6,2	46.211	2,8	41.983	3,3
LUCRO BRUTO	130.867	28,2	45.956	16,0	443.897	27,4	258.482	20,2
Despesas operacionais								
Com vendas	(5.668)	(1,2)	(4.227)	(1,5)	(20.139)	(1,2)	(13.693)	(1,1)
Administrativas	(20.264)	(4,4)	(17.835)	(6,2)	(72.853)	(4,5)	(74.402)	(5,8)
Remuneração da Adm e Participações nos lucros	(14.866)	(3,2)	(8.381)	(2,9)	(36.229)	(2,2)	(53.009)	(4,1)
Outras (despesas) receitas operacionais	(10.135)	(2,2)	(20.924)	(7,3)	(35.779)	(2,2)	61.864	4,8
Lucro operacional antes do resultado financeiro	79.934	17,2	(5.411)	(1,9)	278.897	17,2	179.242	14,0
Receita financeira	3.727	0,8	3.538	1,2	19.991	1,2	103.196	8,1
Despesa financeira	(10.450)	(2,3)	(10.680)	(3,7)	(39.133)	(2,4)	(48.891)	(3,8)
Variação cambial líquida	(10.416)	(2,2)	(4.032)	(1,4)	(3.143)	(0,2)	(4.299)	(0,3)
Instrumento financeiro de hedge (liquidação)	(34.990)	(7,5)	3.218	1,1	(184.747)	(11,4)	26.132	2,0
Lucro antes IRPJ/CSLL	27.805	6,0	(13.367)	(4,7)	71.865	4,4	255.380	20,0
IRPJ/CSLL	9.688	2,1	12.361	4,3	(1.851)	(0,1)	(33.847)	(2,6)
Lucro do período	37.493	8,1	(1.006)	(0,4)	70.014	4,3	221.533	17,3

BW - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - (em R\$ mil)

	4T20		4T19		2020		2019	
	R\$	%RL	R\$	%RL	R\$	%RL	R\$	%RL
(em R\$ mil)								
RECEITA LÍQUIDA	20.915	100,0	26.567	100,0	82.698	100,0	93.937	100,0
Custo dos produtos vendidos	(16.380)	(78,3)	(15.596)	(58,7)	(65.802)	(79,6)	(61.759)	(65,7)
LUCRO BRUTO	4.535	21,7	10.971	41,3	16.896	20,4	32.178	34,3
Despesas operacionais								
Gerais, administrativas e outras rec/desp operacionais	(1.506)	(7,2)	(1.843)	(6,9)	(5.771)	(7,0)	(7.959)	(8,5)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.029	14,5	9.128	34,4	11.125	13,5	24.219	25,8
Receita financeira	301	1,4	550	2,1	1.589	1,9	3.140	3,3
Despesa financeira	(5.732)	(27,4)	(6.570)	(24,7)	(24.174)	(29,2)	(29.509)	(31,4)
Resultado financeiro	(5.432)	(26,0)	(6.020)	(22,7)	(22.586)	(27,3)	(26.369)	(28,1)
Prejuízo antes IRPJ/CSLL	(2.403)	(11,5)	3.108	11,7	(11.461)	(13,9)	(2.150)	(2,3)
IRPJ/CSLL	-	-	(207)	(0,8)	-	-	(369)	(0,4)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(2.403)	(11,5)	2.901	10,9	(11.461)	(13,9)	(2.519)	(2,7)

Os demonstrativos financeiros consolidados, incluindo notas explicativas e parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Limited Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.FERBASA.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (em R\$ mil)	CONSOLIDADO	
	2020	2019
MÉTODO INDIRETO		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	70.014	221.533
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido		
Juros e variações monetárias e cambiais liquidas	29.698	36.168
Depreciações, amortizações e exaustões	121.999	107.516
Exaustão de ativo biológico	55.794	78.549
Variação positiva valor justo do ativo biológico	(46.211)	(41.983)
Impostos diferidos	(3.212)	18.284
Créditos de PIS e COFINS (Exclusão ICMS da base de cálculo)	-	(116.111)
Atualização (Exclusão ICMS da base PIS/COFINS)	(8.282)	(80.993)
Atualização arrendamento a pagar	1.727	593
Atualização do benefício pós-emprego	8.940	8.742
Reversão (Provisão) para contingências	(5.585)	8.095
Outros	6.213	3.967
	231.095	244.360
Redução (aumento) nas contas do ativo:		
Contas a receber de clientes	(58.582)	35.407
Estoques	46.237	(19.037)
Tributos a recuperar	43.995	(2.588)
Adiantamento a fornecedores	14.337	14.167
Depósitos Judiciais	(2.253)	(28.832)
Outros ativos	4.991	(4.647)
Aumento (redução) nas contas do passivo:		
Fornecedores	3.798	8.811
Impostos e contribuições sociais	4.818	(12.441)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.742	19.044
Obrigações trabalhistas e atuariais	(14.815)	(12.858)
Contas de ressarcimento CCEE	19.516	(546)
Outros passivos	(2.999)	2.738
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.872)	(23.886)
Juros pagos no exercício	(32.334)	(47.785)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	257.674	171.907
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Capex	(52.970)	(116.257)
Venda de imobilizado	487	1.708
Aquisição de controladas	-	(160.685)
Movimentação em aplicações financeiras	(145.016)	33.182
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(197.499)	(242.052)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	188.626	137.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(156.259)	(42.940)
Amortização de arrendamentos	(26.768)	(17.904)
Dividendos e JCP pagos	(48.998)	(114.403)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(43.399)	(38.247)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	16.776	(108.392)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	73.721	182.113
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	90.497	73.721
Aumento (Redução) líq. do saldo de caixa e equivalente de caixa	16.776	(108.392)

Os demonstrativos financeiros consolidados, incluindo notas explicativas e parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Limited Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.FERBASA.com.br

Notas Explicativas

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA S.A. – FERBASA E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. – FERBASA (“Ferbasa” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, com sede em Pojuca - BA, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). A Ferbasa iniciou suas atividades há 60 anos, em 23 de fevereiro de 1961 e atua de forma sustentável nas áreas de mineração de cromita, de metalurgia na produção de ferroligas, de recursos florestais renováveis e na geração de energia eólica, todas no Estado da Bahia. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, tendo por objetivo primordial proporcionar educação de qualidade a crianças e jovens carentes.

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.

2. COVID-19 (CORONAVÍRUS)

A Ferbasa iniciou o combate à Covid-19 em março de 2020 com a adoção tempestiva de protocolos médico e sanitário destinados à prevenção da doença em todas as unidades da Companhia. O Escritório Corporativo, localizado na capital baiana, foi fechado e os colaboradores colocados em home office, assim como alguns trabalhadores dos setores administrativos das unidades operacionais. Todos os funcionários classificados pelo Serviço Médico como grupo de risco (pessoas com mais de 60 anos, gestantes e portadores de doenças crônicas previamente identificadas) foram afastados, sem nenhuma perda de salários ou benefícios. Importante destacar que nenhum desligamento de pessoal foi realizado em função da pandemia em 2020.

No decorrer do ano, as inúmeras ações preventivas foram gradativamente ampliadas, orientadas pela equipe médica da Ferbasa e por uma especialista em infectologia contratada para avaliar as medidas adotadas pela empresa. Essa profissional também prestou orientação técnica para a implementação de melhorias contínuas voltadas à proteção das equipes.

Entre as medidas empregadas para salvaguardar vidas, merecem destaque: afastamento preventivo imediato de sintomáticos, aferição de temperatura em ônibus e portarias das unidades; triagem de sintomas; uso obrigatório de máscaras em todos os ambientes; higienização frequente das áreas administrativas e operacionais com produtos para desinfecção recomendados pelos órgãos de vigilância sanitária; sinalização do distanciamento social mínimo exigido em refeitórios, vestiários, salas de lanches e áreas de grande circulação, com orientações e fiscalização contínua da Patrulha da Saúde; assepsia constante de maçanetas, corrimãos, botoeiras e aparelhos de ar condicionados, veículos e equipamentos de transporte de colaboradores (diretos e indiretos); campanhas informativas; testagem; suspensão de viagens, de reuniões presenciais, eventos e treinamentos; antecipação da campanha de vacinação contra a gripe; disponibilização de aplicativo para acolhimento emocional e implantação de canal de atendimento gratuito direto para o Serviço Médico, com funcionamento 24 horas.

Notas Explicativas

Ao final do período, o balanço foi de 372 colaboradores recuperados da Covid-19 (12% do contingente total), 07 colaboradores ativos (em recuperação), cerca de 4.300 testes aplicados internamente e o lamentável registro de um óbito entre os funcionários da empresa. As atividades produtivas não sofreram impactos significativos decorrentes do avanço da doença nos municípios onde a Ferbasa mantém suas operações. Independente do notado controle dos níveis de contaminação, foi criado um Plano de Estadia Prolongada - PEP, a ser posto em funcionamento se os casos ativos da doença alcançassem um limite de segurança que ameaçasse a manutenção do curso normal das operações.

Além de todas as medidas internas, a Companhia prestou apoio às comunidades através de um Plano de Intervenção Social que realizou investimentos da ordem de R\$1.400 (um milhão e quatrocentos mil reais). As ações incluíram doações de mais de 7.500 cestas básicas com alimentos, itens de higiene pessoal e limpeza; testes da Covid-19, material e equipamentos hospitalares. Também foi realizada a sanitização de áreas públicas dos municípios assistidos, a doação de dois respiradores para o Governo do Estado da Bahia e a participação como cotista na entrega de mais um respirador.

A progressão das ações protetivas visou garantir a manutenção da operação, honrar os compromissos firmados e preservar os empregos nesse momento tão complexo. Para 2021, a expectativa é de continuidade dos esforços dedicados para combater a pandemia e proteger as VIDAS, objetivo mais nobre da Ferbasa.

A Administração da Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de realizar a análise de "impairment" de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

3.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

4. MOEDA FUNCIONAL E CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Notas Explicativas

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

5.1. Ativo biológico

O cálculo do valor justo do ativo biológico leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como, preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira, incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização desses ativos.

5.2. Vida útil do ativo imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 7.6, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e a reserva lavrável estimada das minas, anualmente, no fim de cada período de relatório.

5.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, podem não representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

5.4. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens sem rotatividade há mais de 5 anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas da área, quando aplicável.

5.5. Provisão para obrigações atuariais

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica, previdência privada, prêmio de aposentadoria e multa de FGTS, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de benefícios pós-emprego, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (nota explicativa nº 24).

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar os planos de benefícios pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo. É adotada a taxa de descontos dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos planos de benefícios pós-emprego – “duration”. Para os casos onde não há títulos públicos com a mesma duration avaliada para o plano, foi adotada a interpolação linear na estimativa.

Notas Explicativas

5.6. Provisão para contingências

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas à natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 28).

5.7. Provisão para fechamento de minas e desmobilização

A Companhia considera as estimativas dos custos de fechamento das minas e desmobilização como práticas contábeis críticas por envolver valores relevantes de provisão e por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como, taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer a assunção de premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

6.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

6.1.1. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período (nota explicativa nº 6.4).

6.1.2. Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado (nota explicativa nº 6.4).

6.1.3. Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e “impairment” são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado (nota explicativa nº 6.4).

Notas Explicativas

6.1.4. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

6.1.5. “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (Provisão para risco de crédito) dentro da linha de Despesas com Vendas na Demonstração do Resultado e na linha de provisão para risco de crédito na nota explicativa nº 34 para fins de detalhamento da demonstração do resultado por natureza.

6.1.6. Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

6.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de custo amortizado.

Notas Explicativas

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.3. Instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção cambial ("hedge"). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de "hedge", no caso da adoção da contabilidade de "hedge" ("hedge accounting").

A Companhia designa os derivativos como "hedge accounting", quando relacionados às operações futuras altamente prováveis ("hedge" de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de "hedge" e os itens protegidos por "hedge", bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do "hedge", quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de "hedge" são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por "hedge".

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial" (em "Outros resultados abrangentes") no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como "Resultado financeiro".

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de "hedge" são liquidados, na linha de "Resultado financeiro" conforme política contábil da Companhia. Quando o "hedge" deixa de cumprir os critérios para "hedge accounting", o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado e apresentados em "Resultado financeiro".

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de proteção estão divulgados na nota explicativa nº 26. O valor justo total dos instrumentos derivativos de "hedge" é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por "hedge" é superior a 12 meses.

Notas Explicativas

6.4. Classificação dos instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

A seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	67.756	39.095	90.497	73.721
Aplicações financeiras circulante	Custo amortizado	191.837	100.633	191.837	100.633
Aplicações financeiras não circulante	Custo amortizado	30.079	2.648	129.076	68.649
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	145.758	88.637	154.729	97.445
Depósitos judiciais	Custo amortizado	43.056	40.748	43.152	40.844
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial circulante (i)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	1.742	-	1.742
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial não circulante (i)		-	1.594	-	1.594
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	70.944	67.752	73.890	69.298
Empréstimos e financiamentos circulante	Custo amortizado	79.474	46.102	107.594	71.920
Adiantamento de contrato de câmbio - circulante	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25.135	-	25.135	-
Total Empréstimos e financiamentos circulante		104.609	46.102	132.729	71.920
Empréstimos e financiamentos não circulante	Custo amortizado	141.211	140.028	395.930	422.477
Obrigações com aquisição de controlada não circulante	Custo amortizado	4.978	7.262	4.978	7.262
Arrendamentos a pagar circulante	Custo amortizado	20.393	20.504	21.188	21.179
Arrendamentos a pagar não circulante	Custo amortizado	9.811	18.279	19.954	27.217
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial circulante	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	73.080	-	73.080	-
Instrumentos financeiros derivativos proteção cambial não circulante		14.687	-	14.687	-

(i) Nível 2 - Instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a B3. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

7. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

7.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a sua Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se inclusa nas notas explicativas nº 10 e nº 11.

Notas Explicativas

7.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. O prazo médio de recebimento é de 30 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de "impairment", e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2020.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

7.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas esperadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

7.4. Adiantamento a fornecedores de energia elétrica

Os adiantamentos para esses fornecedores correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente reconhecidos ao custo amortizado.

7.5. Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

Notas Explicativas

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

7.6. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) operacionais".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

7.7. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

7.7.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Notas Explicativas

7.7.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

7.7.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

7.8. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”.

Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia realizou teste formal de “impairment” na BW Guirapá e não identificou necessidade de provisão. Adicionalmente, não foram identificados indicativos de “impairment” para nenhuma outra empresa da Companhia.

7.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

7.10. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta “dividendos e juros sobre capital próprio” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no grupo “reservas de lucros” no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

7.11. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisados.

7.12. Provisões

As provisões para fechamento da mina, desmobilização e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas Explicativas

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

7.13. Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

7.14. Benefícios a empregados

7.14.1. Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

7.14.2. Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

Notas Explicativas

7.14.3. Prêmio de aposentadoria e multa FGTS – Acordos coletivos

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por conveniência da mesma. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

7.14.4. Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada, o que corresponde a um máximo de 10 (dez) anos do empregado na mesma empresa.

7.15. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

7.16. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre Companhias controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

7.17. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

7.18. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- i. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições produzidas neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- ii. Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- iii. Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- iv. Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$3.414, corrigido anualmente pelo IGPM.
- v. Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE, de 12 de maio de 2015.
- vi. Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- vii. No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica "Receita líquida de vendas".
- viii. A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

Notas Explicativas

7.19. Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 6. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 18.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

8. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS

8.1. Normas vigentes em 2020

As novas normas ou alterações a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2020.

8.1.1. CPC 15 (R1) – Definição de negócios

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

8.1.2. CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de “hedge” ou do instrumento de “hedge”. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de “hedge” de taxas de juros.

Notas Explicativas

8.1.3. CPC 26 (R1) e CPC 23 – Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

8.1.4. CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisou e esclareceu alguns conceitos e forneceu definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

8.1.5. CPC 06 (R2) – Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

8.2. Normas a entrar em vigor a partir de 2020

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. A seguinte norma foi revisada pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2020:

8.2.1. IFRS 17 – Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia.

8.2.2. Alterações ao IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação.
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório.
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Notas Explicativas

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez, (v) risco de concentração, (vi) risco de preço de commodities e (vii) outros fatores de risco não financeiros.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração.

9.1. Risco cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às suas atividades operacionais (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2021, conforme Relatório Focus emitido em 19 de fevereiro de 2021.

	31/12/2020		Cenário I	
	US\$	R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>				
Contas a receber de clientes (líquido PECLD)	6.300	32.734	5,19	(38)
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	4.837	25.135	5,19	32

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (NDF e travas de exportação), considera-se que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, conseqüentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão em oscilações tanto nas NDFs e travas de exportação, quanto no Faturamento indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2021, conforme Relatório Focus emitido em 19 de fevereiro de 2021.

	31/12/2020 - Contratado			Cenário I	
	US\$	R\$	Taxa média ponderada (R\$)	Taxa US\$	Ganho/ (Perda) R\$
<u>Controladora e Consolidado</u>					
Instrumento financeiro de proteção cambial(*)					
NDF	115.700	535.835	4,63	5,19	(64.648)
Travas de exportação	24.934	108.903	4,37	5,19	(20.503)

(*) Na análise de sensibilidade acima, a variação cambial do dólar que impacta a parcela contratada como "hedge" cambial, exerce, simultaneamente, um impacto inverso sobre o faturamento de ferroligas e de minério de cromo da Companhia.

Notas Explicativas

9.2. Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Como parte substancial das obrigações da Companhia é indexada a índices inflacionários pós-fixados (IPCA, IGPM, CDI e TJLP), o risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. As aplicações financeiras são indexadas ao CDI (taxa pós-fixada com influência de expectativa inflacionária).

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a taxa básica fim de juros para o ano de 2021 de 4,0% ao ano, conforme Relatório Focus de 19 de fevereiro de 2021.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2020 – a.a.	Cenário I Provável
Média taxa básica de juros – (% aa)	2,00	4,00
<u>Controladora</u>		
Saldo de Aplicações Financeiras (notas nº 10 e nº 11)	270.680	283.836
Efeito líquido		13.157
<u>Consolidado</u>		
Saldo de Aplicações Financeiras (notas nº 10 e nº 11)	388.147	405.831
Efeito líquido		17.684

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a TJLP fim para o ano de 2021 de 4,39% ao ano e para a CDI, 3,90%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2020 – a.a.	Cenário I Provável
<u>Taxa de juros – TJLP – (% a.a.)</u>	4,55	4,39
<u>Controladora:</u>		
Saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 22)	26.935	25.986
Efeito líquido		947
<u>Taxa de juros – TJLP – (% a.a.)</u>		
<u>Consolidado:</u>		
Saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 22)	314.727	303.658
Efeito líquido		11.067
<u>Taxa de juros – CDI – (% a.a.)</u>	1,90	3,90
<u>Controladora e Consolidado:</u>		
Saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 22)	189.565	200.226
Efeito líquido		(10.660)

Notas Explicativas

9.3. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

9.4. Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

Os passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano e com liquidação em caixa são os empréstimos e financiamentos, os arrendamentos a pagar. Os vencimentos desses passivos estão demonstrados nas notas explicativas nº 22 e 23, respectivamente.

9.5. Risco de concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes, os quais foram representativos em 2020. No mercado interno, para o Ferrocromo, são os clientes Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, Marubeni Corporation e CCMA. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

Em acréscimo, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez imediata e mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

9.6. Risco de preço de commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

Notas Explicativas

9.7. Outros fatores de risco não financeiros

- i. Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais e metalurgia), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.
- ii. Riscos ambientais: a Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001.
- iii. Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.
- iv. Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, conseqüentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são anualmente revisadas para antever possíveis impactos.
- v. Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado ICMS DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos não sejam renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.
- vi. Risco de energia elétrica: por sua característica eletro intensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia, juntamente com outras empresas eletro intensivas do Nordeste, assinou prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037. Adicionalmente, em 2018, a Companhia adquiriu o parque eólico BW Guirapá, reforçando sua intenção em perenizar as suas atividades e tornar-se, também, geradora de energia elétrica.

Notas Explicativas

- vii. Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	18.992	6.340	23.263	11.119
Aplicações em CDB (i)	36.348	-	37.524	4.457
Fundos de investimento (ii)	12.416	32.755	29.710	58.145
	<u>67.756</u>	<u>39.095</u>	<u>90.497</u>	<u>73.721</u>

- (i) Operações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), cujas taxas de remuneração situam-se entre 101,0% a 104,7% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (98,5% em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Operações em títulos através de fundos de investimento, cujo resgate tem liquidez diária. Os juros médios na marcação a mercado situam-se entre 95,0% e 120,2% do CDI (entre 98,5% e 101,0% em 31 de dezembro de 2019).

11. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Fundos de investimentos (i)	191.837	100.633	191.837	100.633
Não circulante:				
Fundos de investimentos (i)	-	2.648	63.491	36.173
Letras financeiras (ii)	20.002	-	32.178	32.476
CDB (iii)	10.077	-	33.407	-
	<u>30.079</u>	<u>2.648</u>	<u>129.076</u>	<u>68.649</u>
	<u>221.916</u>	<u>103.281</u>	<u>320.913</u>	<u>169.282</u>

- (i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e a remuneração média está entre 121,4% e 185,3% (entre 97,8% e 152,5% em 31 de dezembro de 2019). Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços a um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa.
- (ii) Letras financeiras com remuneração de 101,5% e 116% do CDI (entre 97,6% e 118,7% em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

- (iii) Operações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB"), cujas taxas de remuneração situam-se entre 99,0% e 114,0% (98,5% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

12. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercado interno	113.258	59.932	122.229	68.740
Mercado externo	36.686	32.914	36.686	32.914
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.186)	(4.209)	(4.186)	(4.209)
	<u>145.758</u>	<u>88.637</u>	<u>154.729</u>	<u>97.445</u>

As contas a receber de mercado externo são em dólares norte-americanos (US\$), convertidas para reais na data da elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

As contas a receber por idade de vencimento estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	138.899	80.595	147.870	89.403
Vencidas de 0-30 dias	6.859	7.994	6.859	7.994
Vencidas de 31-60 dias	-	48	-	48
Vencidas há mais de 60 dias	4.186	4.209	4.186	4.209
PECLD	<u>(4.186)</u>	<u>(4.209)</u>	<u>(4.186)</u>	<u>(4.209)</u>
	<u>145.758</u>	<u>88.637</u>	<u>154.729</u>	<u>97.445</u>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$4.186 (2019, R\$4.209), considerada suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber, de acordo com análise interna efetuada pela Administração. A seguir a movimentação da PECLD da controlada e do consolidado:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.303)
Reversão de PECLD	<u>94</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.209)
Reversão de PECLD	<u>23</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(4.186)</u>

Notas Explicativas**13. ESTOQUES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)**

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização.

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:		
Produtos acabados	125.173	130.329
Matérias-primas	71.142	87.370
Minério de cromo	42.664	74.679
Materiais para manutenção (i)	47.008	43.982
Outros	-	1.997
	<u>285.987</u>	<u>338.357</u>
Não circulante:		
Materiais para manutenção (i)	12.940	6.134
Provisão para obsolescência (ii)	(8.398)	(5.754)
	<u>4.542</u>	<u>380</u>
	<u>290.529</u>	<u>338.737</u>

(i) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.

(ii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos.

14. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
PIS e COFINS a recuperar (i)	13.002	31.429	13.002	31.429
IRPJ e CSLL	11.646	14.860	13.910	16.713
ICMS a recuperar	2.712	3.808	2.712	3.808
Outros	433	426	449	439
	<u>27.793</u>	<u>50.523</u>	<u>30.073</u>	<u>52.389</u>
Não circulante:				
PIS e COFINS a recuperar (i)	160.724	171.275	160.724	171.275
ICMS a recuperar	4.252	5.984	4.252	5.984
Outros	75	65	75	65
	<u>165.051</u>	<u>177.324</u>	<u>165.051</u>	<u>177.324</u>
	<u>192.844</u>	<u>227.847</u>	<u>195.124</u>	<u>229.713</u>

(i) Em 2019, a Companhia obteve ciência do trânsito em julgado, que tramitou perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja decisão: (a) determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS – regimes cumulativo (Leis Complementares nº 7/70 e 70/91 e alterações posteriores) e não-cumulativo (Leis nº 10.627/2002 e 10.833/03 e alterações posteriores); e (b) reconheceu o direito da Companhia à compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de PIS/COFINS sobre a parcela relativa ao ICMS desde maio de 1997, devidamente atualizados.

Notas Explicativas

Para aproveitamento do referido crédito, a Companhia contratou consultoria especializada para apuração dos valores do período envolvido (de 1997 a 2018). Os valores montam a R\$197.104 e foram registrados no resultado do exercício anterior, como segue: i) R\$116.111, na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais", os quais correspondem ao valor histórico do crédito; e ii) R\$80.993, no "Resultado financeiro", que decorre da atualização monetária do respectivo valor. A Companhia registrou a atualização monetária do crédito, da data do pedido de habilitação até 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$8.282.

15. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de energia – ENDESA (i)	2.000	2.000
Adiantamentos a fornecedores de energia – CHESF (ii)	<u>9.856</u>	<u>12.292</u>
	<u>11.856</u>	<u>14.292</u>
Não circulante:		
Adiantamentos a fornecedores de energia – ENDESA (i)	4.167	6.167
Adiantamentos a fornecedores de energia – CHESF (ii)	<u>826</u>	<u>10.363</u>
	<u>4.993</u>	<u>16.530</u>
	<u>16.849</u>	<u>30.822</u>

- (i) Refere-se a um adiantamento de contrato de energia, realizado em fevereiro de 2015, para o qual são emitidas, mensalmente, desde 31 de janeiro de 2016, notas fiscais de remessa correspondendo ao valor de R\$167 ao mês em parcelas fixas e não ajustáveis durante 8 anos. O valor adiantado corresponde a R\$16.000, aproximadamente 5% do total do contrato e está garantido por fiança bancária de instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor apropriado ao custo em cada ano foi de R\$2.000.
- (ii) Refere-se ao desembolso previsto nos termos da Lei de nº 13.182/15, que autorizou a prorrogação dos contratos entre a CHESF e as indústrias eletro intensivas do Nordeste até o ano de 2037, que prevê: (i) uma redução dos volumes fornecidos em 30% até 8 de fevereiro de 2032; (ii) a partir de 9 de fevereiro de 2032 até 2037, redução de 1/6 do volume do ano anterior; (iii) um aumento real de 22,5% na tarifa em 01 de julho de 2015; (iv) um reajuste anual a partir de 1º de julho de 2016, conforme Index estabelecido, sendo 70% IPCA + 30% LTN e NTN-B; (v) o adiantamento de R\$65.000 realizado no segundo semestre de 2015; e (vi) um desconto de 8,8% na tarifa entre os anos de 2016 a 2022, para compensar o adiantamento de 2015. Em 31 de dezembro de 2020, o valor apropriado ao custo foi de R\$12.337 (2019, R\$12.167).

Notas Explicativas**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis dos Ativos e Passivos das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Provisão para contingências	(55.464)	(60.553)	(55.464)	(60.553)
Provisão para perdas nos estoques (i)	(8.398)	(5.754)	(8.398)	(5.754)
Provisão para participação nos lucros (ii)	(15.657)	(33.508)	(15.657)	(33.508)
Provisão para passivo ambiental	(15.079)	(14.624)	(15.079)	(14.624)
Obrigações trabalhistas e atuariais	(94.928)	(86.723)	(94.928)	(86.723)
“Hedge Accounting”	(87.767)	-	(87.767)	-
Realização da mais-valia	(12.150)	(7.732)	(12.150)	(7.732)
Provisão PECLD	(4.186)	(4.209)	(4.186)	(4.209)
Tributos de exigibilidade suspensa (PIS/COFINS)	(4.151)	(3.766)	(4.151)	(3.766)
Provisão Prejuízos Fiscais	(39.406)	-	(39.406)	-
Outras provisões temporárias	(15.963)	(17.040)	(15.963)	(17.040)
Base de cálculo	<u>(353.149)</u>	<u>(233.909)</u>	<u>(353.149)</u>	<u>(233.909)</u>
IRPJ diferido à alíquota de 25%	86.378	55.834	86.378	55.834
CSLL diferida à alíquota de 9%	31.783	21.052	31.783	21.052
IRPJ/CSLL diferidos ativo ^(A)	<u>118.161</u>	<u>76.886</u>	<u>118.161</u>	<u>76.886</u>

(i) Provisão de obsolescência relacionada aos itens de manutenção com baixo giro e provisão de inventários.

(ii) A participação nos lucros dos Administradores no montante de R\$7.639 (2019, R\$10.571) é base apenas para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Impostos diferidos passivo</u>				
Ativo imobilizado – “deemed cost”	58.811	58.811	63.385	63.385
Ativos biológicos – “fair value”	68.945	52.242	68.945	52.242
Compra vantajosa	75.143	75.143	75.143	75.143
Receita financeira (Exclusão ICMS da base PIS/COFINS)	88.875	80.993	88.875	80.993
Instrumentos financeiros de “hedge”	-	3.336	-	3.336
Depreciação acelerada	8.133	8.581	8.134	8.581
Base de cálculo	<u>299.907</u>	<u>279.106</u>	<u>304.482</u>	<u>283.680</u>
IRPJ diferido à alíquota de 25%	(74.977)	(69.777)	(76.121)	(70.920)
CSLL diferida à alíquota de 9%	(26.992)	(25.119)	(27.403)	(25.531)
IRPJ/CSLL diferidos passivo ^(B)	<u>(101.969)</u>	<u>(94.896)</u>	<u>(103.524)</u>	<u>(96.451)</u>
IRPJ/CSLL diferidos líquidos ^(A+B)	<u>16.192</u>	<u>(18.010)</u>	<u>14.637</u>	<u>(19.565)</u>

(*) O saldo dos impostos diferidos passivo para o Consolidado referente à Ferbasa é de R\$16.192 e o saldo das subsidiárias registrado nos impostos diferidos ativos é de R\$1.555.

Notas Explicativas

A Administração, com base na melhor estimativa, em análise individual das provisões, acredita que realizará os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias conforme demonstrado a seguir:

Ano-calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL – diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2021	51.095	6.523	51.095	6.523
2022	6.732	624	6.732	624
2023	170	564	170	564
2024	153	504	153	504
2025	137	444	137	444
2026 em diante	59.874	93.310	59.874	94.865
	<u>118.161</u>	<u>101.969</u>	<u>118.161</u>	<u>103.524</u>

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos exercícios estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IRPJ/CSLL	71.380	254.275	71.865	255.380
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(24.269)	(86.454)	(24.434)	(86.829)
Juros sobre capital próprio	26.015	30.999	26.015	30.999
Equivalência patrimonial	(5.620)	(2.284)	-	-
Doações	(1.305)	(1.836)	(1.305)	(1.836)
Outros	(2.692)	(5.160)	(8.390)	(8.161)
Incentivo fiscal SUDENE (i)	6.263	31.636	6.263	31.980
	<u>(1.608)</u>	<u>(33.099)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(33.847)</u>
Resultado do IRPJ e CSLL				
Incentivo fiscal SUDENE (i)	6.263	31.636	6.263	31.980
Corrente	(11.083)	(46.451)	(11.326)	(47.543)
Diferido	3.212	(18.284)	3.212	(18.284)
	<u>(1.608)</u>	<u>(33.099)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(33.847)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(1.608)</u>	<u>(33.099)</u>	<u>(1.851)</u>	<u>(33.847)</u>

(i) Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

- Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, conforme Laudo Constitutivo de nº 0200/2015.
- Advindas da exploração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016.
- Advindas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

Notas Explicativas

A parcela correspondente aos incentivos de redução do imposto de renda é reconhecida no resultado e ao final de cada exercício social é transferida de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuída aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia transferiu o total de R\$6.933 (2019, R\$33.519) na controladora e R\$6.933 (2019, R\$33.863) no consolidado, os quais correspondem a: (i) SUDENE de R\$6.263 (2019, R\$31.636) da controladora e R\$6.263 (2019, R\$31.980) do consolidado; (ii) redução do imposto de renda em R\$110 (2019, R\$181) na controladora e no consolidado; e (iii) ICMS DESENVOLVE em R\$560 (2019, R\$1.702) na controladora e no consolidado.

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	887	1.533	896	1.542
Tributários	42.169	39.215	42.256	39.302
	<u>43.056</u>	<u>40.748</u>	<u>43.152</u>	<u>40.844</u>

Referem-se a depósitos associados a processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, que são registrados no ativo não circulante da Companhia, até que ocorra a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

A Companhia obteve ciência do trânsito em julgado que determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja atualização monetária sobre o valor histórico monta em R\$80.993. Sobre esta receita financeira, a Companhia impetrou ação judicial relativa aos tributos incidentes, da ordem de R\$31.304 (sendo R\$27.538 de IRPJ e CSLL e R\$3.766 de PIS e COFINS), e realizou os respectivos recolhimentos via depósitos judiciais.

18. INVESTIMENTOS

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração, não há incidências de ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intergrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicitar transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre essas controladas:

- (i) A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferrossilício de alta pureza e a Japan Metals & Chems - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato é renovado anualmente.
- (ii) A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

Notas Explicativas

- (iii) A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor. Desde novembro de 1997, a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.
- (iv) A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal") tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997, a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

Adicionalmente, seguem informações sobre sua controlada geradora de energia eólica:

- (v) A BW Guirapá I S.A. é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a participação de 100% do capital social das seguintes sociedades ("Controladas"): Central Eólica Angical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. e Central Eólica Teiú S.A., cujas principais características operacionais estão relacionadas a seguir:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 3º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽²⁾
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	5,6	99,98	159,55
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	10,4	99,98	159,55
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	13,4	96,97	154,75
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	12,9	96,97	154,75
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	15,5	96,97	154,75
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	13,2	96,97	154,75
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	7,7	99,98	159,55
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>	<u>78,7</u>		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2020.

(3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2019, o 2º quadriênio foi finalizado em junho de 2020 e o 3º quadriênio teve início em julho de 2020.

As demonstrações financeiras resumidas das controladas estão demonstradas a seguir:

	Participação %	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Participação no patrimônio líquido das controladas	Participação da Companhia (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2019									
Silbasa (i)	51,26	12.671	224	12.447	1.378	(646)	732	6.381	375
Jacurici (ii)	100,00	27.299	1.430	25.869	1.701	(2.049)	(348)	25.869	(348)
Reflora (iii)	99,98	3.382	3	3.379	219	(108)	111	3.379	111
Damacal (iv)	100,00	2.567	261	2.306	123	(40)	83	2.306	83
BW Guirapá (v)	100,00	809.007	334.862	474.145	97.759	(100.278)	(2.519)	546.451	(6.937)(*)
								<u>584.386</u>	<u>(6.716)</u>
31 de dezembro de 2020									
Silbasa	51,26	12.977	150	12.827	1.075	(577)	498	6.575	255
Jacurici	100,00	26.384	1.515	24.869	971	(1.971)	(1.000)	24.869	(1.000)
Reflora	99,98	3.431	1	3.430	137	(85)	52	3.430	52
Damacal	100,00	2.609	260	2.349	75	(32)	43	2.349	43
BW Guirapá	100,00	799.517	336.833	462.684	84.287	(95.748)	(11.461)	530.572	(15.879)(*)
								<u>567.795</u>	<u>(16.529)</u>

(*) Ajustados pelos ativos avaliados ao seu valor justo na aquisição da BW Guirapá e sua respectiva realização do montante líquido de R\$67.888 e R\$4.418 (2019, R\$72.306 e R\$4.418).

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Silbasa	Jacurici	Reflora	Damacal	BW Guirapá	Outros	Total
Saldos 31 de dezembro de 2018	6.095	26.575	3.268	2.223	553.388	78	591.627
Equivalência patrimonial:							
Resultado do exercício	375	(348)	111	83	(2.519)	-	(2.298)
Dividendos	(89)	(358)	-	-	-	-	(447)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo	-	-	-	-	(4.418)	-	(4.418)
Saldos 31 de dezembro de 2019	<u>6.381</u>	<u>25.869</u>	<u>3.379</u>	<u>2.306</u>	<u>546.451</u>	<u>78</u>	<u>584.464</u>
Equivalência patrimonial:							
Resultado do exercício	255	(1.000)	52	43	(11.461)	-	(12.111)
Dividendos	(61)	-	-	(1)	-	-	(62)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo	-	-	-	-	(4.418)	-	(4.418)
Saldos 31 de dezembro de 2020	<u>6.575</u>	<u>24.869</u>	<u>3.431</u>	<u>2.348</u>	<u>530.572</u>	<u>78</u>	<u>567.873</u>

19. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Terras para plantio (i)	115.419	115.419	115.571	115.571
Terrenos	26.357	26.357	32.127	32.127
Edificações	154.905	152.756	298.120	298.544
Máquinas e equipamentos	272.463	277.526	876.071	919.239
Veículos e tratores	2.420	4.456	2.420	4.456
Móveis e utensílios	3.343	3.813	3.460	3.910
Informática	4.135	1.925	4.189	1.979
Desenvolvimento de minas (ii)	65.812	65.586	65.812	65.586
Em andamento e outros (iii)	34.901	57.689	47.166	70.387
Total imobilizado e intangível (19.1)	<u>679.755</u>	<u>705.527</u>	<u>1.444.936</u>	<u>1.511.799</u>
Direito de uso – arrendamento (19.2)	<u>30.531</u>	<u>39.573</u>	<u>42.003</u>	<u>49.552</u>
	<u>710.286</u>	<u>745.100</u>	<u>1.486.939</u>	<u>1.561.351</u>

- (i) Terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinado à produção de biorredutor, utilizado na produção de ligas, com a área total de 64.070 hectares.
- (ii) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

Notas Explicativas

- (iii) Entre os projetos em andamento, destaca-se a policlínica NOVAMED, modelo já adotado por outras empresas, que prestará atendimento médico ambulatorial exclusivo aos colaboradores e dependentes vinculados ao Plano de Saúde contratado pela Companhia. Essa medida objetiva criar condições que propiciem a redução da sinistralidade e a consequente diminuição dos custos, com vistas a garantir a sustentabilidade do Plano de Saúde. Por meio de convênio, a NOVAMED também prestará atendimento aos funcionários da Fundação José Carvalho, que mantém contrato com a mesma operadora de saúde contratada pela FERBASA. Ressaltamos que cada empresa arcará com seus respectivos custos. Outro projeto relevante em andamento é a Reforma de Fornos. O objetivo do projeto é agir de forma preventiva e consiste na reforma dos fornos da empresa devido ao seu tempo de uso, bem como por questões de segurança visando evitar desmoronamentos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear (Consolidado):

	<u>Média vida útil (anos)</u>
<u>Imobilizado</u>	
Máquinas e equipamentos	21
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	5
<u>Direito de uso em arrendamento</u>	
Direito de uso máquinas e equipamentos	4
Direito de uso terreno	29
Direito de uso edificações	5

Notas Explicativas

19.1. Imobilizado e intangível

	Controladora							Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	
<u>Custo</u>									
Saldo em 31/12/2018	115.419	26.357	203.332	588.618	73.511	12.219	10.431	98.270	1.189.134
Adições e transferências	-	-	10.990	43.255	1.188	301	660	10.734	88.840
Baixas e reclassificações	-	-	-	-	-	-	(131)	-	(303)
Saldo em 31/12/2019	115.419	26.357	214.322	631.873	74.699	12.520	10.960	109.004	1.277.671
Saldo em 31/12/2019	115.419	26.357	214.322	631.873	74.699	12.520	10.960	109.004	1.277.671
Adições e transferências	-	-	10.597	33.750	183	544	3.594	5.396	33.728
Baixas e reclassificações	-	-	-	(327)	(363)	(5)	-	-	(695)
Reinvestimento(*)	-	-	-	(1.679)	-	-	-	-	(1.679)
Saldo em 31/12/2020	115.419	26.357	224.919	663.617	74.519	13.059	14.554	114.400	1.309.025
Saldo em 31/12/2018			(53.663)	(320.267)	(67.477)	(8.252)	(8.419)	(39.503)	(519.054)
Despesa de depreciação e exaustão			(7.903)	(34.261)	(2.766)	(455)	(747)	(3.915)	(53.402)
Baixas e reclassificações			-	181	-	-	131	-	312
Saldo em 31/12/2019			(61.566)	(354.347)	(70.243)	(8.707)	(9.035)	(43.418)	(572.144)
Saldo em 31/12/2019			(61.566)	(354.347)	(70.243)	(8.707)	(9.035)	(43.418)	(572.144)
Despesa de depreciação e exaustão			(8.448)	(38.437)	(2.214)	(1.010)	(1.384)	(5.170)	(59.115)
Baixas e reclassificações			-	1.521	358	1	-	-	1.880
Amortização Reinvestimento			-	109	-	-	-	-	109
Saldo em 31/12/2020			(70.014)	(391.154)	(72.099)	(9.716)	(10.419)	(48.588)	(629.270)
<u>Saldos líquidos em</u>									
31/12/2019	115.419	26.357	152.756	277.526	4.456	3.813	1.925	65.586	705.527
31/12/2020	115.419	26.357	154.905	272.463	2.420	3.343	4.135	65.812	679.755

(*) Refere-se ao benefício fiscal de imposto de renda (reinvestimento) para aquisição de ativo imobilizado. A reserva de incentivo fiscal somente poderá ser constituída efetivamente após a realização do bem (depreciação).

Notas Explicativas

	Consolidado									
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
<u>Custo</u>										
Saldo em 31/12/2018	115.571	32.127	361.445	1.308.181	82.298	12.344	10.667	98.270	74.991	2.095.894
Adições e transferências	-	-	10.990	44.084	1.188	337	708	10.734	21.739	89.780
Baixas e reclassificações	-	-	-	(1.236)	-	-	(131)	-	(223)	(1.590)
Saldo em 31/12/2019	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>372.435</u>	<u>1.351.029</u>	<u>83.486</u>	<u>12.681</u>	<u>11.244</u>	<u>109.004</u>	<u>96.507</u>	<u>2.184.084</u>
Saldo em 31/12/2019	115.571	32.127	372.435	1.351.029	83.486	12.681	11.244	109.004	96.507	2.184.084
Adições e transferências	-	-	10.597	35.148	183	576	3.614	5.396	(17.728)	37.786
Baixas e reclassificações	-	-	-	1.940	(363)	(5)	-	-	(2.318)	(746)
Reinvestimento(*)				(1.679)						(1.679)
Saldo em 31/12/2020	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>383.032</u>	<u>1.386.438</u>	<u>83.306</u>	<u>13.252</u>	<u>14.858</u>	<u>114.400</u>	<u>76.461</u>	<u>2.219.445</u>
<u>Depreciação e exaustão acumuladas</u>										
Saldo em 31/12/2018			(63.467)	(355.726)	(76.264)	(8.316)	(8.649)	(39.503)	(22.011)	(573.936)
Despesa de depreciação e exaustão			(10.839)	(71.412)	(2.766)	(455)	(795)	(3.915)	(4.109)	(94.291)
Baixas e reclassificações				181			179			360
Realização mais-valia			415	(4.833)	-	-	-	-	-	(4.418)
Saldo em 31/12/2019			<u>(73.891)</u>	<u>(431.790)</u>	<u>(79.030)</u>	<u>(8.771)</u>	<u>(9.265)</u>	<u>(43.418)</u>	<u>(26.120)</u>	<u>(672.285)</u>
Saldo em 31/12/2019			(73.891)	(431.790)	(79.030)	(8.771)	(9.265)	(43.418)	(26.120)	(672.285)
Despesa de depreciação e exaustão			(11.435)	(75.375)	(2.214)	(1.022)	(1.405)	(5.170)	(3.175)	(99.796)
Baixas e reclassificações			-	1.522	358	1	-	-	-	1.881
Amortização Reinvestimento				109						109
Realização mais-valia			414	(4.833)	-	-	1	-	-	(4.418)
Saldo em 31/12/2020			<u>(84.912)</u>	<u>(510.367)</u>	<u>(80.886)</u>	<u>(9.792)</u>	<u>(10.669)</u>	<u>(48.588)</u>	<u>(29.295)</u>	<u>(774.509)</u>
Saldos líquidos em 31/12/2019	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>298.544</u>	<u>919.239</u>	<u>4.456</u>	<u>3.910</u>	<u>1.979</u>	<u>65.586</u>	<u>70.387</u>	<u>1.511.799</u>
31/12/2020	<u>115.571</u>	<u>32.127</u>	<u>298.120</u>	<u>876.071</u>	<u>2.420</u>	<u>3.460</u>	<u>4.189</u>	<u>65.812</u>	<u>47.166</u>	<u>1.444.936</u>

(*) Refere-se ao benefício fiscal de imposto de renda (reinvestimento) para aquisição de ativo imobilizado. A reserva de incentivo fiscal somente poderá ser constituída efetivamente após a realização do bem (depreciação).

Notas Explicativas**19.2. Direito de uso em arrendamento**

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>					
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	28.003	2.983	12	30.998
Remensuração	370	370	(155)	3	218
Custo em 31/12/2019	<u>55.387</u>	<u>55.387</u>	<u>10.166</u>	<u>154</u>	<u>65.707</u>
Adições	12.822	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	2.946	1.987	32	4.965
Custo em 31/12/2020	<u>71.155</u>	<u>71.155</u>	<u>12.153</u>	<u>186</u>	<u>83.494</u>
<u>Depreciação</u>					
Depreciação em 31/12/2019	(15.814)	(15.814)	(309)	(32)	(16.155)
Adições no exercício	(24.810)	(24.810)	(490)	(36)	(25.336)
Depreciação em 31/12/2020	<u>(40.624)</u>	<u>(40.624)</u>	<u>(799)</u>	<u>(68)</u>	<u>(41.491)</u>
Saldo líquido em 31/12/2019	39.573	39.573	9.857	122	49.552
Saldo líquido em 31/12/2020	30.531	30.531	11.354	118	42.003

Os montantes reconhecidos de adições e remensuração no montante individual de R\$15.768 (2019, R\$28.373) e consolidado de R\$17.787 (2019, R\$31.216) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa e parte da depreciação do direito de uso em arrendamento no montante de R\$3.133 (2019, R\$2.930) foi apropriado no custo do estoque.

20. ATIVO BIOLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor que, por sua vez, é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas localizam-se na Bahia.

A movimentação do saldo dos ativos biológicos e o efeito líquido da variação do valor justo no resultado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
No início do exercício	185.160	199.408
Plantios e manutenção	15.184	26.477
Exaustão (*)	(53.333)	(82.708)
Variação de valor justo	<u>46.211</u>	<u>41.983</u>
No final do exercício	<u>193.222</u>	<u>185.160</u>

Notas Explicativas

- (*) No exercício de 2020 a exaustão do ativo biológico foi de R\$53.333 (2019, R\$82.708), sendo (i) R\$23.825 (2019, R\$35.990) referente ao custo histórico; (ii) R\$29.508 (2019, R\$42.559) do valor justo pela venda/consumo. Adicionalmente, para 31 de dezembro de 2019, houve transferência do valor justo para o estoque no montante de R\$4.159. E em 31 de dezembro de 2020, houve a realização do valor justo do estoque no montante de R\$2.461.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do custo histórico é de R\$124.278 (2019, R\$132.918).

As florestas em formação com menos de 2 (dois) anos são mantidas ao custo histórico em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período o custo histórico da floresta em formação se aproxima do valor justo.

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 7 (sete) anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de “madeira em pé” de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos pelos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para produção de madeira, além dos meios de pesquisas de preço no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do segmento de recursos florestais da Companhia.

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Área de efetivo plantio (hectare)	25.504	25.700
Incremento médio anual (IMA) – m ³ /hectare ano	33,28	31,85
Remuneração da terra própria – R\$/hectare	765,00	570,00
Taxa de desconto deflacionada - %	4,84%	4,67%

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13 / CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

A Companhia possui 17.168 hectares de ativos biológicos dados em garantia para financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O montante total dessa linha de crédito disponível para a Companhia é de R\$40.493. No exercício de 2018, foram liberados R\$2.500 desta linha. Nos exercícios de 2019 e de 2020 não houve demais liberações.

Notas Explicativas**21. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica	15.997	15.424	15.997	15.424
Matéria-prima e insumos	38.035	34.778	38.035	34.778
Outros fornecedores	16.912	17.550	19.858	19.096
	<u>70.944</u>	<u>67.752</u>	<u>73.890</u>	<u>69.298</u>

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Financiamentos (i)	79.474	46.102	79.474	46.102
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	28.575	26.269
ACC (iii)	25.135	-	25.135	-
	<u>104.609</u>	<u>46.102</u>	<u>133.184</u>	<u>72.371</u>
Custo de captação	-	-	(455)	(451)
Total do circulante	<u>104.609</u>	<u>46.102</u>	<u>132.729</u>	<u>71.920</u>
Não circulante:				
Financiamentos (i)	141.211	140.028	141.211	140.028
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	259.217	287.407
	<u>141.211</u>	<u>140.028</u>	<u>400.428</u>	<u>427.435</u>
Custo de captação	-	-	(4.498)	(4.958)
Total do não circulante	<u>141.211</u>	<u>140.028</u>	<u>395.930</u>	<u>422.477</u>
Total	<u>245.820</u>	<u>186.130</u>	<u>528.659</u>	<u>494.397</u>

(i) Capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimento na área florestal e para aquisição de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração.

(ii) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

(iii) Refere-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante de U\$4.750 de principal e U\$86 de juros, totalizando U\$4.836 com vencimento para março de 2021.

Notas Explicativas

O quadro abaixo demonstra as principais características das dívidas da Companhia e de suas controladas:

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Controladora	Consolidado
FINAME	2021 a 2024	TJLP + 3,5% a 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária	4.779	4.779
FINEM	2022 a 2025	TJLP + 1,52% a 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno	22.156	22.156
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (ii)	-	287.792
				Subtotal TJLP (nota explicativa nº 4.3)	26.935	314.727
NCE	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	110.349	110.349
NCE	2021	CDI + 1,90%	Anual	Histórico de Exportação	27.599	27.599
CCB	2024	CDI + 3,58%	Anual	Clean	51.617	51.617
				Subtotal CDI (nota explicativa nº 4.3)	189.565	189.565
FINAME	2022 a 2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	4.185	4.185
ACC	2021	Variação Cambial + 3,12%	Anual	Histórico de Exportação	25.135	25.135
				Subtotal demais financiamentos	29.320	29.320
				Subtotal	245.820	533.612
				(-) Custo de captação	-	(4.953)
				Total	245.820	528.659

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.162	396.815
Captação	137.000	137.000
Juros e variações monetárias provisionados	6.203	34.291
Amortização custo de captação	-	456
Juros pagos	(4.098)	(31.225)
Amortização de principal	(17.137)	(42.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	186.130	494.397
Captação	188.626	188.626
Juros e variações monetárias provisionados	11.304	33.533
Amortização custo de captação	-	457
Juros pagos	(9.802)	(32.095)
Amortização de principal	(130.438)	(156.259)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	245.820	528.659

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2022	45.835	71.201
2023	43.502	68.868
2024	42.697	68.063
2025	9.177	34.543
2026 em diante	-	153.255
Total	141.211	395.930

Cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices anuais, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Ferbasa atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento (Finame) em que a razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência dos contratos.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, é exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado igual ou maior que 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

23. ARRENDAMENTO A PAGAR

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	28.003	2.983	12	30.998
Remensurações	370	370	(155)	3	218
Pagamentos	(17.160)	(17.160)	(711)	(33)	(17.904)
Realização AVP	556	556	36	1	593
Saldo em 31/12/2019	<u>38.783</u>	<u>38.783</u>	<u>9.491</u>	<u>122</u>	<u>48.396</u>
Adições	12.822	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	2.946	1.987	32	4.965
Pagamentos	(25.979)	(25.979)	(752)	(37)	(26.768)
Realização AVP	1.632	1.632	91	4	1.727
Saldo em 31/12/2020	<u>30.204</u>	<u>30.204</u>	<u>10.817</u>	<u>121</u>	<u>41.142</u>
Circulante	20.393				21.188
Não circulante	9.811				19.954

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2022	8.361	9.141
2023	1.450	2.175
2024	-	663
2025 a 2029	-	3.076
2030 a 2034	-	2.594
2035 a 2039	-	1.768
2040 a 2044	-	468
2045 em diante	-	69
Total	<u>9.811</u>	<u>19.954</u>

Notas Explicativas

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa não foram destacados os créditos de impostos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Nominal		Ajustado a valor presente		Nominal		Ajustado a valor presente	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestação	29.951	41.628	30.204	38.783	46.222	58.625	41.142	48.396
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.770	3.851	2.794	3.587	4.276	5.423	3.806	4.477

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ATUARIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
Salários e encargos	11.592	9.906	11.830	9.937
Provisões trabalhistas e encargos	20.144	18.828	20.318	18.828
Participações nos lucros (i)	15.657	33.508	15.657	33.508
	<u>47.393</u>	<u>62.242</u>	<u>47.805</u>	<u>62.273</u>
Não circulante:				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	94.928	86.723	94.928	86.723
	<u>142.321</u>	<u>148.965</u>	<u>142.733</u>	<u>148.996</u>

- (i) O Estatuto Social da Companhia estabelece que do lucro do exercício seja destinado até 10% (dez por cento) para distribuição aos empregados e até 10% (dez por cento) do saldo resultante para participação dos administradores. Conforme nota explicativa nº 34, no exercício de 2020, a Companhia provisionou participações de administradores e empregados, nos montantes de R\$7.639 (R\$10.571 em 31 de dezembro de 2019) e R\$8.018 (R\$22.937 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente.
- (ii) A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. e assistencial de Plano de Saúde administrado pelo Bradesco Saúde.

A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebam salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um pagamento único ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício. Adicionalmente, a Companhia assegura a seus colaboradores que se aposentam ou que são desligados sem justa causa, o direito de permanecer no plano de saúde empresarial, desde que sejam cumpridas as exigências legais estabelecidas para tal. Nesse caso, as condições de cobertura assistencial permanecem as mesmas quando da vigência do contrato de trabalho, desde que o optante assuma o pagamento integral do referido plano.

A Companhia constituiu provisão de benefício pós-emprego referente à multa do FGTS quando da aposentadoria para os empregados expostos a riscos nocivos (aposentadoria especial), optantes pelo FGTS, desligados ao seu pedido, e não permanecendo na ocasião do seu desligamento. Estes aposentados especiais farão jus ao benefício como se fossem desligados, desde que o tempo de serviço seja superior a 5 ou 8 anos, a depender da localidade em que trabalham.

Notas Explicativas

- (a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais (controladora e consolidada):

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio aposentadoria e multa FGTS	Total
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	69.126	17.597	86.723
Despesa serviço corrente e juros sobre a obrigação reconhecidos no resultado do exercício	9.786	1.852	11.638
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(1.560)	(1.138)	(2.698)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(3.451)	2.716	(735)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	<u>73.901</u>	<u>21.027</u>	<u>94.928</u>

- (b) A seguir os ganhos e perdas atuariais no exercício sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes (controladora e consolidado).

	Plano de Saúde	Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	Total
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas demográficas	(4.141)	(1.180)	(5.321)
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas financeiras	5.140	200	5.340
Ganho/(Perda) atuarial por ajustes de experiência	2.452	(1.736)	716
Montantes a serem reconhecidos em ORA no final do exercício	<u>3.451</u>	<u>2.716</u>	<u>735</u>

- (c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pós-emprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria em relação ao cenário base (controladora e consolidado).

	Plano de Saúde		Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa FGTS	
	Passivo	Impacto	Passivo	Impacto
Cenário base	73.901		21.027	
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas de mortalidade	76.265	3,20%	21.055	0,13%
Mortalidade geral – agravamento de 10% nas taxas de mortalidade	71.809	(2,83%)	20.996	(0,15%)
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	82.978	12,28%	21.798	3,67%
Taxas de juros real – incremento de 0,50% a.a.	66.178	(10,45%)	20.309	(3,41%)
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	55.885	(24,38%)	-	-
Inflação médica – redução de 1,00% a.a.	93.571	26,62%	-	-

Notas Explicativas**(d) Premissas atuariais**

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa esperada de inflação - % a.a.	3,75	4,00
Taxa real de desconto – Plano de Previdência - % a.a.	3,03	2,96
Taxa real de desconto – Custeio plano de saúde - % a.a.	3,80	3,46
Taxa real de desconto – Prêmio de aposentadoria - % a.a.	2,75	2,77
Taxa real de desconto – Multa FGTS - % a.a.	2,77	2,80
Taxa de rotatividade - % a.a.	5,00	6,00
Crescimento real de salários - % a.a.	0,50	0,50
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	55,00	55,00
Elegibilidade à aposentadoria	65 normal 25,20 e 15 especial	65 normal 25,20 e 15 especial

25. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante:				
IRPJ e CSLL	-	-	90	366
IPI	992	354	992	354
ICMS	6.655	1.675	6.661	1.675
IRRF a recolher	2.608	2.443	2.798	2.566
PIS e COFINS	3.766	4.147	4.111	4.502
Outros	717	1.293	831	1.324
	<u>14.738</u>	<u>9.912</u>	<u>15.483</u>	<u>10.787</u>
Não circulante:				
PIS e COFINS	-	-	87	87
	<u>14.738</u>	<u>9.912</u>	<u>15.570</u>	<u>10.874</u>

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE PROTEÇÃO CAMBIAL (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar norte-americano (US\$) a termo (NDF), Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e travas de exportação, conforme mencionado nas notas explicativas nº 6.4 e nº 22, para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas, tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico, conforme política interna, aprovada pela Administração. A metodologia de determinação do valor das NDF é feita pela marcação a mercado utilizando taxas referenciais da B3.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Notas Explicativas

As informações sobre as operações com derivativos e não derivativos designados e não designados para "hedge accounting" ("hedge" de fluxo de caixa) em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

Instrumento de "hedge" derivativo				Objeto de "hedge"
Vencimentos	Operação	Notional (US\$)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Operação
1º trimestre de 2021	NDF	39.300	(31.982)	Vendas futuras
2º trimestre de 2021	NDF	36.400	(21.138)	Vendas futuras
3º trimestre de 2021	NDF	34.000	(15.396)	Vendas futuras
4º trimestre de 2021	NDF	8.000	3.202	Vendas futuras
		<u>117.700</u>	<u>(65.314)</u>	
4º trimestre de 2021	Travas de exportação	7.710	(7.766)	Vendas futuras
1º trimestre de 2022	Travas de exportação	17.224	(14.687)	Vendas futuras
		24.934	(22.453)	
	Subtotal	<u>142.634</u>	<u>(87.767)</u>	

Instrumento de "hedge" não derivativo				Objeto de "hedge"
Vencimentos	Operação	Principal	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Operação
1º trimestre de 2021	ACC	4.750	(780)	Adiantamento de contrato de câmbio exportação
	Total	<u>147.384</u>	<u>(88.547)</u>	

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou o montante total de R\$91.883 (2019, R\$21.751) que foi considerado efetivo para fins de "hedge accounting", no patrimônio líquido. No último trimestre de 2020, a Companhia revisitou as premissas das operações de travas de exportação e concluiu que para os exercícios de 2020 e 2019 não houve parcela considerada como não efetiva.

No exercício, foram liquidados contratos de "hedge", cujas perdas líquidas foram reconhecidas no resultado, no montante de R\$184.747 (2019, ganho líquido de R\$26.132). As oscilações na taxa de câmbio impactam o faturamento de ferroligas e de minério de cromo e afetam, também, a parcela deste faturamento contratada com "hedge" cambial. A prática de "hedge" cambial está contemplada em nossa Política de Risco Financeiro e tem como objetivo mitigar o impacto da volatilidade cambial sobre o resultado da Companhia.

Notas Explicativas

As informações sobre as operações com derivativos designados e não designados para “hedge accounting” (“hedge” de fluxo de caixa) em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

Instrumento de “hedge”			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Objeto de “hedge”
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)		Operação
1º trimestre de 2020	NDF	42.500	(3.667)	Vendas futuras
2º trimestre de 2020	NDF	48.200	(94)	Vendas futuras
3º trimestre de 2020	NDF	38.800	393	Vendas futuras
4º trimestre de 2020	NDF	30.700	5.111	Vendas futuras
1º trimestre de 2021	NDF	6.000	1.197	Vendas futuras
2º trimestre de 2021	NDF	2.000	396	Vendas futuras
		<u>168.200</u>	<u>3.336</u>	

A seguir a movimentação de “hedge” durante o exercício de 2020 e 2019:

Saldo em 31 de dezembro de 2018 (ativo)	25.087
Movimentação “hedge”	<u>(21.751)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.336
Movimentação “hedge”	<u>(91.883)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (passivo)	<u>88.547</u>
Passivo circulante	73.860
Passivo não circulante	14.687

27. PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e parques eólicos, assim como a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

Os custos de desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa de longo prazo do tesouro direto descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Notas Explicativas

As movimentações dessas provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
No início do exercício	-	-	579	1.656
Baixas	-	-	(579)	(1.077)
Total circulante	-	-	-	579
<u>Não circulante</u>				
No início do exercício	15.395	12.293	22.889	21.134
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa	(62)	(941)	(62)	(941)
Baixas	(1.236)	(734)	(1.236)	(2.081)
Atualização monetária, AVP e outras	1.257	4.777	1.257	4.777
Total não circulante	15.354	15.395	22.848	22.889
Total	15.354	15.395	22.848	23.468

28. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Provável	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributária / Administrativa	46.098	52.248
Trabalhistas	5.727	5.160
Cíveis	3.639	3.145
	55.464	60.553

28.1. Processos provisionados e com risco de perda provável

	31/12/2020	31/12/2019
Administrativa/Tributárias:		
CFEM (i)	6.167	6.003
PIS e COFINS (ii)	12.385	12.053
Tarifas CDE e TUST (iii)	23.335	30.613
Outros	4.211	3.579
Trabalhistas (iv)	5.727	5.160
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	1.983	1.611
BW Guirapá (vi)	1.309	1.309
Outros	347	225
	55.464	60.553

Notas Explicativas

- (i) CFEM: A Companhia foi notificada, em julho de 2007, pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral (atual Agência Nacional de Mineração – ANM) para, no bojo dos processos administrativos 971.135/2006 e 971.137/2006, quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução, enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança, que na soma dos autos de infração, totaliza R\$80.801 (valor declarado pela ANM dos débitos em outubro de 2018, atualizado para 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$106.044). Superada a fase administrativa sem êxito, a Companhia ingressou com medida cautelar judicial - preparatória para ação principal anulatória dos respectivos autos de infração - através da qual apresentou seguro garantia da parcela controvertida. A ANM, nas primeiras manifestações do processo, reconheceu parcialmente o direito da Companhia por conta da prescrição, reduzindo o valor exigido pelo débito de CFEM para R\$39.146. Ainda assim, a Companhia entende, com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou provisão de R\$6.167 (2019, R\$6.003) para cobrir a parcela do questionamento, acreditando ser provável para suprir eventual desembolso de caixa.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$12.385 (2019, R\$12.053) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
- (iii) A Companhia participa de ações ajuizadas pela ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). A Companhia realizou provisão de R\$19.192 (2019, R\$19.192) referente à CDE. Com relação à TUST, em novembro de 2019 foi proferida sentença na respectiva demanda judicial, a qual determinou a revogação da liminar que excluía a parcela de remuneração da base da TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, e que foi objeto de recurso pela ABRACE. Com a revogação da liminar, em julho de 2020, a ANEEL reinseriu o custo de capital próprio e está realizando a cobrança ao longo dos próximos 3 ciclos (2020 a 2023). Com base no cálculo individualizado por empresa realizada pela ABRACE, a Companhia realizou a adequação da provisão e está promovendo o estorno mensal na medida em que os pagamentos vêm sendo realizados. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém provisionado, referente à TUST, o montante de R\$4.143 (2019, R\$11.421).

Notas Explicativas

- (iv) **Trabalhistas:** A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), ou ações coletivas que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outros). Além disso, a Companhia possui contra si ações coletivas, propostas pelo Ministério Público do Trabalho, sendo estas: (a) a Ação Civil Pública que questiona suposta irregularidade na terceirização de atividades de Silvicultura e pede a condenação da Reclamada por danos morais coletivos; e (b) a Ação Civil Pública que busca imputar à Companhia a responsabilidade pela ocorrência de um acidente fatal com seu ex-funcionário, reivindicando o cumprimento de obrigações de fazer, além de pagamento de danos morais coletivos. São ao todo 157 processos em 31 de dezembro de 2020 (2019, 163) e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável – na sua totalidade ou em parte - é de R\$5.727 (2019, R\$5.160).
- (v) **Desconstituição de escritura de terra:** A Companhia adquiriu, de boa-fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$1.983 (2019, R\$1.611) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.
- (vi) **Na aquisição da BW Guirapá** a Companhia registrou provisão no montante de R\$1.309 referente a processos de indenização por danos relativos à implantação dos parques eólicos.

A seguir a movimentação das provisões:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.044	42.369	3.032	51.445
Novos processos/complementos	3	11.451	113	11.567
Reversões	(887)	(2.585)	-	(3.472)
Atualizações monetárias	-	1.013	-	1.013
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.160	52.248	3.145	60.553
Novos processos/complementos	567	3.518	494	4.579
Reversões	-	(10.164)	-	(10.164)
Atualizações monetárias	-	496	-	496
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>5.727</u>	<u>46.098</u>	<u>3.639</u>	<u>55.464</u>

28.2. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

	<u>Possível</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributária / Administrativa	27.078	22.152
Trabalhistas	578	344
Cíveis	374	468
	<u>28.030</u>	<u>22.964</u>

Notas Explicativas

- **Tributária/Administrativa:**
 - Administrativos tributários: A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior e multas, sendo em grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$14.370 (2019, R\$11.832).
 - PIS e COFINS: No caso das autuações relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2004 e 2006, o risco possível totaliza R\$12.061 (2019, R\$9.795).
 - A Prefeitura Municipal de Queimadas autuou por irregularidade nos seus processos minerários e a Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$647 (2019, R\$525).
- **Trabalhistas:** A Companhia possui processos movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária) ou ações coletivas, para os quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que a perda é possível, sendo que para esses processos, o risco estimado é R\$578 (2019, R\$344).

Cíveis: A Companhia possui ações indenizatórias por danos morais e possessórias contra si ajuizadas, cujo risco é considerado possível por seus assessores jurídicos. Em que pese os pleitos processuais apontem valores totais de causas relevantes, a Companhia, com apoio em seus assessores jurídicos, considera que o risco possível totalizando R\$374 (2019, R\$468). Adicionalmente, o processo classificado como risco possível que tramita em segredo de justiça perante a vara cível de Pojuca, Bahia, ajuizado em 27 de abril de 2016, tem valor da causa atribuído em R\$147.172 em 31 de dezembro de 2020, porém, considerando o estágio inicial do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

29. CONTA RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>		
Conta ressarcimento - CCEE	19.335	3.343
<u>Não circulante</u>		
Conta ressarcimento - CCEE	12.247	5.447
	<u>31.582</u>	<u>8.790</u>

Em regime de autorização, o Complexo Eólico BW Guirapá tem toda a sua produção contratada por um prazo de vinte anos com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 (“LER 2011”) no ambiente regulado. As contas de ressarcimento – CCEE referem-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- (a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018 e o segundo quadriênio teve início em julho de 2018.
- (b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

Adicionalmente, os pagamentos dos ressarcimentos anuais e quadrienais encontram-se suspensos até decisão final da Audiência Pública No 034/2019, conforme Despacho ANEEL nº 2.303 de 20 de agosto de 2019.

30. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Resultado				
	Custos com arrendamento (i)	Receita de vendas (ii)	Outras (receitas)/ despesas operacionais (iii)	Contas a receber de clientes (ii)	Outros fornecedores (iii)
Controladora:					
Fundação José Carvalho	-	73	8.680	14	6
Controladas:					
BW Guirapá S.A.	-	-	(452)	-	-
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.	840	-	-	-	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360	-	-	-	-
Reflorestadora e Agrícola S.A.	60	-	-	-	-
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	36	-	-	-	-
Parte relacionada:					
Marubeni Corporation (iv)	-	240.925	-	4.204	-
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>1.296</u>	<u>240.998</u>	<u>8.228</u>	<u>4.218</u>	<u>6</u>
Total em 31 de dezembro de 2019	1.296	234.792	9.179	20.778	829

(i) Refere-se à arrendamento das operações das Companhias controladas.

(ii) Refere-se à receita e contas a receber por venda de ligas (FeSi75) à vinculada no exterior e contas a receber por venda de madeira, cal virgem e pó de escórias à Controladora.

(iii) Refere-se à: (a) contratos para fornecimentos de refeições e laticínios para a Companhia; (b) Termo de Cooperação e Parceria para a reserva e garantia de matrículas em escolas da Fundação José Carvalho para dependentes dos funcionários da Companhia que residam nos municípios das sedes escolares (Pojuca, Catu e Andorinhas); (c) Convênio para formação sócio-educativo-esportiva, de crianças de 8 a 14 anos, estudantes de ensino público, visando o desenvolvimento da aprendizagem e da prática esportiva; (d) Termo de Cooperação e Parceria para implantação do Memorial José Carvalho cujo objetivo é preservação da memória, do patrimônio cultural, do acervo existente, da residência do fundador em vida, além de sediar o programa permanente de cultura organizacional; (e) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW.

Notas Explicativas

- (iv) A Maurubeni Corporation tem participação na Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") em conjunto com a Ferbasa e Japan Metals & Chems - JMC.

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

30.1. Remuneração da Administração

Aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração global	21.768	24.050	25.207	26.962
Encargos previdenciários	2.670	2.529	3.004	3.110
	<u>24.438</u>	<u>26.579</u>	<u>28.211</u>	<u>30.072</u>

A Companhia e suas controladas não possuem pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possuem planos de remuneração baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo, além do divulgado na nota explicativa nº 24.

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31.1. Capital social

O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). O capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, totaliza R\$1.225.444 (um bilhão, duzentos e vinte e cinco milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), sendo que o capital subscrito e integralizado está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Acionistas				
Fundação José Carvalho	29.086.696	15.416.000	29.086.696	15.416.000
Trígono capital	400	2.450.000	400	716.300
Dimensional Funds	-	1.231.482	-	1.915.827
Outros acionistas	312.904	36.599.218	312.904	37.648.573
Ações em tesouraria	40.000	3.183.300	40.000	3.183.300
	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

Notas Explicativas

31.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui ações adquiridas através de programa de recompra de ações. As ações adquiridas no âmbito do programa permanecerão em tesouraria, sendo que a decisão sobre a alienação e ou cancelamento dessas ações será tomada em momento oportuno e será devidamente comunicada ao mercado. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação na B3, é como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	3.183.300	40.000	3.183.300	40.000
Cotação na B3 - R\$/ação	19,11	31,30	20,01	33,32
Custo médio de aquisição - R\$/ação	8,07	0,06	8,07	0,06

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

31.3. Reservas de lucros

- (a) A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.
- (b) As reservas de lucro incentivos fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração) e ICMS DESENVOLVE relativo ao ganho do incentivo fiscal do saldo devedor do imposto sobre circulação de mercadorias. Estas reservas são constituídas transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda e ICMS do exercício e não poderão ser distribuídas a acionistas. A reserva referente à SUDENE contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.
- (c) Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia. No exercício de 2020, os dividendos prescritos no montante de R\$2.049 foram revertidos à conta de reserva de lucros conforme Lei 6.404/76.

31.4. Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Criado pela Lei nº 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo atribuído terras controladora (i)	58.811	58.811	63.385	63.385
Custo atribuído terras controladas (i)	3.019	3.019	3.019	3.019
Ajustes instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26)	(88.547)	3.336	(88.547)	3.336
Ajustes de obrigações atuariais (nota explicativa nº 24)	(30.299)	(31.034)	(30.299)	(31.034)
Impostos diferidos	20.411	(10.579)	18.855	(12.134)
	<u>(36.605)</u>	<u>23.553</u>	<u>(33.857)</u>	<u>26.572</u>

(i) Custo atribuído do ativo imobilizado (*deemed cost*) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009.

31.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia constituiu reserva de lucros a realizar proveniente do ganho por compra vantajosa da aquisição do complexo BW Guirapá no montante de R\$49.595 no exercício de 2018.

31.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, foram aprovados, no exercício, as seguintes distribuições de dividendos complementares e juros sobre capital próprio, brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), respectivamente:

Descrição	Data da aprovação	Valor	Valor por ação (em R\$)	
			Ordinária	Preferencial
Juros sobre capital próprio		<u>76.516</u>		
	28/08/2020	13.690	0,1509931411	0,1660924552
	26/11/2020	44.310	0,4887148344	0,5375863178
	22/12/2020	18.516	0,2042212565	0,2246433821

Notas Explicativas

A Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(=) Lucro líquido do exercício	69.772	221.176
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(3.489)	(11.059)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE e reinvestimento)	<u>(6.933)</u>	<u>(33.519)</u>
(=) Lucro base ajustado para distribuição	59.350	176.598
Juros sobre capital próprio distribuído do lucro base ajustado		
Ações ordinárias – R\$0,6546 (31/12/2019 - R\$1,0056) por ação	19.245	29.564
Ações preferenciais – R\$0,7201 (31/12/2019 - R\$1,1062) por ação	<u>40.105</u>	<u>61.609</u>
Total	59.350	91.173
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>100%</u>	<u>52%</u>
Juros sobre capital próprio distribuído por reserva de lucro		
Ações ordinárias - R\$0,1893 por ação	5.566	-
Ações preferenciais - R\$0,2083 por ação	<u>11.600</u>	<u>-</u>
	17.166	-
Juros sobre capital próprio / Dividendos adicionais propostos		
Ações ordinárias (31/12/2019 - R\$0,2205 por ação)	-	6.485
Ações preferenciais (31/12/2019 - R\$0,2426 por ação)	<u>-</u>	<u>13.515</u>
	-	20.000
(=) Total Juros sobre capital próprio / Dividendo deliberados	<u>76.516</u>	<u>111.173</u>

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 15%. No intuito de garantir aos acionistas não imunes e ou não isentos os mesmos benefícios que teriam, caso auferissem remuneração, sob a forma de dividendos, foi acrescido o montante referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

32. LUCRO POR AÇÃO

Conforme definido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Notas Explicativas

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	69.772	221.176
<u>Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador)</u>		
Lucro das operações atribuível:		
Às ações ordinárias	22.625	71.720
Às ações preferenciais	47.147	149.456
<u>Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador)</u>		
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria:		
Ordinárias emitidas	29.400.000	29.400.000
Preferenciais emitidas	55.696.700	55.696.700
Resultado básico/diluído* por ação (em R\$):		
Ações ordinárias	0,7695	2,4394
Ações preferenciais	0,8465	2,6834

(*) A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

33. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas:				
Mercado interno	811.049	842.532	897.634	941.000
Mercado externo	920.218	553.979	920.218	553.979
	<u>1.731.267</u>	<u>1.396.511</u>	<u>1.817.852</u>	<u>1.494.979</u>
Deduções de vendas:				
Devoluções e abatimentos	(14.194)	(16.065)	(14.194)	(16.065)
Impostos sobre vendas	(177.632)	(194.713)	(181.639)	(199.364)
	<u>(191.826)</u>	<u>(210.778)</u>	<u>(195.833)</u>	<u>(215.429)</u>
	<u>1.539.441</u>	<u>1.185.733</u>	<u>1.622.019</u>	<u>1.279.550</u>

Notas Explicativas**34. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo dos produtos vendidos (i)	(1.159.463)	(1.002.315)	(1.224.333)	(1.063.051)
Despesas com vendas	(20.139)	(13.693)	(20.139)	(13.693)
Despesas gerais e administrativas	(69.374)	(67.582)	(72.853)	(74.402)
Participação nos lucros dos funcionários	(8.018)	(22.937)	(8.018)	(22.937)
Remuneração da Administração	(24.438)	(26.579)	(28.211)	(30.072)
Total despesas gerais e administrativas	(101.830)	(117.098)	(109.082)	(127.411)
Outras receitas (despesas) (iii)	(30.789)	66.108	(35.779)	61.864
	<u>(1.312.221)</u>	<u>(1.066.998)</u>	<u>(1.389.333)</u>	<u>(1.142.291)</u>

A seguir a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(666.839)	(490.465)	(671.436)	(497.542)
Despesas com pessoal (ii)	(297.537)	(304.762)	(305.339)	(311.868)
Despesas depreciação e exaustão	(136.586)	(144.835)	(177.793)	(186.065)
Despesas com prestação de serviços	(99.577)	(98.930)	(115.282)	(101.271)
Despesas com manutenção e reparos	(60.097)	(58.971)	(62.848)	(72.266)
Combustíveis e lubrificantes	(15.419)	(14.854)	(15.479)	(14.854)
Custo da capacidade ociosa	(5.377)	(20.289)	(5.377)	(20.289)
Outras receitas (despesas)	(30.789)	66.108	(35.779)	61.864
	<u>(1.312.221)</u>	<u>(1.066.998)</u>	<u>(1.389.333)</u>	<u>(1.142.291)</u>

(i) Os custos dos produtos vendidos incluem:

- a) Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem como nas minerações.
- b) A Companhia importa coque metalúrgico ("met coke") reativo ("commodity" disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.
- c) Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso e Andorinha) e a metalurgia (Pojuca - BA), por modal ferroviário.
- d) No consolidado estão inclusos os custos de depreciação, amortização, transmissão de energia, encargos de uso do sistema, operação e manutenção, etc. para a geração de energia eólica no montante de R\$65.802 (2019, R\$61.758).

(ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.

Notas Explicativas

(iii) A seguir a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefício pós-emprego	(8.940)	(8.742)	(8.940)	(8.742)
Outros impostos e contribuições	(2.881)	(6.804)	(3.530)	(6.804)
Responsabilidade social e empresarial	(11.516)	(11.870)	(11.559)	(11.870)
Consultorias e pesquisas (a)	(4.651)	(14.040)	(4.694)	(14.040)
Penalidade (b)	-	-	(2.130)	(424)
Recuperação de créditos fiscais (c)	-	116.111	-	116.111
Outras despesas	(2.801)	(8.547)	(4.926)	(12.367)
	<u>(30.789)</u>	<u>66.108</u>	<u>(35.779)</u>	<u>61.864</u>

(a) A variação do saldo de consultorias e pesquisas pode ser explicada pois, em 31/12/2019, houve contratação de serviços geológicos de sondagem rotativa com vistas à pesquisa mineral, além dos serviços advocatícios e consultoria tributária referentes ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS reconhecido em 2019.

(b) Vide nota explicativa nº 29.

(c) Vide nota explicativa nº 14.

35. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.833	14.090	8.438	19.267
Variação cambial	34.744	11.373	34.744	11.389
Atualização (exclusão ICMS base PIS/COFINS)	8.282	80.993	8.282	80.993
Outras receitas financeiras	3.206	2.750	3.271	2.936
	<u>52.065</u>	<u>109.206</u>	<u>54.735</u>	<u>114.585</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Variação cambial	(37.887)	(14.667)	(37.887)	(15.688)
Atualização provisão fechamento das minas	(1.719)	(3.836)	(1.719)	(3.836)
Juros incorridos	(11.514)	(15.266)	(33.722)	(42.859)
Outras despesas financeiras	(1.720)	(1.296)	(3.692)	(2.196)
	<u>(52.840)</u>	<u>(35.065)</u>	<u>(77.020)</u>	<u>(64.579)</u>
<u>Instrumento financeiro de "hedge"</u>				
Variação no "hedge" ativa	11.955	28.575	11.955	28.575
Variação no "hedge" passiva	(196.702)	(2.443)	(196.702)	(2.443)
	<u>(184.747)</u>	<u>26.132</u>	<u>(184.747)</u>	<u>26.132</u>
	<u>(185.522)</u>	<u>100.273</u>	<u>(207.032)</u>	<u>76.138</u>

Notas Explicativas

36. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados a seguir:

Segmento de ferroligas - envolve as operações de ferroligas de cromo alto carbono, ferroligas de baixo carbono e ferrosilício cromo, de silício 75 especial e o silício 75 “standard”.

- Segmento energia eólica – envolve as operações da subsidiária BW Guirapá.
- Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Ferroligas		Energia eólica		Outros segmentos		Total	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Vendas líquidas</u>								
Mercado interno	596.347	591.495	82.698	93.937	37.111	51.918	716.156	737.350
Mercado externo	<u>839.881</u>	<u>517.532</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65.982</u>	<u>24.668</u>	<u>905.863</u>	<u>542.200</u>
	<u>1.436.228</u>	<u>1.109.027</u>	<u>82.698</u>	<u>93.937</u>	<u>103.093</u>	<u>76.586</u>	<u>1.622.019</u>	<u>1.279.550</u>
Custo dos produtos vendidos	(1.024.676)	(863.350)	(65.802)	(61.758)	(133.855)	(137.943)	(1.224.333)	(1.063.051)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	-	46.211	41.983	46.211	41.983
Lucro bruto	<u>411.552</u>	<u>245.677</u>	<u>16.896</u>	<u>32.179</u>	<u>15.449</u>	<u>(19.374)</u>	<u>443.897</u>	<u>258.482</u>
Despesas operacionais	<u>(148.564)</u>	<u>(67.031)</u>	<u>(5.772)</u>	<u>(7.960)</u>	<u>(10.664)</u>	<u>(4.249)</u>	<u>(165.000)</u>	<u>(79.240)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>262.988</u>	<u>178.646</u>	<u>11.124</u>	<u>24.219</u>	<u>4.785</u>	<u>(23.623)</u>	<u>278.897</u>	<u>179.242</u>
<u>Vendas de produtos (toneladas)</u>								
Mercado interno	112.878	125.230					112.878	125.230
Mercado externo	<u>155.185</u>	<u>97.426</u>					<u>155.185</u>	<u>97.426</u>
	<u>268.063</u>	<u>222.656</u>					<u>268.063</u>	<u>222.656</u>

Notas Explicativas

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos, responsabilidade civil, empresarial, seguro garantia e de riscos operacionais de geração de energia eólica, em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$86.990 (2019, R\$24.206) na controladora e R\$949.241 (2019, R\$882.503) no consolidado.

38. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante o exercício de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

Descrição	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganho (perda) com passivo atuarial	24	735	(10.395)	735	(10.395)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa provisão fechamento de mina	27	(62)	(941)	(62)	(941)
Dividendos / Juros sobre capital próprio declarados no exercício	31.6	32.826	5.223	32.826	5.308
Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16	19.2, 23	15.768	55.387	17.788	63.191
Depreciação Direito de uso apropriada ao custo do estoque	19.2	3.133	2.930	3.133	2.930
Exaustão apropriada ao custo do estoque	20	(2.461)	4.159	(2.461)	4.159

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 12 de janeiro de 2021, a Ferbasa firmou Memorando de Entendimentos (“Memorando”) com a AES Tiete Energia S/A e no dia 25 de fevereiro de 2021 foi realizada a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“PPA”) para aquisição de um volume de 80MW médios de energia, pelo prazo de 20 (vinte) anos e com início de fornecimento a partir de 2024.

A Companhia informa, ainda, que a aquisição do citado volume não representa aumento de capacidade produtiva, refletindo sua estratégia de garantia do suprimento de energia no longo prazo e busca constante pela competitividade de seus produtos.

Contador:

Arnaldo Pereira Anastácio
Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 61263/O - O-T-BA

Proposta de Orçamento de Capital**Proposta de Orçamento de Capital**

Não houve proposta de orçamento de capital para o exercício de 2021, tendo em vista que essa matéria já foi objeto de aprovação em AGO para o triênio de 2020 a 2022 em 28/07/2020.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. - FERBASA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. - FERBASA ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. - FERBASA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Mensuração do valor justo dos ativos biológicos

Conforme as notas explicativas nº 5, nº 7 e nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mensura o valor justo das suas florestas em formação de eucalipto por meio de um modelo de fluxo de caixa descontado, que leva em consideração diversas premissas e julgamentos da Administração, tais como preço estimado de venda, volume cúbico de madeira, incremento médio anual por horto florestal e taxa de desconto. Além disso, parte das premissas considera dados não observáveis de mercado. Variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto no resultado do exercício. Devido a isso, consideramos a mensuração do valor justo do ativo biológico como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico considerando as premissas significativas utilizadas pela Administração; (ii) entendimento dos controles internos relacionados à atividade florestal da Companhia; (iii) envolvimento dos nossos especialistas na avaliação da metodologia de cálculo do modelo de fluxo de caixa descontado; e (iv) avaliação da adequação dos critérios e das premissas adotados pela Administração para mensuração do valor justo dos ativos biológicos, em particular relacionados às estimativas de índice de crescimento das florestas, a idade das florestas quando o valor justo se diferencia do seu custo histórico, as taxas de juros para descontos dos fluxos de caixa, as estimativas de produtividade, as projeções de volume de colheita e o preço da madeira em pé, bem como a avaliação da adequada divulgação pela Companhia acerca das premissas utilizadas nos cálculos de mensuração do respectivo valor justo nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, entendemos que os critérios e as premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(b) Reconhecimento de receita

Conforme as notas explicativas nº 7 e nº 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas deriva da comercialização de ferroligas, ferrocromo, ferrosilício e energia. Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no montante de R\$1.539 milhões e R\$1.622 milhões, respectivamente, bem como dos processos que suportam seu reconhecimento, existem alguns riscos a serem endereçados, a saber: (i) o risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento; e (ii) o risco presumido de reconhecimento de receita sem que haja um racional ou justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia. Devido a isso, consideramos o reconhecimento da receita como um dos principais assuntos de auditoria.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza da receita, aspectos contratuais, entre outros; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; (iii) obtenção do entendimento dos principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento da receita e revisão; e (iv) seleção de transações de vendas ao longo do exercício, com base em amostragem estatística, e confronto com a respectiva documentação suporte para verificar se representavam receitas válidas e condizentes com o curso normal dos negócios da Companhia, bem como a sua

contabilização no período correto.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio

do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, no uso de suas atribuições legais, consoante às disposições do artigo 163 da Lei nº 6.404/1976, e ainda em cumprimento às normas estatutárias, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2021, de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, examinou as demonstrações financeiras e as notas explicativas, o relatório da administração, a proposta da Administração para destinação dos resultados do exercício social, e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 2020. Com base nos exames efetuados e considerando-se, ainda, o parecer da auditoria independente Deloitte, que apresentou o seu relatório conclusivo, emitido sem quaisquer ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia, no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal, abaixo-firmados, no uso de suas atribuições legais, concluíram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em seus aspectos relevantes, e opinaram favoravelmente à aprovação das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, assim como o encaminhamento da matéria aos órgãos societários competentes.

Salvador, 26 de fevereiro de 2021.

Emanuel Paixão de Oliveira
Conselheiro

Massao Fábio Oya
Conselheiro

Cristiano Lima da Mota
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FERBASA e suas controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Salvador, 26 de fevereiro de 2021.

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira
Diretora Administrativa

Claudiney Marcio de Araújo Pedrosa
Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau
Diretor Industrial

Sebastião da Cruz Andrade
Diretor de Recursos Florestais e Novos Negócios

Wanderley Lins de Oliveira
Diretor de Mineração

Heron Albergaria de Melo
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Marcio Lopes Fernandes de Barros
Diretor Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Limited Auditores Independentes, relativamente as demonstrações financeiras da FERBASA e suas controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Salvador, 26 de fevereiro de 2021.

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira
Diretora Administrativa

Claudiney Marcio de Araújo Pedrosa
Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau
Diretor Industrial

Sebastião da Cruz Andrade
Diretor de Recursos Florestais e Novos Negócios

Wanderley Lins de Oliveira
Diretor de Mineração

Heron Albergaria de Melo
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Marcio Lopes Fernandes de Barros
Diretor Presidente